

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Brasília, 2011

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

Brasília, 2011

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	5
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE DECLARAÇÕES.....	9
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	10
RELATÓRIO DE GESTÃO 2010	11
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SDH	14
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	14
2.1.1. Competência Institucional.....	14
2.1.2. Objetivos Estratégicos.....	16
2.2 Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais:	17
2.2.1. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	18
2.2.1.1 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.	19
2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade da SDH.....	24
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SDH.....	25
2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela SDH.....	38
2.4 Desempenho Orçamentário / Financeiro	39
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	39
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes.....	39
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital.....	40
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	41
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	42
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa	45
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da SDH	45
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	45
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	45
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	45
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SDH por Movimentação.	46
2.4.2.2.1.Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	46
2.4.2.2.2.Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	46
2.4.2.3. Análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	47
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	47

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	49
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	49
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	49
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA SDH.....	50
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	50
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	51
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	52
5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos	52
5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	53
5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	53
6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010.....	53
6.1 Transferências Efetuadas no Exercício	53
6.1.1. Relação dos instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010.....	53
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	54
6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes	55
6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	56
6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	58
6.2 Análise Crítica.....	60
7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SDH	65
7.1 Estrutura de Controles Internos da SDH	65
8. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.	67
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	67
9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA SDH CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL” DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS	68
9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	68
10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SDH, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS: PLANEJAMENTO; RECURSOS HUMANOS; SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO; DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS; E CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TI	69
10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	69
11. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	70
11.1 Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF	70

12. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO QUE FISCALIZA A SDH OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O SEU NÃO CUMPRIMENTO	73
12.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	73
12.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	86
12.3 Recomendações do OCI atendidas no Exercício.....	90
12.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	93
13. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	98
13.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”, no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	98
13.2 Análise Crítica.....	140
ANEXOS	141
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	171
DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	173

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABC-MRE – Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
ADPLAN – Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos
CADIN – Cadastro Informativo de Débitos de Órgãos e Entidades Federais
CAT – Comitê de Ajudas Técnicas
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCP – Comitê de Coordenação de Programas
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEAG/UnB – Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília
CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CGAP's – Coordenadores-Gerais de Acompanhamento de Programas
CGC – Coordenação-Geral de Convênios
CGEDH – Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos
CGPD – Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência
CGPT – Coordenação-Geral de Proteção a Vitimas e Testemunhas Ameaçadas
CGU – Controladoria-Geral da União
CIAPVI – Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa
CISSET – Secretaria de Controle Interno
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNEDH – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
CNPCT – Comitê Nacional para a Prevenção e Combate da Tortura no Brasil
CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CREAS – Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura
CSJ – Conselho Social da Juventude
CT – Conselho Tutelar
DB – Documentação Básica
DFD – Diagrama de Fluxo de Dados
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
EAT – Estrutura Analítica de Trabalho
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FIA – Fundação para a Infância e Adolescência
FNCA – Fundação Nacional para a Criança e o Adolescente
FONACRIAD – Fórum dos Gestores do Sistema Socioeducativo
FONAJUV – Fórum Nacional de Juízes
GR – Gratificação de Representação
GTEM – Grupo de Trabalho Executivo Multisetorial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IN – Instrução Normativa
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação
 MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
 MF – Ministério da Fazenda
 MP – Medida Provisória
 MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 N/A – Não se aplica
 NASCE – Núcleo de Atenção Social à Cidadania e Educação
 OEA – Organização dos Estados Americanos
 OEI – Organização dos Estados Iberoamericanos
 ONG – Organização não Governamental
 ONU – Organização das Nações Unidas
 OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
 PlanSeQ – Planos Setoriais de Qualificação
 PlanTeQ – Planos Territoriais de Qualificação
 PLC – Projeto de Lei da Câmara
 PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
 PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
 PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
 PNPCDH – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
 PNQ – Plano Nacional de Qualificação
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PPA – Plano Plurianual
 PR – Presidência da República
 RAADH – Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados
 RCN – Registro Civil de Nascimento
 SAJ/PR – Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República
 SDH – Secretaria de Direitos Humanos
 SECEX – Secretaria de Controle Externo
 SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
 SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
 SEPROG – Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo
 SGDCA – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
 SGPDH – Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIAPE – Sistema de Administração de Recursos Humanos
 SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses
 SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
 SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
 SINASC – Sistema de Informações de Nascidos Vivos
 SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
 SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
 SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
 SNPDCA – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
 SNPDDH – Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
 SNPDPD – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
 STN – Secretaria do Tesouro Nacional
 TCE – Tomada de Contas Especial
 TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UMA – Unidade de Monitoramento e Avaliação

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNFPA– Fundo de Populações das Nações Unidas

UNHCHR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

LISTA DE TABELAS

QUADRO I: IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	11
QUADRO II: DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO.....	25
QUADRO III: IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....	39
QUADRO IV: PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	39
QUADRO V: PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL.....	40
QUADRO VI: QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	41
QUADRO VII: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	42
QUADRO VIII: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SDH	45
QUADRO IX: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	46
QUADRO X: DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	46
QUADRO XI: SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	49
QUADRO XII: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	50
QUADRO XIII: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	51
QUADRO XIV: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	51
QUADRO XV: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	52
QUADRO XVI: QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.....	52
QUADRO XVII: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SDH NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	54
QUADRO XVIII: RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	55
QUADRO XIX: RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA SDH NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATO DE REPASSE.....	56
QUADRO XX: VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	58
QUADRO XXI: ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA SDH.....	65
QUADRO XXII: GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	67
QUADRO XXIII: DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	68
QUADRO XXIV: GESTÃO DE TI DA SDH.....	69
QUADRO XXV: CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	73
QUADRO XXVI: SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	86
QUADRO XXVII: RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI....	90
QUADRO XXVIII: SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	93
QUADRO XXIX: CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	98
QUADRO XXX: EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SDH	142
QUADRO XXXI: DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SDH.....	147

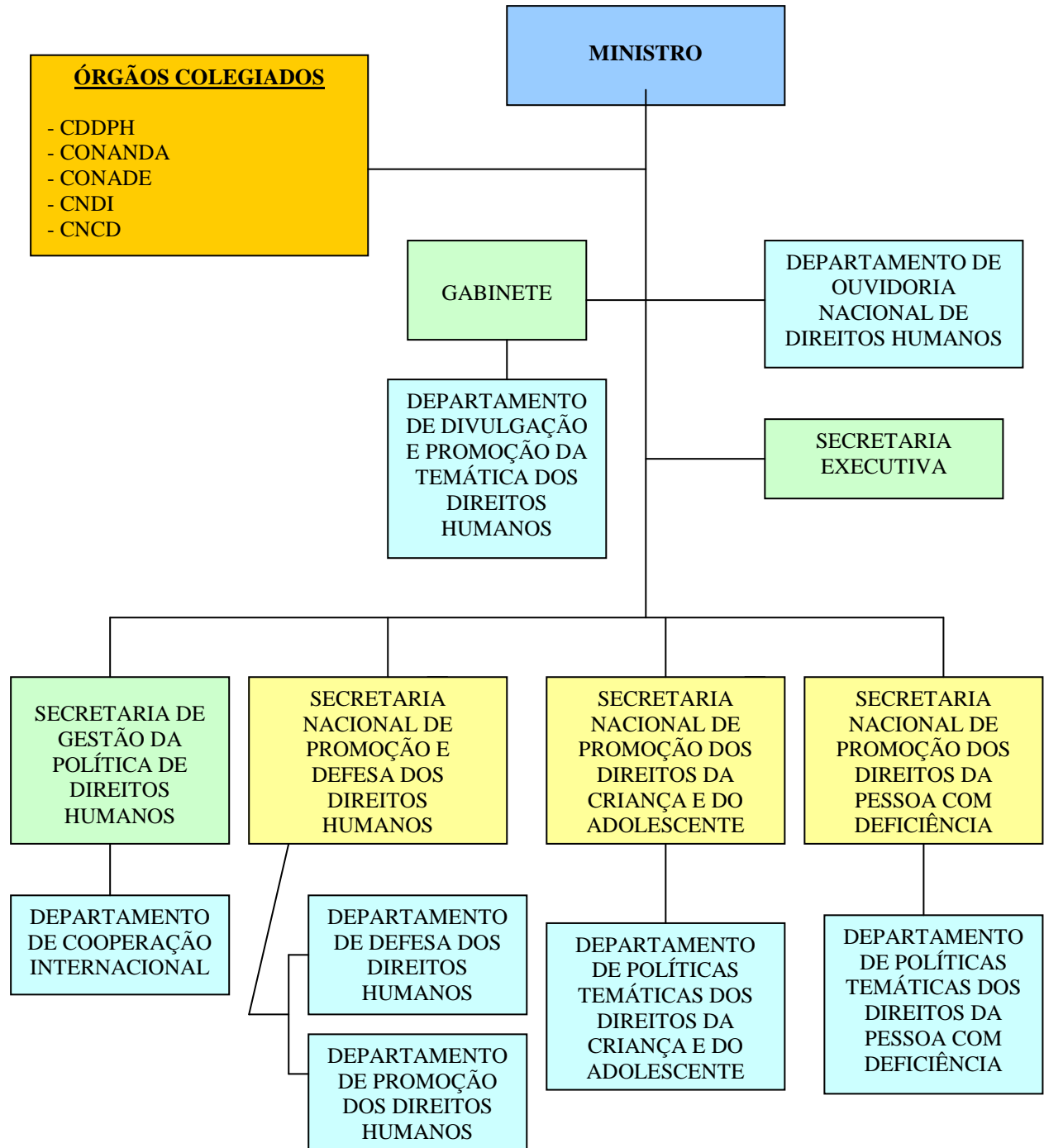
QUADRO XXXII: DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SDH.....	148
QUADRO XXXIII: CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010	149

LISTA DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO 1: DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS.....	171
DECLARAÇÃO 2: DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA DO FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	172
DECLARAÇÃO 3: DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – REC. EXT.	172
DECLARAÇÃO 4: DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	173
DECLARAÇÃO 5: ANEXO DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS (DECLARAÇÃO 4)	174

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Secretaria de Direitos Humanos – SDH



Base Legal

Decreto nº 7.256, de 4/08/10

Lei nº 12.314, de 19/08/10

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

QUADRO I: IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República			Código SIORG: 000026
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Direitos humanos			
Denominação abreviada: SDH			
Código SIORG: 001801	Código LOA: 20121		Código SIAFI: 200016
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 2025-3703	(061) 2025-3776	(061) 2025-9667
E-mail: direitoshumanos@sdh.gov.br			
Página na Internet: http://www.sdh.gov.br			
Endereço Postal: SCS – B, Qd. 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 9º Andar			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.983, de 28/05/2003 (DOU - 29/05/2003), Lei nº 11.958, de 26/06/2009 (DOU - 29/06/2009) e Lei nº 12.314, de 19/08/2010 (DOU – 20/08/2010)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.520/07- Comissão Interministerial de Avaliação de casos de pessoas atingidas pela hanseníase			
Lei nº 9.140/95 - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos			
Lei nº 8.242/91 – Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;			
Lei nº 4.319/64 – Criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH;			
Decreto nº 7053/09 - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua			
Decreto nº 6.980/09 e Decreto nº 6.998/09 – Estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos em comissão;			
Decreto nº 6.289/07 – Agenda Social – Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica;			
Decreto nº 6.230/07 – Agenda Social – Compromisso pela Redução da Violência Contra Crianças e Adolescentes;			
Decreto nº 6.215/07 – Agenda Social – Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência;			
Decreto nº 5.296/04 – Comitê de Ajudas Técnicas			
Decreto nº 5.109/04 – Estruturação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI;			
Decreto nº 3.952/01 – Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD;			
Decreto 3.951/01 – Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças			
Decreto nº 3.518/00 – Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas			
Decreto nº 3.298/99 – Regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;			
Decreto nº 3.174/99 – Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras em matéria de Adoção Internacional de Crianças			
Decreto de 11/10/07 – Comissão Nacional Intersetorial para Acompanhamento e Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC			
Decreto de 11/10/07 – Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes			
Decreto de 13/7/06 – Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo			
Decreto de 26/6/06 – Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil – CNPCT			
Decreto de 03/5/06 – Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia			
Decreto de 31/7/03 – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo			
Portaria SEDH nº 1.598/09 – Gestão do PPA na SDH			
Portaria SEDH nº 22/05 (DOU – 23/02/2005) – Regimento Interno			
Portaria SEDH nº 98/2003 – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH			
Resolução CDDPH nº 14/2004 – Coordenação Nacional dos Programas de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro 2009)			
Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (Publicação impressa de 2005)			
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Publicação impressa de 10 de dezembro de 2006)			
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução CONANDA n.º 119, de 11 de dezembro de 2006)			

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – 2006 (Resolução Conjunta CNAS-CONANDA nº 1, de 13 de dezembro de 2006)	
II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Portaria SDH nº 643/2008)	
Programa Nacional de Acessibilidade (Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004)	
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – 2006 (Resolução Conjunta CNAS-CONANDA nº 1, de 13 de dezembro de 2006)	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
110244	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
110198	Secretaria de Direitos Humanos – Rec.Ext.
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110244	00001
110198	00001

1. Introdução

O presente documento consolida informações referentes à gestão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH no ano 2010. Ele foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 do Tribunal de Contas da União e acresce informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada, especialmente no tocante às prioridades e realizações das políticas públicas que coordena e ao processo de reestruturação administrativo-gerencial a que está submetida.

No que tange aos itens definidos no Anexo II da DN TCU nº 107/2010, não se aplicam à SDH, no exercício, os seguintes: 2. Parte A, item 2, do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – subitem 2.4.2.2.3 Despesas de capital por grupo e elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação; 3. Parte A, item 3, do anexo II da DN TCU nº 107/2010 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; 5. Parte A, item 5, do anexo II da DN TCU nº 107/2010, subitens: 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas; 5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra – a prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada é disponibilizada pelo Ministério da Justiça; e 5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos; 9. Parte A, item 11, do anexo II da DN TCU nº 107/2010, subitem 9.1, Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União e Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da UJ; 11. Parte A, item 14 do anexo II da DN TCU nº 107/2010 - Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ; 14. Parte B, item 4 do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Composição Acionária do Capital Social; 15. Parte C, item 1 do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Informações sobre a Conformidade da Distribuição dos Recursos do Fundo Partidário; 16. Parte C, item 5 do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Informações a Respeito dos Saldos dos Financiamentos, Renegociações, Ações de Execução, Ressarcimentos e Inadimplência dos Recursos Oriundos dos Fundos Constitucionais de Financiamento; 17. Parte C, item 7 do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Indicadores de Desempenho das IFES; 18. Parte C, item 10 do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Relatório de Revisão dos Critérios Adotados quanto à Classificação nos Níveis de Risco e de Avaliação do Provisionamento Registrado nas Demonstrações Financeiras Elaborado pelo Auditor Independente; 19. Parte C, item 12 do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Informações sobre a Remuneração Paga aos Administradores da UJ, Membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 21. Parte C, item 30 do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Informações a Respeito da Desmobilização de Ativos Imobiliários.

Os demais itens são apresentados a seguir, numerados conforme a seqüência estabelecida no bojo da Portaria TCU nº 277/2010.

Brasília, 31 de março de 2011.

Secretaria de Direitos Humanos

2. Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da SDH

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1. Competência Institucional

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH é um órgão essencial da Presidência da República que tem como missão garantir que políticas públicas para a defesa e a promoção dos direitos humanos sejam formuladas e implementadas na sociedade brasileira. Seu principal escopo de atuação é na articulação de políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, buscando assegurar a transversalidade dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. As principais competências da SDH são: a) formular diretrizes que orientem as políticas públicas em direitos humanos para as crianças e adolescentes, as pessoas com deficiência, as lésbicas, os gays, bissexuais, transexuais e travestis, idosos e para outros grupos específicos em situação de vulnerabilidade; b) articular parcerias com órgãos governamentais dos três poderes, com estados e municípios, com a sociedade civil e com organizações internacionais para a formulação e o cumprimento de políticas públicas para promoção e defesa dos direitos humanos; c) receber e encaminhar informações; d) implementar serviços de proteção a pessoas ameaçadas; e coordenar o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. A SDH atua como ouvidora-geral da cidadania.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH foi criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Suas competências foram atualizadas com a edição da Lei nº 12.134/2010 e do Decreto nº 7.256/2010, apresentando atualmente a seguinte forma:

- 1) *assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas:*
 - a. *à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias; e*
 - b. *à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária;*
- 2) *coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH,*
- 3) *articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quanto por organizações da sociedade;*
- 4) *exercer as funções de ouvidoria nacional de direitos humanos, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias;*
- 5) *atuar em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos, sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD;*
- 6) *coordenar assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas com deficiência;*
- 7) *exercer as atribuições de Órgão Executor Federal do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas¹;*
- 8) *atuar como Autoridade Central Administrativa Federal, a que se refere o art. 6º da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, de Haia²;*
- 9) *atuar como Autoridade Central Administrativa Federal, a que se refere o art. 6º da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, de Haia¹;*

¹ Instituído pelo art. 12 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1.999.

² Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

- 10) *atuar como a Autoridade Central a que se refere o art. 7º da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores, de Montevideu²*;
- 11) *encaminhar ao Presidente da República propostas de atos necessários para o cumprimento de decisões de organismos internacionais motivadas por violações dos direitos humanos, assim como realizar eventual pagamento de valores decorrentes*;
- 12) *proceder o pagamento de indenizações decorrentes de decisões da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*; e
- 13) *coordenar o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, nos termos do Decreto nº 7.053/2009.*

E, ainda, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e com a Advocacia Geral da União, faz a representação brasileira junto aos organismos internacionais de direitos humanos da Organização das Nações Unidas – ONU (Conselho de Direitos Humanos, Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos e Comitês ligados aos Pactos e Convenções Internacionais sobre direitos humanos) e da Organização dos Estados Americanos – OEA (Comissão e Corte Interamericanas de Direitos Humanos).

No âmbito da Agenda Social lançada pelo Governo Federal em 2007, a Secretaria exerce a coordenação de três temas, conforme se evidencia a seguir:

- Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica (Decreto nº 6.289/07)
- Compromisso pela Redução da Violência Contra Crianças e Adolescentes (Decreto nº 6.230/07)
- Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.215/07)

Por fim, registre-se que integra a estrutura da Secretaria uma série de Conselhos, Comissões e Comitês, além de outros espaços institucionais de interlocução que exemplificam os aspectos de articulação e mobilização que caracterizam a Pasta. São eles:

Conselhos Nacionais (Decreto nº 6.980/2009, Anexo I, Art. 2º, III):

- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD

Conselhos Específicos:

- Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras em matéria de Adoção Internacional de Crianças (Decreto nº 3.174/99, Art. 5º)
- Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Decreto nº 3.518/00, Art. 2º, I)
- Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças (Decreto 3.951/01, Art. 3º)

¹ Aprovada pelo Decreto Legislativo no 79, de 15 de setembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.413, de 14 de abril de 2000.

² Aprovada pelo Decreto Legislativo no 3, de 7 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto no 1.212, de 3 de agosto de 1994

Comissões:

- Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140/95, Art. 4º)
- Comissão Interministerial de Avaliação de casos de pessoas atingidas pela hanseníase (Lei nº 11.520/07, Art. 2º; § 1º)
- Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Decreto de 31/7/03)
- Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Decreto de 13/7/06)
- Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Decreto de 11/10/07)
- Comissão Nacional Intersetorial para Acompanhamento e Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (Decreto de 11/10/07)

Comitês:

- Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7053/2009, Art. 9º)
- Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica (Decreto nº 6.289/2007)
- Comitê Gestor de Políticas de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente (Decreto nº 6.230/2007)
- Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD (Decreto nº 6.215/2007)
- Comitê de Ajudas Técnicas (Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004)
- Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil – CNPCT (Decreto de 26/6/06)
- Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH (Portaria SDH nº 98/2003, Art. 1º)
- Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 (Decreto nº 7037/2009)

Fórum:

- Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia (Decreto de 03/5/06)

Coordenação colegiada:

- Coordenação Nacional dos Programas de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (Resolução CDDPH nº 14/2004)

2.1.2. Objetivos Estratégicos

No âmbito do PPA 2008-2011, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República organizou sua atuação a partir dos seguintes Objetivos de Governo:

- 1) Promover a inclusão social e a redução das desigualdades;
- 2) Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade;

- 3) Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos¹;
- 4) Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos;
- 5) Promover o acesso com qualidade a serviços e benefícios sociais, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se seu caráter democrático e descentralizado.

Para o mesmo período, foi elaborado um conjunto de nove Objetivos Setoriais para a SDH que foi adotado para construção, revisão e implementação do conjunto de programas sob sua responsabilidade.

- 1) Promover a inserção da temática dos direitos humanos de forma transversal nas políticas públicas;
- 2) Proteger e promover os direitos humanos de grupos vulneráveis;
- 3) Articular e mobilizar órgãos governamentais, organizações sociais, setor privado e a sociedade em geral em torno dos direitos humanos;
- 4) Promover o direito à verdade e à memória;
- 5) Incrementar as ações de promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas buscando eliminar todas as formas de discriminação e violência, e viabilizar o acesso aos bens e serviços da comunidade para garantir o envelhecimento saudável;
- 6) Articular ações para viabilizar a universalização do acesso ao registro civil de nascimento;
- 7) Fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e serviços da comunidade;
- 8) Promover, defender e proteger os direitos humanos de crianças e adolescentes;
- 9) Difundir informação e educação na área de direitos humanos como forma de contribuir para a construção de uma cultura para a paz e promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

2.2 Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais:

A articulação e a mobilização institucionais são características centrais da atuação da SDH. Uma das vertentes que justificam tais características está relacionada à compreensão de que o atendimento aos compromissos internacionais² e nacionais³ de direitos humanos é tarefa de todo o Estado e da sociedade. Com esse entendimento, a Secretaria cumpre suas atribuições com foco na constituição e consolidação de ampla rede de parcerias que envolvem Ministérios e Secretarias, outros órgãos dos três poderes e das três esferas de Governo, além do Ministério Público Federal e dos Estados. Tal rede envolve de forma destacada a participação das organizações e movimentos sociais, além de empresas estatais e a iniciativa privada.

Outro motivo para tal conformação diz respeito às atribuições da SDH. Incumbe à Secretaria a coordenação de políticas nacionais vinculadas a grupos ou temas específicos, como é o caso de Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência, Idosos, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros – LGBT, Combate à Tortura, Combate à Homofobia, Direito à Memória e à Verdade e Proteção a Pessoas Ameaçadas. Cabe, ainda, à Secretaria coordenar a articulação político-institucional relacionada aos temas Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Erradicação do Trabalho Escravo. A implementação de tais políticas envolve um grande número de instituições públicas atuando em constante parceria com organizações privadas.

¹ O Objetivo de Governo nº 4 é o principal objetivo a que se vinculam os programas e ações da SDH.

² O Brasil é signatário de praticamente todos os tratados internacionais de direitos humanos tanto do sistema ONU quanto da OEA.

³ Destacam-se a Constituição Federal e o Programa Nacional de Direitos Humanos, além de outros normativos específicos sobre direitos humanos.

Igualmente, ressalta-se a existência de espaços institucionais relevantes que consolidam a articulação e a mobilização em torno do tema. Além do conjunto de conselhos, comissões, comitês e fóruns, já mencionados, a Secretaria tem atribuição de coordenar a organização de cinco Conferências Nacionais relacionadas a temas sob sua responsabilidade. Cada qual dispõe de calendário próprio de realização e todas são precedidas por etapas municipais ou regionais e estaduais.

Ademais, conforme se demonstrará adiante, a execução orçamentária do órgão é marcada pela realização de transferências voluntárias a estados, municípios, instituições de ensino superior e ao setor privado (entidades privadas sem fins lucrativos) por meio de convênios e termos de parceria. Soma-se a isso a celebração de Termos de Cooperação com outros órgãos da Administração Federal envolvendo tanto a descentralização de crédito da SDH para seus parceiros, como o recebimento de recursos de outros órgãos para execução pela SDH.

Na mesma linha da articulação e mobilização, a Secretaria tem destacada atuação no cenário internacional com participação marcante no Conselho de Direitos Humanos e outros órgãos e agências da Organização das Nações Unidas – ONU, na Comissão e na Corte Interamericanas de Direitos Humanos e na reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul, além de crescente cooperação bilateral. Internamente, tal atuação é marcada pela cooperação técnica com diversas agências da ONU e de outros organismos multilaterais.

Por fim, importa destacar que, especificamente para o exercício 2010, fruto de sua Oficina de Planejamento Anual, a Secretaria estabeleceu três eixos estratégicos com o objetivo de aprimorar a sua coordenação interna e qualificar sua atuação. São eles:

- a. Educação em Direitos Humanos – objetiva articular e fortalecer ações vinculadas à difusão de informações sobre direitos humanos, à capacitação de pessoas para promoverem e defenderem os direitos das pessoas e à formação de recursos humanos das redes, sistemas e serviços de promoção, defesa, garantia e proteção de direitos humanos. É considerado tema estruturante, visto que perpassa todos os programas e políticas levadas a cabo pela SDH e com potencial para aprimorar a qualidade de vida das pessoas e o convívio social.
- b. Informações em Direitos Humanos – objetiva coordenar esforços dos diferentes programas da Secretaria para a captação de dados e a construção de informações relacionadas aos diversos temas de competência da SDH. É igualmente considerado tema estruturante por contribuir para o conhecimento da realidade do país e por corroborar para a mensuração dos resultados das ações e para a constante readequação das políticas públicas da área;
- c. Relações Federativas – visa direcionar os esforços dos diferentes programas da Pasta para a construção e a consolidação da relação da Secretaria com os órgãos responsáveis pelos temas de sua competência no âmbito dos estados e dos municípios.

2.2.1. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

O processo de planejamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República consiste na realização anual de Oficina de Trabalho que reúne o Ministro e seus principais dirigentes. Nessa oportunidade, após uma análise do balanço das realizações e pendências do exercício anterior, são apresentadas, discutidas e aprovadas as principais linhas de atuação e atividades a serem realizadas no exercício e o indicativo das perspectivas para o exercício seguinte. Da Oficina resulta um Relatório Final e um Plano Operacional que norteia a execução das atividades planejadas e que é monitorado ao longo do ano pela Unidade de Monitoramento e Avaliação – UMA e nas reuniões mensais do Comitê de Coordenação de Programas – CCP. Ao final do

exercício, constrói-se um Balanço de atividades que permite avaliar a realização das metas pactuadas para o ano e de outras que eventualmente tenham sido necessárias inserir, que instruirá a elaboração do Plano de Ações para o próximo exercício.

No que tange ao exercício 2010, também foram produzidos textos analíticos pelos responsáveis pelas grandes unidades administrativas, pelos coordenadores dos eixos estratégicos e pela Unidade de Monitoramento e Avaliação.

2.2.1.1 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

O planejamento anual da SDH para 2010 foi caracterizado pela definição de ações que objetivaram a articulação interna de ações rumo ao aperfeiçoamento institucional e político-gerencial, bem como rumo à implementação de políticas públicas de promoção, garantia e defesa de direitos humanos que envolvem um conjunto amplo de atores governamentais e não-governamentais.

Assim, na linha do aperfeiçoamento institucional e político-gerencial, o ano foi marcado pela realização da meta de reestruturação administrativa alcançada com a edição da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, regulamentada pelos Decretos nº 6980 e 6998, ambos de 2009, e atualizada com a publicação da Lei nº 12.314/2010 e do Decreto nº 7.256/2010, que tratam da estrutura organizacional da área. As normas vieram implementar projeto para redimensionar o status da SDH e o seu desenho organizacional, bem como formalizar a existência de unidades administrativas, com a atribuição de responsabilidades antes dispersas ou concentradas em grandes áreas. Além disso, foram criadas unidades que permitem a assunção de novas competências que visam aprimorar o desempenho operacional do órgão.

O processo de reestruturação, que veio a se concretizar em 2010, na verdade se iniciou ainda no final de 2006 com amplas negociações com o MPOG e a Casa Civil. Assim, para dar suporte a essa missão, a Secretaria planejou, durante todo o ano de 2007, através de discussões internas e conversas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma reestruturação organizacional, cuja proposta pode ser dividida em quatro eixos principais e convergentes. O primeiro eixo trata da elevação do nível da Secretaria e organização de uma Secretaria Executiva, fortalecimentos indispensáveis para a articulação das políticas de Estado e governo dentro de uma ótica de garantia e proteção de direitos, e para uma manutenção sólida dessas parcerias. Nesse sentido, foi prevista a criação do cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos (o que veio a se concretizar apenas com a edição da MP 483/2010, posteriormente convertida na Lei nº 12314/2010), com fortalecimento de sua estrutura de gabinete para conduzir os principais colegiados (a Secretaria é um dos órgãos da Administração Pública Federal que abriga o maior quantidade desse importante tipo de instrumento de participação e controle social) e para assessoria direta e imediata.

O segundo eixo foi a estruturação de um Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos no Gabinete do Ministro, como espaço nacional para receber, encaminhar e monitorar denúncias de violações aos direitos humanos. Neste sentido, é requerido do Ouvidor ações de articulação com as áreas internas da Secretaria e articulação externa com entidades representativas da sociedade civil, Conselhos e órgãos públicos, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como o Ministério Público, em todas as suas esferas, visando à mediação de conflitos e o atendimento às violações contra o cidadão baseado na legislação vigente, como por exemplo a Lei 11.551 de 19 de novembro de 2007, que institui o Programa Disque Idoso. A Secretaria atualmente recebe denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes através do Disque 100, e, desde dezembro de 2010, com a celebração de um contrato de prestação de serviço de caráter continuado, o serviço foi ampliado para outros módulos, de forma a englobar toda a temática dos Direitos Humanos,

iniciando com idosos, combate à tortura, à homofobia, criança e adolescente e outras violações. A meta é de que o Disque Direitos Humanos continue ampliando de maneira a que, com a inserção de novos módulos, possa englobar toda a temática dos Direitos Humanos. O Ouvidor ainda tem o papel de representar o Ministro de Estado nos casos de violações de direitos humanos de grande gravidade ou repercussão nacional e internacional.

O terceiro eixo previu a criação da Secretaria Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, visando um fortalecimento da então Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, compromisso assumido publicamente pelo Sr. Presidente da República, e cuja importância e necessidade foram reconhecidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e pelo Tribunal de Contas da União, que expressou em recomendação à Presidência da República “que envide esforços no sentido de (...) elevar a CORDE à condição de secretaria especial, com vistas ao seu fortalecimento e em virtude da relevância de seu trabalho e de seu público alvo.”

Por fim, o quarto eixo da proposta de reestruturação foi o fortalecimento e a integração das áreas-fim para atender ao volume de atividades e às novas demandas previstas nas outras duas Agendas Sociais, da Criança e do Adolescente e do Registro Civil de Nascimento. Com o lançamento das referidas Agendas, a equipe gerencial passou a comportar carga ainda maior de demandas e trabalho. Adicionalmente, a SDH era parceira nos programas PRONASCI, Pró-Jovem, Mais Cultura, Territórios de Cidadania e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, desenvolvidos pelo Governo Federal no âmbito da Agenda Social. Importante observar que a proposta também tentou readequar a estrutura da Secretaria para o rol de atribuições que lhe foi conferido quando de sua criação, uma vez que o grande número de temas, e suas complexidades associadas, nunca encontraram na Secretaria estrutura compatível que permitisse um desenvolvimento estável das ações e programas associados com cada um. É o caso, por exemplo, da estruturação a área de atenção aos direitos da pessoa idosa tendo em vista a transferência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a SDH da coordenação da Política Nacional do Idoso.

Merece destaque também, no que se refere à coordenação político-gerencial, a adoção pela SDH do Modelo de Gestão do PPA idealizado pelo MPOG. Em 2010 tivemos a consolidação do Comitê de Coordenação de Programas – CCP, órgão de coordenação e acompanhamento da execução do PPA, e do Plano de Ações Anual, e da Unidade de Monitoramento e Avaliação – UMA o que permitiu aperfeiçoar a gestão do plano e do conjunto de políticas a cargo da Secretaria. O CCP configurou-se em um importante espaço de discussão político-gerencial da SDH com a participação de todos os Secretários Nacionais sob a coordenação do Secretário-Executivo e com o apoio administrativo da UMA. Esse modelo de gestão conferiu um caráter integrado, participativo e democrático aos processos de elaboração e execução orçamentária e monitoramento. Os reflexos são significativos no que se refere à centralidade e à governabilidade.

Junto a isso, avançou-se rumo à conquista de novo espaço para funcionamento de suas unidades que privilegiou a contigüidade e o aprimoramento da qualidade das instalações e dos ambientes de trabalho. Foi um processo longo de amplas discussões com MPOG, Casa Civil e Secretaria do Patrimônio da União (e com o apoio logístico do Ministério da Justiça) iniciado ainda em 2007 e concluído em 2010. Foi uma iniciativa que carrega consigo uma grande importância simbólica de afirmação da institucionalidade da SDH enquanto órgão responsável pela implementação da política de direitos humanos do governo.

No que tange às políticas públicas, 2010 foi marcado pela conquista de importantes metas no bojo das políticas coordenadas pela Secretaria e pelo avanço para a concretização de outros desafios estabelecidos. Os três temas coordenados pela SDH no âmbito da Agenda Social (Crianças e

Adolescentes, Pessoas com Deficiência e Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica), desenvolvidos em ampla articulação interministerial, foram priorizados para implementação das metas sob responsabilidade da Secretaria, com expressivo aporte de recursos orçamentários, e para a coordenação dos trabalhos dos vários órgãos que as integram. Nos três eixos, resultados começam a ser contabilizados e metas a serem cumpridas que corroboram para melhora da qualidade de vida dos seus públicos beneficiários.

As ações de promoção e garantia do Direito à Memória e à Verdade tiveram seguimento das ações em curso e novas conquistas com lançamento de livro específico sobre a situação de crianças e adolescentes vitimizados pela repressão política, a participação da SDH e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos em buscas de restos mortais de participantes da Guerrilha do Araguaia levadas a termo pelo Ministério da Defesa e a identificação dos restos mortais de Bérqson Gurjão Farias.

Registra-se também progresso na articulação do Programa de Proteção a Pessoas Ameaçadas com a integração das ações de proteção e dessas com as outras atividades relacionadas à defesa de direitos da Secretaria, em especial, as desenvolvidas pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH. No que tange às redes e serviços de promoção, defesa e garantia de direitos humanos, é permanente o desafio da integração e articulação.

Os eixos estratégicos definidos no planejamento anual permitiram coordenar esforços e articular a atuação das unidades internas da Secretaria. A ênfase na produção e na gestão de informações em direitos humanos começa a trazer resultados relevantes para a gestão e aperfeiçoamento das políticas sob a responsabilidade da Pasta. A realização de levantamento de necessidades de informações junto às áreas internas da Secretaria e também junto a outros órgãos federais é passo inicial para o aprimoramento de indicadores de programas. Igualmente a inclusão de temas de direitos humanos em pesquisas nacionais e a concepção e divulgação de levantamentos específicos permitem a consolidação de fontes de informações até então ausentes para temas de direitos humanos. Cabe também destacar o mapeamento interno realizado no âmbito do Subcomitê de Informações em Direitos Humanos vinculado ao CCP no qual todos as unidades da SDH apresentaram suas necessidades em indicadores, bem como o trabalho de georeferenciamento realizada em parceria com a UnB e o IBGE.

Por outro lado, a coordenação das relações com os entes federados tem permitido a construção de processos de articulação e de parcerias mais robustos que criam ambientes mais favoráveis ao sucesso dos programas e ações da SDH para a população. A consolidação do Fórum de Secretários Estaduais de Direitos Humanos, como espaço federativo de articulação das autoridades governamentais da área, e o estreitamento da relação com os representantes dos estados da Amazônia Legal e do Nordeste no bojo dos compromissos Mais Amazônia Legal e Mais Nordeste para a Cidadania são exemplos concretos de bons resultados dessa estratégia da Secretaria.

No eixo Educação em Direitos Humanos, destacam-se os avanços do conjunto dos programas para a disseminação de informações sobre o tema e para a capacitação de agentes centrais na difusão de temas, conceitos e valores dos direitos humanos. Campanhas de mobilização pelo registro civil e documentação básica, publicações, exposições, mostras e eventos de disseminação da cultura de direitos humanos marcaram o exercício.

O Governo Federal concedeu status de Secretaria Especial, e depois de Ministério, à Secretaria de Direitos Humanos, que até 2002 estava na estrutura do Ministério da Justiça.

Na divisão de temas entre as Secretarias da Presidência da República, a SDH ficou responsável pela condução de um leque amplo de áreas, como os direitos das pessoas com deficiências, crianças e adolescentes, idosos, população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), população em situação de rua, vítimas da hanseníase, direito à memória e à verdade, combate ao trabalho escravo e à tortura, proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas de morte, aos defensores de Direitos Humanos, relação com os sistemas internacionais ONU e OEA, educação em Direitos Humanos, entre outros.

Ao assegurar à SDH uma posição privilegiada de articulação entre todos os ministérios, o Governo reconheceu a importância da existência de um órgão específico para tratar de Direitos Humanos, dando resposta a uma velha reivindicação do movimento social nesse sentido. A abordagem universal e transversal dos Direitos Humanos é fundamental para a condução das políticas direcionadas para públicos específicos, formados por pessoas diferentes que, exatamente por isso, merecem atenção qualificada.

A atuação brasileira na temática dos direitos humanos é reconhecida internacionalmente, seja nas articulações bilaterais, seja nos fóruns do Sistema ONU e OEA. O Brasil é referência mundial nas políticas de promoção dos direitos humanos, na elaboração de relatórios temáticos aos organismos internacionais, estamos entre os primeiros países a aderirem às convenções e tratados internacionais na área dos direitos humanos. Essas conquistas institucionais conferem ao país uma inserção de destaque no concerto das nações.

O marco principal na Política de Direitos Humanos foi a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, lançado pelo Presidente Lula em dezembro de 2009. Assinado por 31 ministérios, garantindo a transversalidade do tema, o documento orienta o Poder Executivo na elaboração de suas políticas públicas. O programa reúne mais de 500 ações, distribuídas nos eixos: 1) Interação democrática entre estado e sociedade civil, 2) Direitos Humanos e Desenvolvimento, 3) Universalizar direitos em um contexto de desigualdades, 4) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, 5) Educação e Cultura em Direitos Humanos, 6) Direito à Memória e à Verdade. A implementação do PNDH-3 é conduzida pelo Comitê de Monitoramento Interministerial, composto por 21 ministérios e responsável pela elaboração de Planos de Ação bienais para a efetivação do programa. O primeiro será finalizado em dezembro, contemplando 2011 e 2012.

As conferências foram um importante instrumento utilizado pela SDH para orientar a construção de políticas na sua área de atuação.

No programa nacional de Direitos Humanos, o tema do Direito à Memória e à Verdade ganhou contornos mais concretos no Governo, indo além da reparação às vítimas – assegurada pelas Leis 9140/95 e 10.559/02. A partir de 2006, o tema passou a ser trabalhado pela SDH em livros, exposições e na instalação de memoriais em homenagem a desaparecidos políticos em mais de 35 cidades brasileiras. Um importante passo em direção à afirmação desse direito foi dado com o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade, em 13 de maio de 2010. A tramitação do PL no Legislativo, assim como a inserção desse tema de forma definitiva na pauta nacional e na agenda de Direitos Humanos, asseguram o prosseguimento desse debate nos próximos anos.

A política nacional para a infância e adolescência teve especial destaque, com ampliação dos investimentos nas políticas sociais básicas que permitiram acentuada melhora na situação de crianças e adolescentes, tais como a redução da pobreza, a diminuição da mortalidade infantil e a universalização do ensino fundamental. A intersetorialidade e a pactuação federativa foram priorizadas na condução da política, com destaque para a coordenação da SDH do maior programa

intersetorial de proteção e promoção de direitos - a Agenda Social Criança e Adolescente, que reuniu 47 ações de 14 ministérios, com foco no enfrentamento da violência contra esta parcela da população.

Eleita como uma das prioridades do governo, o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes foi realizado de forma integrada pelos ministérios e com ampla mobilização social. A implantação de um canal de denúncia (Disque 100), a pactuação com empresas no sentido de sua responsabilidade social e a ação cooperada com outros países em regiões de fronteira foram alguns dos avanços do Brasil neste enfrentamento.

Novas políticas de proteção também foram formuladas, como o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) - voltado para adolescentes em conflito com a lei -, e o Plano Nacional do Direito à Convivência Familiar e Comunitária - para reordenamento dos abrigos e construção de alternativas como famílias acolhedoras e incentivo à adoção. O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2011/2020, que irá orientar as políticas públicas neste tema, está em consulta pública e deve pautar a agenda de trabalho da área nos próximos anos.

Outra Agenda Social coordenada pela SDH foi a mobilização pelo Registro Civil de Nascimento, que congregou ações de diversos ministérios em favor da promoção do registro e da documentação civil básica. Com foco no Nordeste e na Amazônia Legal, a iniciativa buscou garantir aos cidadãos dessas duas regiões – que apresentam os piores índices de sub-registro - o pleno exercício da cidadania. O índice de sub-registros baixou de 18,9% em 2003 para 8,2% em 2009, com possibilidade de se atingir 5% até o final de 2011, percentual exigido pela ONU para considerar o sub-registro erradicado.

Na área das pessoas com deficiência, destaca-se como avanço importante a ratificação, com equivalência de emenda constitucional, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU). Além disso, mereceu reconhecimento internacional a concessão de indenizações às pessoas atingidas pela hanseníase que ficaram isoladas compulsoriamente durante muitos anos. A SDH também foi responsável pela coordenação da Agenda Social sobre este tema, que envolveu ações de sete ministérios com foco na reabilitação, acessibilidade na habitação, mobilidade urbana, educação inclusiva e incentivo à qualificação profissional e à empregabilidade. Por fim, cabe registrar o engajamento da Secretaria na gestão da Copa Mundial da FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com o desafio de assegurar os parâmetros técnicos de acessibilidade em todos os investimentos que serão realizados nas cidades-sede.

Os serviços de proteção aos defensores dos Direitos Humanos, às vítimas e testemunhas ameaçadas e aos adolescentes sob risco de morte, cresceram e foram aperfeiçoados. O combate à tortura, à violência contra a pessoa idosa, o enfrentamento das modalidades recentes de trabalho escravo e o fortalecimento das ouvidorias de polícias também se ampliaram de modo palpável. Em 2004, nasceu o “Programa Brasil Sem Homofobia”, capitaneado pela SDH, com a participação de oito ministérios, que constituiu um espaço institucional permanente, até então inexistente, para o diálogo entre o Movimento LGBT e o Estado. A I Conferência Nacional – a primeira em âmbito internacional a ser convocada por um Chefe de Estado – subsidiou a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, envolvendo 18 ministérios.

Importante ressaltar ainda a parceria da SDH com o Ministério da Educação para concretizar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, estratégico para a transformação do Brasil num país onde todos assimilem os sentimentos de solidariedade e respeito à pessoa humana. Também houve investimentos em iniciativas novas para a disseminação da compreensão sobre os Direitos Humanos, como a Revista Direitos Humanos, quadrimestral, já em seu número 7, a Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, que em 2010, em sua quinta edição, foi levada a 20 capitais,

e o Show Diretos Humanos – Iguais na Diferença, que marca o aniversário da Declaração Universal, reunindo artistas de grande expressão nacional para falar sobre a importância dos Direitos Humanos, também em sua quinta edição, em 2010 realizado na cidade de Recife-PE.

A valorização da produção de dados é outro avanço recente. A Secretaria conseguiu inserir, entre as perguntas que constam no Censo 2010 do IBGE, duas questões referentes a áreas dos Direitos Humanos. Uma delas diz respeito às pessoas que vivem relações homossexuais – em censos anteriores, essa resposta era rejeitada como erro, e hoje o sistema foi estruturado para coletar esse dado, possibilitando que o país, pela primeira vez, tenha um número oficial de casais do mesmo sexo. Outra inovação é a pergunta sobre o Registro Civil de Nascimento. Dessa forma, tem-se acesso à informação sobre como está a população no que diz respeito à garantia da certidão de nascimento. Com a informação detalhada do Censo, a SDH poderá trabalhar áreas específicas onde ainda há alto índice de subregistro.

Merece destaque a sólida atividade editorial que pautou a vida da SDH no período, com larga distribuição nacional de livros e publicações consistentes versando sobre as políticas públicas relacionadas com crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, história do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, celebração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Tratados da ONU e da OEA sobre Direitos Humanos, seis trabalhos sobre Direito à Memória e à Verdade e muitos outros.

Esse amplo conjunto de ações, fortalecendo todos os programas pré-existentes e multiplicando amplamente, com criatividade e ineditismo, as iniciativas de promoção e defesa dos Direitos Humanos, trouxe resultados palpáveis, com um saldo reconhecidamente positivo, cuja continuidade em 2011 certamente envolverá novos avanços e novos marcos de pioneirismo.

2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade da SDH

Um balanço dos principais resultados do plano de ação de 2010 será apresentado ao longo deste Relatório, especialmente na avaliação dos programas e metas físicas das ações sob a responsabilidade da Secretaria no PPA 2008-2011.

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SDH

QUADRO II: DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0073		Denominação: Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover, defender e proteger os direitos humanos de crianças e adolescentes						
Objetivos Específicos: Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos						
Gerente: Carmen Silveira de Oliveira				Responsável:		
Público Alvo: Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
101.410.756	101.410.756	77.463.477	62.918.697		61.538.699	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados	31/12/2006	0	35	30	79,53
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quantidade de profissionais da rede de enfrentamento à violência sexual capacitados subtraídos da quantidade de profissionais capacitados em 2006 (18.617) / profissionais da rede capacitados em 2006.						
Análise do Resultado Alcançado						
A área de sensibilização do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes estabeleceu como prioridade, no planejamento de 2010, ações de educação em direitos humanos. Esse tema passou a ser pautado na comissão intersetorial de enfrentamento da violência sexual contra Crianças e Adolescentes no sentido de integrar os diversos Ministérios e organizações que compõem a comissão, pautando o tema do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nos seus processos de formação. Para tanto, o programa produziu vários recursos pedagógicos para disseminação do tema como: filmes, vídeos, peças de teatro, cartilhas entre outros. Além das capacitações diretas, também realizou um curso de capacitação para multiplicadores com as áreas de formação dos Ministérios, como estratégia de multiplicação do conteúdo. Esse movimento impactou no número de pessoas capacitadas no tema, especialmente em ministérios como o Ministério da Justiça, que capacitou mais de 18.000 profissionais, e o Ministério da Educação, com mais de 5.000 capacitados. Essa estratégia se mostrou eficaz e continuará a ser implementada em 2011.						

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0152		Denominação: Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – Pró-SINASE				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover, defender e proteger os direitos humanos de crianças e adolescentes						
Objetivos Específicos: Fortalecer a implementação do SINASE, visando a efetividade das medidas socioeducativas						
Gerente: Carmen Silveira de Oliveira				Responsável:		
Público Alvo: Adolescentes em conflito com a lei						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
85.260.724	107.754.404	89.436.588	55.306.211		55.293.951	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Déficit de Vagas nas Unidades Socioeducativas de Meio Fechado	31/08/2006	3.396,00	810	1,395	1.228,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório do número de adolescentes em cada unidade de internação, semiliberdade e internação provisória, que extrapola o número de vagas daquela unidade, somando-se a isso os adolescentes em cadeias, presídios e similares.						
Análise do Resultado Alcançado						
O apoio, pela SDH, às construções e reformas das unidades socioeducativas nos estados interferiu decisivamente para o alcance desse resultado, todavia o andamento de algumas das referidas obras sofreram atrasos, decorrentes da burocracia, do ritmo administrativo dos governos estaduais, volume de obras no território nacional dificultando processos licitatórios, dentre outros problemas de natureza da execução de obras. Considerando a pequena diferença no alcance da meta, prevê-se, com o término das obras, um resultado pleno.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Razão entre Adolescentes Cumprindo Medida em Meio Aberto e em Meio Fechado	31/12/2007	2,03	3	2,75	5,44
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) dividido pelo somatório de adolescentes cumprindo medida em meio fechado (Internação, Internação Provisória e Semiliberdade).						
Análise do Resultado Alcançado						
As articulações realizadas junto aos fóruns do Fonajuv – (fórum nacional de juizes), e do fonacriad- (fórum dos gestores do sistema socioeducativo), contribuíram para aproximar o diálogo entre os atores do sistema e ainda para a aplicação das medidas prevalecendo o esforço para a valorização dos programas em meio aberto.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de Formação dos Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo	31/12/2005	12,70	50	45	13,66
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de operadores do sistema de atendimento socioeducativo capacitados/ número total de operadores do sistema de atendimento socioeducativo.						
Análise do Resultado Alcançado						
O comprometimento no alcance desta meta se deve, principalmente, às seguintes causas: dificuldade no estabelecimento de parcerias entre governos estaduais e instituições de ensino superior decorrentes das exigências legais para este tipo de prestação de serviço; especificidade do tema e dificuldade de encontrar especialistas que atendam a qualidade e pertinência da docência; os limites dos gestores para liberação dos servidores na agenda de capacitação uma vez que as unidades socioeducativas tem funcionamento ininterrupto.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Taxa de Municipalização das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto nas Grandes Cidades	31/12/2005	40,00	100	90	97,00

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de municípios com mais de 100 mil habitantes com meio aberto implantado/ números de municípios com mais de 100 mil habitantes no Brasil

Análise do Resultado Alcançado

O trabalho de articulação com gestores estaduais e municipais para estimular o processo de municipalização das medidas em meio aberto, previstos no ECA e no SINASE, foi responsável em grande parte por este resultado, expresso em projetos financiados pela SDH.

Outro fator importante para o alcance da meta foi a assunção, pelo MDS, do co-financiamento fundo a fundo das medidas em meio aberto e a adesão das prefeituras nesta ação. Ao longo do tempo, vai-se consolidando uma política de atendimento ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional.

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0153		Denominação: Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover, defender e proteger os direitos humanos de crianças e adolescentes						
Objetivos Específicos: Consolidar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar sua atuação de acordo com o marco legal vigente						
Gerente: Carmen Silveira de Oliveira				Responsável:		
Público Alvo: Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
31.385.919	95.647.468	23.414.049	70.769.222		8.227.886	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos Capacitados	31/07/2007	50,00	100	90	70,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades do SGDCA apoiadas e o total de unidades existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
O total de Unidades do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente hoje, conforme dados da MUNIC 2009, ultrapassa as 10.000 unidades. A cobertura de ambos ultrapassa 90,0%, mas a quantidade de municípios que possuem Conselhos Tutelares ultrapassou a dos que possuem Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: 98,3% e 91,4%, respectivamente. Destes, foram beneficiados pelo Programa mais de 27 mil Conselheiros Tutelares, sendo o total de 36.486 a meta a ser atingida para o final do exercício. As capacitações presenciais foram viabilizadas exclusivamente pelas Escolas de Conselhos. Contudo, outras iniciativas de abrangência regional e nacional – presencial e à distância - também foram desenvolvidas visando à qualificação de conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares, à equipagem de conselhos tutelares, à realização do II Encontro Nacional das Escolas de Conselhos e, ainda, à realização do 1º Encontro Nacional de Boas Práticas - que envolveu mais de 500 participantes, a avaliação das escolas de conselhos (nas 17 escolas já implantadas). Estimulou-se, ainda, a capacitação em âmbito distrital, para o reordenamento da Rede de Acolhimento e para o fortalecimento do trabalho de reintegração familiar envolvendo gestores, técnicos e cuidadores que atuam nos serviços de acolhimento; gestores e técnicos dos CREAS e da Gerência de Ações Especiais; gestores e técnicos das políticas de saúde, educação e segurança; profissionais da Promotoria da Infância e Juventude; Vara da Infância e Juventude e Defensoria Pública do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, ampliou-se a capacitação dos profissionais que atuam no Sistema de Justiça, em matéria de adoção, que também está sendo apoiada em todo o território nacional (nas 5 regiões do país). A abrangência da cobertura e atendimento aos Conselhos Tutelares e de Direitos também foi fortalecida por meio da formulação dos Módulos de Capacitação à Distância para Escolas de Conselhos (temáticas relacionadas ao uso de substâncias						

psicoativas; diversidade indígena; abrigo de crianças e adolescentes; violência física intrafamiliar contra crianças e adolescentes; e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes) e, ainda, da qualificação por meio de parcerias com a FIOCRUZ – para formação de conselheiros em todo o Brasil.

Assim, foram alcançados mais de 30 mil pessoas entre crianças adolescentes e conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares por meio de Entidades parceiras em todo o território nacional.

Importa esclarecer que as ações e apoios no contexto do programa 0153 buscam uma sinergia entre ações estratégicas no contexto de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, a saber: produzir conhecimentos, estudos e pesquisas na área da infância e adolescência, identificar e apoiar experiências criativas, inovadoras e bem sucedidas na área (que pudessem ser replicadas), apoiar os fóruns e redes de promoção e defesa em suas mais variadas estratégias. Destaca-se ainda, o necessário aperfeiçoamento e manutenção do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, com um arranjo institucional adequado e com treinamentos correspondentes, como base operativa do trabalho dos Conselheiros.

O conjunto de outras ações do Programa não incide diretamente – ou pelo menos não permite uma apuração sensível neste momento – na variação do indicador do programa. Se destacam, ainda, os apoios visando à ampliação da participação dos fóruns de conselhos tutelares dos Estados Brasileiros em ações de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a articulação da Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e o apoio aos Fóruns Estaduais e às 53 entidades filiadas ao Fórum DCA que passam a estar informados e mobilizados, tendo acesso à folderes, cartilhas, ECA, cartões e cartazes temáticos. Estão contidas, ainda, ações de sistematização de boas práticas - em que se destaca o diagnóstico acerca dos Direitos da Criança e do adolescente indígenas, projeto relativo ao tema de crianças portadores de deficiências, prevenção de crimes contra crianças e adolescentes na Internet, dentre outros, visando à identificação de elementos a serem focalizadas nas políticas públicas, bem como os estudos e pesquisas, destacando-se a avaliação da implementação da política de direitos humanos de crianças e adolescentes no território nacional nos últimos vinte anos e a pesquisa socio-demográfica de crianças e adolescentes em situação de rua. Foram mais de 20 Estudos e Pesquisas sobre Infância e Adolescência realizados entre os quais se destacam a Pesquisa Conhecendo a Realidade, a Primeira Pesquisa Censitária de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, os Balanços do ECA e FIA e o Diagnóstico das crianças e adolescentes indígenas, dentre outros.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Municípios com Implantação de Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente		0,00	0,00	0,00	95,00

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de municípios com sistema de defesa dos direitos da criança e do adolescente implantado (Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente) e o número de municípios existentes.

Análise do Resultado Alcançado

A apuração deste percentual, de forma fidedigna, exige um acompanhamento sistemático por meio de sistema com escopo gerencial que permita o acompanhamento anual da expansão das Unidades do SGDCA, desde a base local. Para além de pesquisas e levantamentos esporadicamente realizados, o SIPIA CT, se plenamente implementado – já que esta foi uma das ações focalizadas nos últimos anos pela SNPDC (seja do ponto de vista da recente revisão, seja pelo grande investimento em processos de interiorização do mesmo) permitirá o acompanhamento continuado deste indicador. Conquanto, convém ressaltar que a criação de Conselhos Municipais e Tutelares é uma obrigação determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, a estruturação legal destes órgãos em cada município deve resultar da articulação entre organizações governamentais e não-governamentais, de modo a garantir ampla participação. Os Conselhos Estaduais devem se envolver no processo de implantação e de identificação dos municípios desprovidos de Conselhos e incentivar sua criação. Neste sentido, a recente pesquisa do IBGE que aponta para cobertura superior à 90% de unidades básicas, em média, expressa uma grande conquista já que, em 1999, apenas 55,0% dos municípios possuíam Conselhos Tutelares e 71,9% possuíam Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0154		Denominação: Garantia e Acesso a Direitos				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Proteger e promover os direitos humanos de grupos vulneráveis						
Objetivos Específicos: Atuar na construção de mecanismos institucionais de intervenção com vistas a garantir os direitos de cidadania						
Gerente: Lena Vânia Carneiro Peres				Responsável:		
Público Alvo: Grupos Vulneráveis						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
32.812.896	32.812.896	14.469.683	6.020.569		6.010.964	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos	12/01/2001	18,50	100	100	18,50
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de estados com conselhos estaduais de direitos humanos e o total dos estados brasileiros.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os recursos disponíveis para essa ação no exercício de 2010 advieram de Emendas Parlamentares destinadas aos Estados do Acre e de Minas Gerais e foram utilizados para aquisição de veículos e computadores para equipagem dos Conselhos Tutelares de Crianças e Adolescentes nessas localidades.						

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0155		Denominação: Gestão da Política de Direitos Humanos				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover a inserção da temática dos direitos humanos de forma transversal nas políticas públicas						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Direitos Humanos						
Gerente: Bárbara Pincowsca Cardoso Campos				Responsável:		
Público Alvo: Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
10.937.757	10.937.757	6.677.613	1.183.064		1.183.064	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Fórmula de Cálculo do Índice						
NC						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>A gestão interna da SDH está institucionalizada com a adoção do Modelo de Gestão do PPA, criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e que prevê, dentre outras coisas, a criação de um Comitê de Coordenação de Programas (CCP). O CCP, presidido pelo Secretário Executivo e com a participação de todos os principais dirigentes do órgão, é o foro em que as questões político-gerenciais da Secretaria (como o monitoramento do Plano de Ação Anual, elaboração e execução orçamentária, entre outros) são discutidas em reuniões mensais. Cabe a esse foro coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Direitos Humanos.</p> <p>Em apoio ao CCP, existe a Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) integrada por servidores capacitados em gestão pública e que atuam em articulação com as Secretarias Nacionais por meio dos Coordenadores-Gerais de Acompanhamento de Programas (CGAP's), cargo criado com a recente reestruturação da SDH.</p> <p>No que diz respeito à construção do orçamento, são promovidas discussões com todos os setores e dirigentes da SDH sobre a melhor forma de aplicar os recursos disponíveis. O Ministério do Planejamento estabelece um limite orçamentário para a Presidência da República e esta, por sua vez, distribui entre suas unidades. É a partir dessa informação que todas as áreas da Secretaria estabelecem suas necessidades. Essa co-participação, além de promover uma grande interação entre os diversos setores da SDH, gera também a consciência de responsabilidade unificada para a defesa dos Direitos Humanos como um todo.</p> <p>A valorização da produção de dados é outro avanço recente. A Secretaria conseguiu inserir, entre as perguntas que constam no Censo 2010 do IBGE, duas questões referentes a áreas dos Direitos Humanos. Uma delas diz respeito às pessoas que vivem relações homossexuais – em censos anteriores, essa resposta era rejeitada como erro, e hoje o sistema foi estruturado para coletar esse dado, possibilitando que o país, pela primeira vez, tenha um número oficial de casais do mesmo sexo. Outra inovação é a pergunta sobre o Registro Civil de Nascimento. Dessa forma, tem-se acesso à informação sobre como está a população no que diz respeito à garantia da certidão de nascimento. Com a informação detalhada do Censo, a SDH poderá trabalhar áreas específicas onde ainda há alto índice de sub-registro.</p> <p>Os investimentos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na produção de dados tem o viés de torná-la um órgão forte, capaz de formular, articular e monitorar uma política nacional de Direitos Humanos com característica de política de Estado. Esta consolidação poderá ser verificada nos próximos capítulos.</p>						

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0670		Denominação: Proteção a Pessoas Ameaçadas				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Proteger e promover os direitos humanos de grupos vulneráveis						
Objetivos Específicos: Garantir proteção especial a testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como prestar assistência a vítimas sobreviventes de crimes						
Gerente: Lena Vânia Carneiro Peres				Responsável:		
Público Alvo: Testemunhas de crimes, vítimas de violência, defensores de direitos humanos, crianças e adolescentes ameaçados de morte						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
34.739.054	34.739.054	32.054.964	20.820.193		20.719.033	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção	31/12/2003	100	100	100	100
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de beneficiários protegidos e o número total de pedidos de proteção para pessoas legalmente aptas						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice final verificado se deve à característica de universalidade do Programa que para prestar a proteção devida à vítima ou testemunha sofredora de grave ameaça ou coação deve, necessariamente, atender a todos e todas potenciais vitimados. Todavia, para melhor atingimento da proposta do índice, sugere-se a divisão do indicador para: “taxa de atendidos e inclusos no programa” e “taxa de atendidos e não inclusos no programa”.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes		0	0	0,78	-0,02
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quantidade de pessoas atendidas no ano em apuração subtraída a quantidade de pessoas atendidas em 2004 (3.500)/quantidade de pessoas atendidas em 2004 (3.500)						
Análise do Resultado Alcançado						
Embora o apontamento do índice atingido no exercício indique quantitativo inferior ao real, denota-se, da análise dos atendimentos realizados no ano de 2010, conforme levantamento feito junto aos programas nos estados, que o mesmo não traduz a realidade, vez que atendidos foram 1083 pessoas. Além do mais, verifica-se que no exercício de 2004 foram atendidas 504 pessoas, e não 3500, como consta na fórmula até então utilizada. Considerando-se tais informações, conclui-se que o indicador “taxa de evolução do atendimento dos serviços...” pode ser obtido pela seguinte fórmula: ano vigente (1083) subtraído dos atendimentos de 2004 (504) dividido pela quantidade de atendimento de 2004. A taxa de evolução do atendimento é, nesse caso, 1,14, superior ao previsto.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Tempo médio de capacitação oferecido aos técnicos dos serviços de proteção.	31/12/2007	228	648	544	447
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório dos técnicos que participaram de eventos de capacitação, dividido pelo número total de técnicos dos serviços de proteção e multiplicado pelo total de horas-aula concedidas.						
Análise do Resultado Alcançado						
Embora as capacitações realizadas o foram para o atendimento da totalidade dos técnicos dos programas, verificou-se que nem todos participaram da totalidade das atividades, o que gerou um índice inferior ao previsto.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Tempo médio de permanência das crianças e adolescentes ameaçados nos serviços de proteção		0	0	0	7

Fórmula de Cálculo do Índice

Somatório do tempo em que as crianças e adolescentes permaneceram nos serviços de proteção, dividido pelo número de crianças e adolescentes ameaçados inseridos no programa.

Análise do Resultado Alcançado

No ano de 2010, o PPCAAM protegeu 514 crianças e adolescentes, somando-se a 876 familiares, perfazendo um total de 1390 pessoas. O objetivo do programa é uma proteção de caráter urgente e provisório, a fim de promover a reinserção social do protegido e seu núcleo familiar longe do local da ameaça. Tendo em vista a previsão de que um protegido fique no máximo 02 anos no programa, o alcance de 7 meses como tempo médio de permanência no programa torna o índice alcançado muito satisfatório.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Tempo médio de permanência das testemunhas nos serviços de proteção		0	0	0	36

Fórmula de Cálculo do Índice

Somatório do tempo em que as testemunhas permaneceram no programa, dividido pelo número de testemunhas inseridas no programa.

Análise do Resultado Alcançado

Sugere-se que para melhor mensuração do índice “tempo médio de permanência”, seja previamente indicado o índice previsto.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	Tempo médio de permanência dos defensores dos direitos humanos nos serviços de proteção		0	0	0	5

Fórmula de Cálculo do Índice

Somatório do tempo de permanência dos defensores de direitos humanos nos serviços de proteção, dividido pelo número total de defensores de direitos humanos inseridos no programa.

Análise do Resultado Alcançado

O tempo médio de permanência dos defensores no Programa de Proteção é de cinco meses, no entanto há casos em que a demora é maior chegando até a um ano ou mais. Esse índice depende muito da investigação e punição dos ameaçadores dos defensores dos direitos humanos e de ações tomadas pelos órgãos competentes em relação ao conflito gerado. Ex: conflito de terra ação: demarcação

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1078		Denominação: Nacional de Acessibilidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e serviços da comunidade						
Objetivos Específicos: Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida						
Gerente: Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior				Responsável:		
Público Alvo: Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
24.699.664	24.699.664	22.499.115	2.471.888		2.469.775	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Escolas Públicas Acessíveis	31/12/2007	10	22	18,6	19,3
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de escolas públicas acessíveis e o total de escolas públicas						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice atingido foi acima do previsto para o exercício. Houve um forte esforço político e financeiro para a inclusão de pessoas com deficiência na escola em razão da Agenda Social de Pessoas com deficiência lançada pelo Decreto nº 6.215/2007. O fato do tema ter entrado na pauta da Presidência da República garantiu uma importante visibilidade traduzida em recursos financeiros para melhorar os índices esperados. A relação entre contingenciamento no exercício, eventos negativos e que prejudicaram a execução dos trabalhos cabe ao MEC – que é o órgão executor desta ação.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	31/12/2007	0,40	7,50	6,50	28,56
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de escolas públicas acessíveis e o total de escolas públicas						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice atingido foi acima do previsto para o exercício. A existência das salas de recursos multifuncionais garante a equiparação de oportunidades e sua existência é imprescindível quando há alunos com deficiência matriculados. Houve um forte esforço político e financeiro para a inclusão de pessoas com deficiência na escola em razão da Agenda Social de Pessoas com deficiência lançada pelo Decreto nº 6.215/2007. O fato do tema ter entrado na pauta da Presidência da República garantiu uma importante visibilidade traduzida em recursos financeiros para melhorar os índices esperados. A relação entre contingenciamento no exercício, eventos negativos e que prejudicaram a execução dos trabalhos cabe ao MEC – que é o órgão executor desta ação.						

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1086		Denominação: Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e serviços da comunidade						
Objetivos Específicos: Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do país						
Gerente: Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior				Responsável:		
Público Alvo: Pessoas com Deficiência						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
9.690.696	9.960.696	3.867.862	2.212.565		2.212.565	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Efetividade de Aprendizes com Deficiência	01/05/2009	0,25	0,40	0,35	0,58
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de aprendizes com deficiência em empresas privadas e o número total de aprendizes em empresas privadas						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O índice atingido foi acima do previsto para o exercício, apesar de ser ainda pequeno quando considerada a totalidade das contratações de aprendizes e ressalta-se que é recente a implementação dessas políticas.</p> <p>Houve um esforço político e financeiro para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em razão da Agenda Social de Pessoas com deficiência lançada pelo Decreto nº 6.215/2007. O fato do tema ter entrado na pauta da Presidência da República garantiu uma importante visibilidade traduzida em ações concretas do MTE, como o Projeto Piloto de Incentivo à Aprendizagem das Pessoas com Deficiência, a Portaria nº 2.043/09 do MTE que aprova o Termo de Referência da submodalidade Consórcio Social da Juventude – CSJ, da modalidade Projovem Trabalhador, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, que obriga a destinação de, no mínimo, 10% das vagas dos cursos de qualificação social e profissional do Projovem Trabalhador para jovens com deficiência não restritivas do exercício de atividades laborais e, ainda, a Resolução nº 621/2009 do CODEFAT que em seu artigo 2º obriga a destinação de, no mínimo, 10% das vagas nos Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQ e Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQ, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, para pessoas com deficiência não impeditivas ao exercício de atividade laboral e segurados da Previdência Social em processo de reabilitação profissional cumpridos os requisitos legalmente estabelecidos para o PNQ e disposições da norma regulamentadora da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Houve também alteração na legislação brasileira (Leis nº 11.180/2005 e 11.788/2008) para retirar o limite máximo de idade e flexibilizar o prazo máximo da contratação de aprendizes com deficiência.</p> <p>A relação entre contingenciamento no exercício, eventos negativos e que prejudicaram a execução dos trabalhos cabe ao MTE – que é o órgão executor desta ação.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência	14/08/2003	44,44	0	100	100
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de estados brasileiros com conselhos de direitos da pessoa com deficiência e o total de estados brasileiros.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O índice atingido foi o previsto para o exercício e como se trata da totalidade dos Estados com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência não havia como ser ultrapassado. É um dado importante vez que houve o fortalecimento das instâncias de controle social e garantia de participação das pessoas com deficiência, em todos os estados brasileiros cumprindo a determinação constitucional, assegurando o exercício de direitos humanos e criando bases para a implementação e monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, ratificada pelo Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009.</p>						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de matrículas de pessoas com deficiência na rede regular de ensino	01/05/2009	54	64	60	68,93

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de matrículas de pessoas com deficiência em classe comum de escolas públicas e o número de matriculadas em classe comum e especial de escolas públicas

Análise do Resultado Alcançado

O índice atingido foi acima do previsto para o exercício, visto que o Decreto nº 6.571/2008, dispôs sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007 para garantir o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

Houve um forte esforço político e financeiro para a inclusão de pessoas com deficiência na escola em razão da Agenda Social de Pessoas com deficiência lançada pelo Decreto nº 6.215/2007. O fato do tema ter entrado na pauta da Presidência da República garantiu uma importante visibilidade traduzida em recursos financeiros para melhorar os índices esperados.

A relação entre contingenciamento no exercício, eventos negativos e que prejudicaram a execução dos trabalhos cabe ao MEC – que é o órgão executor desta ação.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência	01/05/2009	5,14	10	6,50	5,14

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de municípios brasileiros com conselhos municipais e o número total de municípios brasileiros.

Análise do Resultado Alcançado

O índice atingido foi abaixo do previsto para o exercício, visto que a autonomia municipal não pode ser ferida. Os Conselhos Municipais são criados por liberalidade do Município e não há obrigação legal para este fim. A política de apoio para Conselhos foi pensada para fortalecer os já existentes. Mesmo assim, as dotações orçamentárias previstas foram integralmente executadas.

O incremento do número de conselhos municipais deve continuar sendo almejado para fortalecer as instâncias de controle social e garantir a participação das pessoas com deficiência, em todos os municípios brasileiros para que possamos cumprir a determinação constitucional, assegurando o exercício de direitos humanos e criando bases para a implementação e monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, ratificada pelo Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009.

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1401		Denominação: Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Proteger e promover os direitos humanos de grupos vulneráveis						
Objetivos Específicos: Ampliar a capacidade institucional de resposta a violações de direitos humanos, em especial às violações perpetradas por agentes do Estado, e possibilitar a reparação às vítimas de violação das obrigações contraídas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de proteção dos direitos humanos						
Gerente: Lena Vania Carneiro Peres				Responsável:		
Público Alvo: Vítimas de violação, autores de denúncias e pessoas que se dispõem a colaborar com o sistema de segurança pública e justiça, especialmente em casos nos quais há um desincentivo à busca dos mecanismos institucionais disponíveis						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
855.556.927	921.066.927	873.533.794	864.611.048		864.611.048	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de Estados com Ouvidorias de Polícia Implantadas	27/08/2007	14	27	25	17
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de estados com Ouvidorias de Polícia implantadas.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice previsto no exercício não foi alcançado em razão de tratar-se de ano eleitoral, o que tornou mais difícil a articulação com os estados. A implantação de Ouvidorias nos Estados requer envolvimento da Sociedade Civil, especialmente articulações com os Conselhos de Direitos Humanos e de Segurança Pública, mas requer igualmente compromisso dos Governos destes estados em criar e dar condições de funcionamento a estes que são órgãos de controle externo das Polícias. Em se tratando de ano eleitoral, não houve disposição de muitos dos Estados em permitir e em realizar este processo e, outros ainda, permitiram que ocorresse, assumiram os compromissos e não os levaram adiante.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de Estados que Aderiram ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura	27/08/2007	11	27	25	16
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número total de estados que aderiram voluntariamente ao referido Plano.						
Análise do Resultado Alcançado						
A quantidade de estados previstos para a assinatura do PAIPCT não foi alcançada em função do ano eleitoral.						
Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1402		Denominação: Educação em Direitos Humanos				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a inserção da temática dos direitos humanos de forma transversal nas políticas públicas						
Objetivos Específicos: Promover uma cultura de respeito aos direitos humanos						
Gerente: Lena Vania Carneiro Peres				Responsável:		
Público Alvo: Sociedade brasileira						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
24.210.000	24.210.000	23.319.886	11.149.440		11.116.536	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de Núcleos de Pesquisas em Direitos Humanos em Universidades	31/12/2006	5	5	3	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quantitativo unitário de núcleos apoiados em universidades.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os Termos de Cooperação firmados no exercício de 2010 com as Universidades Federais do Rio de Janeiro, Goiás e Paraíba, para formação de 3 Núcleos de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos, ainda estão em fase de execução. A conclusão dos projetos está prevista para junho de 2011, salvo pedidos de prorrogação de prazo, razão pela qual não é possível, ainda, que se faça uma análise do resultado esperado.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de Pessoas Capacitadas em Temas de Direitos Humanos	31/12/2006	18.000	69.000	72.121	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma total do número de pessoas que tenham participado de ações de capacitação promovidas ou em parceria com a SDH. Serão contabilizados os participantes de cursos presenciais ou à distância e eventos relacionados aos temas de direitos humanos.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os Convênios para capacitação em questão foram firmados no final do exercício de 2010 e se encontram em fase inicial de execução. Assim, sem que haja relatório final do convênio, com as devidas prestações de contas, não há como mensurar efetivamente o índice atingido no exercício.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de Estados com Comitês de Educação em Direitos Humanos	23/08/2007	51,85	100	37	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de estados com comitê de educação em direitos humanos implantado e o total de estados brasileiros.						
Análise do Resultado Alcançado						
Desde o ano de 2007, a SDH desembolsou recursos financeiros para a implantação de 22 Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos, dos quais 3 ainda estão em fase de implementação pois os recursos financeiros foram desembolsados no final do exercício de 2010; tais Convênios estão em fase de execução, razão pela qual não é possível, ainda, que se faça uma análise do resultado esperado.						

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1404		Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Incrementar as ações de promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas buscando eliminar todas as formas de discriminação e violência, e viabilizar o acesso aos bens e serviços da comunidade para garantir o envelhecimento saudável						
Objetivos Específicos: Assegurar os direitos da pessoa idosa, enfrentando a violência e a discriminação e propiciando sua inclusão e participação efetiva na sociedade						
Gerente: Lena Vania Carneiro Peres				Responsável:		
Público População idosa brasileira						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
11.500.000	11.500.000	1.447.546	773.296		773.296	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Estados com Planos de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa		0	0	0	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de estados que possuem Planos de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa e o número total de estados						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O índice apontado não pode ser aferido diretamente, pois não existe no âmbito estadual/distrital Planos de Enfrentamento a Violência contra a Pessoa Idosa. Existe incidentalmente nas Políticas Estaduais/Distrital do Idoso dispositivos orientados ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa , no entanto não podemos considerar este dado como suficiente para preencher o indicador apontado.</p> <p>Contudo devemos fazer uma análise critica acerca da eficácia ou não do indicador atual em relação a aferição de avanços da política desta Secretaria de Direitos Humanos destinada às pessoas idosas. O decreto nº 6.800 de 2009 legitimou a SDH como Coordenadora da Política Nacional do Idoso, o que representa que esta Coordenação Geral dos Direitos do Idoso, enquanto órgão interno desta Secretaria temático afeto à área do envelhecimento, tem como competência a coordenação da Política Nacional do Idoso, atribuindo ao tratamento em questão o referencial da transversalidade. O foco está na violação dos direitos humanos, em todas as formas de discriminação, preconceito e violência. O indicador atual além de medir obtusamente a condução desta política, não logra êxito como aferidor nem mesmo no que diz respeito ao enfrentamento da violência, conforme justificamos acima.</p> <p>Desta forma, considerando a importância da representação destes indicadores, bem como a necessidade de tratarmos essa política de maneira transversal, sugerimos que o referido indicador seja excluído e substituído.</p>						

Fonte: SIGPLAN e Equipe Gerencial

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela SDH

O “QUADRO XXX – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SDH” encontra-se em anexo, em observância à Decisão Normativa –TCU nº 107/2010.

2.4 Desempenho Orçamentário / Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO III: IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	20121	200016
FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	20928	110244

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO IV: PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Unidade Orçamentária: Secretaria de Direitos Humanos							
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		8.493.222	9.879.407		94.058.907	102.164.987
	PLOA		8.493.222	9.879.407		94.058.907	102.164.987
	LOA		8.493.222	9.879.407		120.118.907	153.483.984
CRÉDITOS	Suplementares		1.523.000	5.611.000		9.363.998	4.269.485
	Especiais	Abertos				1.262	
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					96.000,00
		Reabertos					
	Créditos Cancelados					2.470.079	
Outras Operações							
Total		10.016.222	15.490.407			127.014.088	157.849.469

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente							
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO					39.660.000	38.986.314
	PLOA					39.660.000	38.986.314
	LOA					40.510.000	39.086.314
CRÉDITOS	Suplementares					12.361.819	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados					4.499.278	
Outras Operações							
Total						748.372.541	39.086.314

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO V: PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Unidade Orçamentária: Secretaria de Direitos Humanos							
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	46.927.132	54.596.193				
	PLOA	46.927.132	54.596.193				
	LOA	47.717.132	63.254.193				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	6.000.000	4.128.080				
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados	6.649.339	1.427.952				
Outras Operações							
Total		47.067.793	65.954.321				

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente							
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	1.900.000	8.174.686				
	PLOA	1.900.000	8.174.686				
	LOA	1.900.000	8.174.686				
CRÉDITOS	Suplementares	1.420.000					
	Especiais						
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		3.320.000	8.174.686				

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO VI: QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: Secretaria de Direitos Humanos								
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		94.058.907	102.164.987	46.927.132	54.596.193		
	PLOA		94.058.907	102.164.987	46.927.132	54.596.193		
	LOA		120.118.907	153.483.984	47.717.132	63.254.193		
CRÉDITOS	Suplementares		9.363.998	4.269.485				
	Especiais	Abertos	1.262		6.000.000	4.128.080		
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos		96.000,00				
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		2.470.079		6.649.339	1.427.952		
Outras Operações								
Total			127.014.088	157.849.469	47.067.793	65.954.321		

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente								
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		39.660.000	38.986.314	1.900.000	8.174.686		
	PLOA		39.660.000	38.986.314	1.900.000	8.174.686		
	LOA		40.510.000	39.086.314	1.900.000	8.174.686		
CRÉDITOS	Suplementares		12.361.819		1.420.000			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		4.499.278					
Outras Operações								
Total			48.372.541	39.086.314	3.320.000	8.174.686		

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO VII: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	110319	14131140246410001			9.900.000
		110005	14122075020000001			267
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	200005	4122075020000001			13.573.527
		200005	14122015222720001			176.716
		200005	14122007322720001			218.325
		200005	14122015322720001			591.033
		200005	14122015422720001			422.468
		200005	14122067022720001			255.000
		200005	14122140222720001			124.900
		200005	14122140422720001			215.844
		200005	14122107822720001			1.108.609
		200005	14122108622720001			737.473
		200005	14128140288140001			618.799
		200005	14126015510B90001			20.000
		200005	14422140149060001			810.417
		200005	14128140245720001			76.615
		200005	14241140488170001			198.343
		200005	14128067083660001			450.515
		200005	14422015488020001			1.905.000
		200005	14128108662460001			121.195
		200005	04122075020000001			600.000
		200005	12243007389540001			485.000
		200006	14301075020040001			63.696
		200006	14122075020000001			336.717
		200006	14122075009HB0001			373.430
		200006	14122075020000001			15.116.977
		200006	14306075020120001			534.235
		200006	14301075020CW0001			43.604
		200006	14128140245720001			15.090
		200006	14331075020110001			67.038
		200006	14301075020CW0001			43.604
		200006	04301075020040001			3.033
		200006	04122075009HB0001			6.152
		200006	14122015322720001			208.966
		114702	14122075020000001			19.440
		240005	14122108622720001			38.544
		240005	14122075020000001			20.357
		153062	14122075020000001			4.675
		153065	14243015287950001			50.007
		153065	14422015487990025			68.653
		153065	14422140289970001			98.608
		153065	14128015287930001			224.628
		257001	14122075020000001			300.00
		154419	14422015488100001			55.740
		153046	14422015488040001			107.309
		153046	14422140288150001			23.640
		153037	14422140288150001			90.000
		154054	14422140288150001			60.385
		154040	14128015287930001			894.372
		154040	14571015589420001			184.510
		154040	14128140288140001			200.000

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
		154040	14128015362470001			29.842
		154040	14243007387870001			708.582
		154040	14243007387910001			149.559
		200140	14122075020000001			27.467
		153115	14128140288140001			54.651
		153115	14422140289970001			100.000
		153052	14422140289970001			90.629
		200336	14243007387910001			11.748
		158195	14422015487990025			29.862
		153063	14243015387980056			500.000
		153063	14128015362470001			358.132
		510002	14126015510B90001			970.000
		153284	14243007387910001			100.000
		153284	14128015287930001			196.385
		153284	14243015287950001			234.220
		153103	14128015287930001			174.600
		153103	14243015287950001			35.400
		153103	14128015362470001			208.069
		154080	14128015287930001			130.223
		254420	14128015362470001			250.000
		154039	14128015362470001			110.492
	Recebidos	110319	14131140246410001			448.383
		114702	14122075020000001			4.860
		153046	14422015488040001			410
		153046	14422140288150001			65.000
		153052	14422140289970001			1.898
		153065	14128015287930001			38.345
		153065	14422015487990025			56.214
		153065	14243015287950001			9.534
		153103	14128015362470001			359.837
		153103	14128015287930001			174.600
		153103	14243015287950001			35.400
		153115	14422140289970001			100.000
		153115	14128140288140001			6.683
		153173	12243007389540001			485.000
		153272	14243015287950001			143.614
		153284	14243015287950001			234.220
		153284	14243007387910001			35.949
		153284	14128015287930001			196.385
		154040	14128015362470001			5.246
		154040	14128015287930001			2.120
		154040	14243007387870001			26.035
		154054	14422140288150001			30.795
		154419	14422015488100001			42.008
		158195	14422015487990025			71.421
		170009	14122075020000001			230
		200094	14122075020000001			7.404
		200336	14243007387910001			339.876
		201002	04122075020000001			600.000
		201002	04122075009HB0001			6.152
		201002	04301075020040001			3.033
		201002	14122075020000001			18.635
		240005	14122108622720001			9.545
		254420	14128015362470001			50.000

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153063	14243015387980056	500.000		
		158195	14422015487990025	23.550		
		153052	14422140289970001	30.000		
		200005	14422015488000031	1.250.000		
		200005	14122015322720001	3.020.000		
		200005	14126015588200001	2.674.620		
		200005	14422015488020001	446.100		
		200005	14122075020000001	1.296.503		
		154040	14243015387980001	11.298		
		154040	14243007387910001	5.177		
		153065	14422015487990025	55.911,00		
		153065	14422140289970001	30.000		
		153046	14422015488040001	2.000		
		153046	14422140288150001	10.000		
		153037	14422140288150001	10.000		
		154054	14422140288150001	360		
		153115	14422140289970001	30.000		
	Recebidos	153046	14422015488040001	115		
		153046	14422140288150001	1.360		
		153052	14422140289970001	7.473		
		153065	14422015487990025	18.585		
		153115	14422140289970001	30.000		
		154054	14422140288150001	360		
		154419	14422015488100001	16.713		
		158195	14422015487990025	167		
		200336	14243007387910001	94.951		

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da SDH

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO VIII: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SDH

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	298.023	265.937	298.023	265.937
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	1.408.758	2.804.789	1.408.758	2.804.789
Outros				

Fonte: CGEOF/SGPDH/SDH

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

O “QUADRO XXXI – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SDH” encontra-se em anexo, em observância à Decisão Normativa –TCU nº 107/2010.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

O “QUADRO XXXII – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SDH” encontra-se em anexo, em observância à Decisão Normativa –TCU nº 107/2010.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SDH por Movimentação

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO IX: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	4.082		4.082	
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras				

Fonte: CGEOF/SGPDH/SDH

2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO X: DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	4.082	7.404	4.082	7.404			4.082	7.404
1º elemento de despesa - 339014		2.875		2.875				2.875
2º elemento de despesa - 339033		4.529		4.529				4.529
3º elemento de despesa - 339039	4.082		4.082				4.082	
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

2.4.2.3. Análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

No exercício de 2010, esta Secretaria descentralizou para a Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça todas as movimentações externas recebidas, tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.939/03, já mencionado.

A exceção registrada nos quadros acima diz respeito a recursos recebidos por meio de destaque orçamentário do próprio Ministério da Justiça – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, no valor de R\$ 7.404,00 visando custear despesas de interesse daquela Pasta (viagem em missão no Haiti), o que não impactou nossa execução, face o valor diminuto.

2.4.3. Indicadores Institucionais

A Secretaria de Direitos Humanos não possui indicadores institucionais definidos na forma solicitada para o presente relatório.

Não obstante, há dados e informações com outras configurações que permitem avaliar o desempenho da gestão e que são efetivamente utilizados para tomada de decisões e orientação de ações ao longo do exercício. Trata-se, por exemplo, dos indicadores dos programas e da avaliação das metas físicas das ações que permitem aferir o desempenho setorizado por programa e ação da Pasta.

O mesmo ocorre com o progresso da realização das metas da Agenda Social acompanhados por meio do Sistema de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC. O sistema consolida os dados levantados pelas unidades coordenadoras dos temas da Agenda Social e possibilita ao Comitê de Coordenação de Programas orientar rumos e realizar articulações necessárias para o alcance dos resultados.

Outro exemplo relevante diz respeito à apreciação da evolução do orçamento ao longo dos anos, que permite avaliar a capacidade de negociação da Secretaria e a compreensão por parte dos órgãos centrais do sistema de orçamento federal quanto à relevância das políticas conduzidas pela área. Importa ressaltar que a SDH não dispõe de autorização para realizar as tratativas quanto a seu limite orçamentário diretamente com os órgãos responsáveis pela tomada de decisão nessa área. Tal atribuição por força do Decreto é da Casa Civil que faz a partição do limite apresentado para a Presidência entre os órgãos a ela vinculados.

Mais um dado de grande relevância interna diz respeito à execução orçamentária anual e à evolução da execução orçamentária no decorrer do exercício. Tais dados são freqüentemente usados no âmbito do Comitê de Coordenação de Programas para orientar o desenvolvimento de esforços conjuntos e a priorização de tarefas.

A SDH coordenou as reuniões do Comitê de Monitoramento e Avaliação do PNDH-3. Em 2010, a construção do Plano Bianual 2011/2012 de Direitos Humanos foi a principal pauta das reuniões desse Comitê, conforme preconiza regimento interno. Após a realização de quatro reuniões ordinárias, uma extraordinária e vinte reuniões entre a SDH e Ministérios, foram definidas as ações programáticas prioritárias para 2011 e 2012, o correspondente a 75% do total das ações do PNDH-3. Ressalte-se que, tanto a sociedade civil como, aproximadamente, trinta Ministérios e Secretarias participaram, em média, das cinco reuniões do referido Comitê.

Deve-se ressaltar, ainda, a atuação da Coordenação-Geral de Informações e Indicadores em Direitos Humanos, que buscou, ao longo de 2010, incrementar a articulação institucional da Secretaria com órgãos governamentais de pesquisa, organizações não-governamentais, organismos internacionais e instituições estrangeiras, trabalhando para promover, também, maior integração interna das áreas da SDH.

Neste sentido, destacam-se as seguintes iniciativas: (i) divulgação, em parceria com o IBGE, dos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2009, que produziu, pela primeira vez, informações sobre a estrutura de direitos humanos em todos os municípios brasileiros; (ii) participação nas reuniões do Projeto de Reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais daquele Instituto, com vistas a viabilizar que o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD – aborde temas de direitos humanos; (iii) coordenação do Subcomitê Intrasetorial de Indicadores e Informações em Direitos Humanos, colegiado interno que tem, entre outras, a atribuição de promover a discussão do sistema interno de informações da SDH; (iv) implementação do Termo de Cooperação com o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília – CEAG/UnB – para pesquisa e desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas baseado em Padrões Abertos, projeto que auxiliará a SDH nas ações de planejamento, execução e análise logística e na melhoria de sua atuação junto aos órgãos parceiros; (v) assinatura do Projeto de Cooperação Internacional entre a SDH e o Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA – com o objetivo de desenvolver o Marco Referencial Nacional de Informações e Indicadores de Direitos Humanos, instrumento voltado à avaliação, organização e disseminação de informações, dados e indicadores referentes à realidade dos direitos humanos no Brasil, e (vi) lançamento de publicação com análise dos resultados da I Pesquisa Nacional de Percepção da Opinião Pública sobre Direitos Humanos.

Em âmbito internacional, a SDH manteve a articulação na Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados – RAADH, foro especializado em direitos humanos do bloco regional. Nas três RAADH realizadas, além dos quatro países membros, três estados associados, em média, participaram das Plenárias e das reuniões das Comissões Permanentes e dos Grupos de Trabalho.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não há conteúdo a ser declarado no exercício em referência.

4. Informações sobre a movimentação e saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO XI: SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	454.146	0	454.146	0
2008	129,20	0	129,20	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	100.601.376	0	98.826.435	944.913
2008	31.601.476	0	0	200.000

Observações: Os valores compreendem os "Restos a Pagar" das UGs 200016 e 110244. O Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009, prorrogou a validade dos restos a pagar inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008 até 31 de dezembro de 2010. O Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010, prorrogou a validade dos restos a pagar inscrito nos exercícios financeiro de 2007, 2008 e 2009, até 30 de abril de 2011.

Restos a Pagar Processado de 2009: Refere-se ao Convênio 708926/2009 liquidado em 2009 e pago em 2010.

Restos a Pagar não Processado: Os valores referentes a Restos a Pagar de 2008 referem-se aos Convênios nº 109/2003, SIAFI 488204 e nº 110/2003, SIAFI 487407, ambos no valor de R\$ 100.000,00 cada um, pendentes de comprovação de parcelas anteriormente liberadas.

Restos a Pagar não Processado: Os valores referentes a Restos a Pagar de 2009 da UG 200016: Convênio nº 090/2007 - CECRIA/BSB - Nota de Empenho: 2009NE900083, inscrita, em razão da não apresentação da prestação de contas parcial decorrente da 1ª parcela, visando a liberação da 3ª parcela, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 21 da IN 01/97. Convênio nº 719518/2009 – Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG - Nota de Empenho: 2009NE900199, aguardando manifestação formal da área técnica a respeito da assinatura do Convênio. Contrato nº 01/2008 – ARTECOR Serviços Gráficos - Nota de Empenho: 2009NE900233, inscrita em restos a pagar, tendo em vista a natureza continuada do objeto pactuado, visando garantir o pagamento dos serviços demandados pela SDH no exercício seguinte. Convênio nº 700453/2008 - Governo do Estado de Roraima - Notas de Empenho: 2009NE900249 e 2009NE900250, conveniente encontra-se em situação de inadimplência junto ao CAUC, o que impossibilitou a liberação da parcela referente ao Termo Aditivo 01/2009 de suplementação de recursos.

UG 110244 – Convênio nº 50/2007 - Fundação da Criança e do Adolescente — Nota de Empenho 2009NE900009, aguardando a juntada da via original do Termo Aditivo. Convênio nº 112/2007 – Fundação da Criança e do Adolescente – Nota de Empenho 2009NE900028, aguardando a comprovação da 1ª parcela visando a liberação da 3ª parcela, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 21 da IN 01/97. Convênio 717242/2009 – Prefeitura Municipal de Porto Velho – Notas de Empenhos 2009NE900130 e 2009NE900131, conveniente se encontra em situação de inadimplência, aguardando regularização visando o pagamento da parcela.

Fonte: SIAFI

5. Informações sobre Recursos Humanos da SDH

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO XII: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	51	51	49	13
1.1 Membros de poder e agentes políticos	1	1	1	-
1.2 Servidores de Carreira	50	50	48	13
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	3	3	-	1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	47	47	48	12
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	-	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	200	200	91	35
2.1 Cargos Natureza Especial	1	1	-	1
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	152	152	72	27
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	9	9	1	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	33	33	14	6
2.2.4 Sem vínculo	107	107	56	19
2.2.5 Aposentado	3	3	1	2
2.3 Funções gratificadas (*)	47	47	19	7
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	3	3	1	1
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	44	44	18	6
3 Total	251	251	140	48

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

(*) Foram considerados os ocupantes da Gratificação de Representação da Presidência da República – GR.

Nota explicativa: Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

- 1) **Lotação Autorizada:**
- a) Servidor de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República não possui Quadro de Pessoal próprio. Para compor a força de trabalho, a Unidade requisita servidores com base no disposto do inciso II do artigo 93 da Lei nº 8.112/90.
- b) Demais situações: a requisição e o exercício descentralizado são realizados de acordo com a legislação pertinente. Já a nomeação e designação de servidores para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada (no caso específico, para ocupar Gratificação de Representação da Presidência da República – GR) são realizadas de acordo com o interesse da Administração, observando o número de cargos em comissão e funções definidos para a Secretaria.

2) **Lotação Autorizada:**

- a) Servidor requisitado de outros órgãos e esferas (item 1.2.4): nessa tipologia foram considerados os servidores requisitados no exercício de Função Comissionada Técnica – FCT.
- b) Função gratificada (item 2.3): nesse item e subitens foram considerados os servidores que exercem a Gratificação de Representação – GR.

QUADRO XIII: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	22	16	5	7	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	1	-
1.2. Servidores de Carreira	22	16	5	6	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-
2.Provimento de cargo em comissão	49	62	47	34	8
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	1	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	38	53	31	23	7
2.3. Funções gratificadas (*)	11	9	16	10	1

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) Foram considerados os ocupantes da Gratificação de Representação da Presidência da República – GR.

De acordo com o perfil etário dos servidores alocados na SDH, observa-se que a distribuição do pessoal encontra-se equilibrada: 28%, 31%, 21%, 16% e 4% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50”, “de 51 a 60” e “acima de 60” anos, respectivamente. Tal fato deve-se à entrada de novos servidores concursados na Secretaria, pertencentes do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça em substituição aos prestadores de serviços que executavam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, consideradas impróprias.

QUADRO XIV: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	1	11	32	7	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	1	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	11	31	7	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	2	36	151	5	4	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	22	122	3	3	2
2.3. Funções gratificadas (*)	-	-	-	2	14	28	2	1	-

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) Foram considerados os ocupantes da Gratificação de Representação da Presidência da República – GR.

De acordo com o quadro acima, 73%, 5%, 1,6% e 0,8% dos servidores possuem, respectivamente, “ensino superior”, “especialização ou pós-graduação”, “mestrado” e “doutorado”.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não há conteúdo a ser declarado no exercício em referência.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO XV: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	12	15	15	13	81.570,31
□ Área Fim	12	14	13	11	73.770,31
□ Área Meio	-	1	2	2	7.800,00
Nível Médio	7	11	10	10	32.299,05
□ Área Fim	-	-	-	-	-
□ Área Meio	7	11	10	10	32.299,05

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos

QUADRO XVI: QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	128.981,16	10.748,43	3.582,81	0	0	0	143.312,40
2009	0	128.981,16	10.748,43	3.582,81	0	0	0	143.312,40
2010 (*)	32.245,29	96.735,87	10.748,43	3.582,81	0	0	0	143.312,40
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	73.922,78	78.656,46	259.938,81	9.592,75	348,56	3.529,72	4.040,20	430.029,28
2009	176.396,24	86.264,02	212.746,10	11.681,62	1.098,46	14.352,00	1.856,99	504.395,43
2010	484.410,47	89.803,19	560.011,67	20.043,43	1.895,98	32.865,02	0	1.189.029,76
Servidores com Contratos Temporários								
2008	74.199,93	0	6.830,00	3.433,33	5.800,00	0	0	90.293,26
2009	36.780,00	0	3.575,83	2.724,44	2.043,33	0	0	45.123,60
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	81.605,82	4.486.584,87	612.290,81	132.055,76	106.178,17	21.715,63	11.483,88	5.451.914,94
2009	126.391,22	4.851.069,86	592.230,48	140.809,60	77.619,80	7.476,48	6.087,66	5.801.685,10
2010	131.985,05	7.162.823,81	654.464,34	169.224,62	83.765,94	37.796,63	444,28	7.586.040,33
Servidores ocupantes de Funções gratificadas (**)								
2008	130.761,16	67.402,86	218.334,85	10.508,05	0	7.521,04	16.403,48	450.931,44
2009	236.597,48	67.548,04	116.372,77	12.985,39	0	8.431,11	3.860,60	495.705,39
2010 (***)	240.618,37	60.055,45	163.958,54	11.644,31	0	14.621,93	0	490.898,60

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) A partir de outubro de 2010, a remuneração (na forma de subsídio), paga ao Excelentíssimo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, passou a ser processada como “vencimentos”.

(**) Foram considerados os ocupantes da Gratificação de Representação da Presidência da República – GR.

(***) O decréscimo da despesa com os ocupantes de GR ocorreu em razão de que algumas funções ficaram desocupadas por vários meses de 2010.

5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Não há conteúdo a ser declarado no exercício em referência.

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Não há conteúdo a ser declarado no exercício em referência.

6. Informação sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres, Vigentes no Exercício de 2010

6.1 Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1. Relação dos instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010

O “QUADRO XXXIII – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010” encontra-se em anexo, em observância à Decisão Normativa –TCU nº 107/2010.

6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO XVII: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SDH NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Direitos Humanos						
CNPJ: 05.478.625/0001-87				UG/GESTÃO: 200016/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	136	100	97	70.493.655,27	59.459.747,01	125.887.061,92
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	12	7	5	1.806.675,88	9.669.280,00	441.120,00
Termo de Cooperação	1	15	18	-	5.160.924,92	6.453.507,79
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Projeto de Cooperação Internacional	2	1	-	4.944.724,90	4.471.495,00	6.908.359,73
Totais	151	123	120	77.245.056,05	78.761.446,93	139.690.049,44

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e SDH - Coordenação de Formalização de Convênios/Departamento de Cooperação Internacional

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente						
CNPJ: 05.478.625/0002-68				UG/GESTÃO: 110244/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	41	59	29	38.450.207,58	28.510.402,42	25.831.497,43
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	6	3	4	2.456.705,18	345.320,00	1.867.204,00
Termo de Cooperação	1	4	4	-	5.916.887,17	2.537.889,04
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Projeto de Cooperação Internacional	1	-	-	43.500,00	-	-
Totais	49	66	37	40.950.412,76	34.772.609,59	30.236.590,47

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e SDH - Coordenação de Formalização de Convênios/Departamento de Cooperação Internacional

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Direitos Humanos – Rec.Ext.						
CNPJ: 05.478.625/0001-87				UG/GESTÃO: 110198/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	2	-	-	1.448.083,28	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Projeto de Cooperação Internacional	-	-	-	-	-	-
Totais	2	-	-	1.448.083,28	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

QUADRO XVIII: RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Direitos Humanos					
CNPJ: 05.478.625/0001-87			UG/GESTÃO: 200016/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	250	294.579.403,22	253.087.050,01	41.492.353,21	86%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	9	16.528.058,38	14.337.385,40	2.190.672,98	87%
Termo de Cooperação	24	858.336.816,70	8.712.550,09	849.624.266,61	1%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Projeto de Cooperação Internacional	6	37.387.465,59	30.973.140,53	2.640.940,45	83%
Totais	289	1.206.831.743,89	307.110.126,03	895.948.233,25	25%

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e SDH - Coordenação de Formalização de Convênios/Departamento de Cooperação Internacional

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente					
CNPJ: 05.478.625/0002-68			UG/GESTÃO: 110244/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	105	74.016.704,20	71.863.004,73	2.153.699,47	97%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	6	6.913.393,00	4.610.676,00	2.302.717,00	67%
Termo de Cooperação	6	3.539.436,52	3.103.615,04	435.821,48	88%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Projeto de Cooperação Internacional	-	-	-	-	-
Totais	117	84.469.533,72	79.577.295,77	4.892.237,95	94%

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e SDH - Coordenação de Formalização de Convênios

6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO XIX: RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA SDH NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATO DE REPASSE

Unidade Concedente				
Nome: Secretaria de Direitos Humanos				
CNPJ: 05.478.625/0001-87			UG/GESTÃO: 200016/00001	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
				Convênios Contratos de Repasse
2010 ¹	Ainda no prazo de prestação de contas ²	Quantidade		30
		Montante Repassado (R\$)		11.078.437,61
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas ³	Quantidade	79
			Montante Repassado (R\$)	22.613.820,98
		Contas NÃO prestadas ⁴	Quantidade	21
			Montante Repassado (R\$)	6.095.582,76
2009	Contas prestadas	Quantidade		171
		Montante Repassado (R\$)		39.093.628,79
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		3
		Montante Repassado (R\$)		274.177,00
2008	Contas prestadas	Quantidade		188
		Montante Repassado (R\$)		23.550.015,42
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		3
		Montante Repassado (R\$)		2.215.200,00
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-
		Montante Repassado (R\$)		-

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

¹ As transferências registradas no Portal somente foram consideradas suas contas prestadas quando do registro dos relatórios na aba de prestação de contas.

² Convênios com fim de vigência entre 01/11 a 31/12/2010, com prazo de prestação de contas a vencer.

³ Contas prestadas = Montante Repassado igual o valor da transferência.

⁴ Contas NÃO prestadas = Montante Repassado igual o saldo na conta A Comprovar.

Unidade Concedente					
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente					
CNPJ: 05.478.625/0002-68			UG/GESTÃO: 110244/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010 ¹	Ainda no prazo de prestação de contas ²	Quantidade		13	N/A
		Montante Repassado (R\$)		9.576.085,82	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas ³	Quantidade	51	
			Montante Repassado (R\$)	24.846.422,96	
		Contas NÃO prestadas ⁴	Quantidade	7	
			Montante Repassado (R\$)	1.783.311,66	
2009	Contas prestadas		Quantidade	78	N/A
			Montante Repassado (R\$)	22.073.105,49	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	1	
			Montante Repassado (R\$)	104.983,12	
2008	Contas prestadas		Quantidade	69	N/A
			Montante Repassado (R\$)	26.330.784,86	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	N/A
			Montante Repassado (R\$)	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Direitos Humanos – Rec.Ext.					
CNPJ: 05.478.625/0001-87			UG/GESTÃO: 110198/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		-	N/A
		Montante Repassado (R\$)		-	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
2009	Contas prestadas ⁵		Quantidade	5	N/A
			Montante Repassado (R\$)	1.482.213,95	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
2008	Contas prestadas		Quantidade	8	N/A
			Montante Repassado (R\$)	5.817.210,90	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	N/A
			Montante Repassado (R\$)	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

1 As transferências registradas no Portal somente foram consideradas suas contas prestadas quando do registro dos relatórios na aba de prestação de contas.

2 Convênios com fim de vigência entre 01/11 a 31/12/2010, com prazo de prestação de contas a vencer.

3 Contas prestadas = Montante Repassado igual o valor da transferência.

4 Contas prestadas = Montante Repassado igual o valor da transferência.

5 Contas prestadas = Montante Repassado igual o valor da transferência

6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO XX: VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Direitos Humanos					
CNPJ: 05.478.625/0001-87			UG/GESTÃO: 200016/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			97	N/A
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		24	
		Montante repassado (R\$)		7.137.109,64	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	21	
			Quantidade Reprovada	4	
			Quantidade de TCE	3	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	45	
			Montante repassado (R\$)		
2009	Quantidade de contas prestadas			165	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		103	
		Quantidade Reprovada		4	
		Quantidade de TCE		7	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		51	
		Montante repassado (R\$)		10.780.513,74	
2008	Quantidade de contas prestadas			202	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		169	
		Quantidade Reprovada		8	
		Quantidade de TCE		10	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		15	
		Montante repassado		2.516.878,07	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	N/A
		Montante repassado		150.000,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente					
CNPJ: 05.478.625/0002-68			UG/GESTÃO: 110244/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			58	N/A
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		15	
		Montante repassado (R\$)		10.118.912,11	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	11	
			Quantidade Reprovada	1	
			Quantidade de TCE	-	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	31	
			Montante repassado (R\$)		
2009	Quantidade de contas prestadas			77	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		48	
		Quantidade Reprovada		-	
		Quantidade de TCE		-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		29	
		Montante repassado (R\$)		104.983,12	
2008	Quantidade de contas prestadas			70	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		53	
		Quantidade Reprovada		2	
		Quantidade de TCE		3	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		12	
		Montante repassado		13.217.211,36	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		2	N/A
		Montante repassado		897.079,37	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Direitos Humanos – Rec.Ext.					
CNPJ: 05.478.625/0001-87				UG/GESTÃO: 110198/00001	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			-	N/A
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	
		Montante repassado (R\$)		-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	
			Montante repassado (R\$)		
2009	Quantidade de contas prestadas			8	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		8	
		Quantidade Reprovada		-	
		Quantidade de TCE		-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	
		Montante repassado (R\$)		-	
2008	Quantidade de contas prestadas			5	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		5	
		Quantidade Reprovada		-	
		Quantidade de TCE		-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	
		Montante repassado		-	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	N/A
		Montante repassado		-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

6.2 Análise Crítica

A Secretaria de Direitos Humanos – SDH, na gestão das transferências voluntárias, adota o sistema de chamamento público por Edital na seleção das parcerias a serem firmadas, entes públicos e privados, realizado pelas áreas finalísticas responsáveis pela execução das dotações destinadas ao cumprimento da ação pública por meio dessas transferências. Nessa fase, a área técnica emite parecer favorável quanto à proposta aprovada, manifesta-se quanto à capacidade técnica e operacional da proponente.

Posteriormente, a proposta escolhida é encaminhada à Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos que, por meio da Coordenação-Geral de Convênios haverá a formalização do instrumento a ser pactuado (convênio e congênere), sendo submetida minuta à análise do crivo jurídico da Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ/PR. A Coordenação de Formalização, integrante da Coordenação-Geral de Convênios, realiza a coleta de assinaturas e publicação, para que haja a liberação dos recursos financeiros pela Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira.

Na busca do cumprimento da eficiência dos instrumentos formalizados, no exercício de 2010, a SDH buscou melhorias nos procedimentos administrativos e operacionais referentes a celebração de convênios e instrumentos congêneres, orientando as áreas envolvidas no referido procedimento quanto a necessidade do cumprimento das exigências da legislação que cuida da matéria (Lei nº. 8.666/1993, Lei nº. 12.017/2009, Lei Complementar nº. 101/2000, Decreto nº. 93.872/1986, Decreto nº. 6.170/2007 e suas alterações, e a Portaria Interministerial nº. 127/2008), bem como

divulgou os manuais e fluxos de operacionalização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses – SICONV – o que contribuiu de forma positiva no processo de celebração das transferências.

Mantendo a idéia de multiplicação do conhecimento, a Coordenação de Formalização envolveu a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e o Departamento de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG para o auxílio dos registros, inclusive realizou capacitação dos técnicos da SDH buscando a otimização do Sistema SICONV, ainda, orientou parceiras quanto as funcionalidades do módulo de celebração, permitindo melhor entendimento quanto à organização, fluxo e funcionamento do Portal de Convênios.

A SDH, na realização das transferências, considerada a busca constante por melhoria, contribuiu para o alcance dos objetivos previstos nas ações do Programa Nacional de Direitos Humanos que constitui principal mecanismo de implementação da política pública de Direitos Humanos.

Destaca-se, que a equipe de Auditoria da 6ª Secex no seu Relatório de Auditoria, constante do Acórdão nº 2417/2010-TCU-Plenário, fez constar “...Ademais, a unidade (SDH) é uma das precursoras na utilização do citado sistema (SICONV), contribuindo para o aperfeiçoamento de suas funcionalidades.” destaques nosso.

Registra-se, que a formalização dos convênios e instrumentos congêneres, bem como a emissão de seus respectivos empenhos foram efetuados até 31 de dezembro de 2010, obedecendo assim, ao disposto no § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.094/2010.

Compondo também a Coordenação-Geral de Convênios, as Coordenações de Fiscalização e de Prestação de Contas, no que tange aos convênios regidos pela IN nº 01/97-STN/MF, vem trabalhando em ritmo de força-tarefa em continuidade ao exercício de 2009, procedendo a baixa dos estoques e consequente atualização nas contas contábeis *A Comprovar*, *Inadimplência* e *A Aprovar*, com vistas a compatibilizar as orientações dos Controles Interno e Externo, especialmente, ao previsto na Portaria Interministerial nº 24/2008-MF/MP/MCT.

Objetivando o cumprimento das ações, a equipe de prestação de contas, exemplarmente, cumpriu a aprovação de 250 convênios e instaurou 17 processos de Tomada de Contas Especial, finalizando-se a análise de 267 instrumentos até 30/12/2010.

Nesse sentido, houve a constituição do Grupo de Trabalho Executivo Multisetorial – GTEM, advinda da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset/PR, por meio da Portaria Conjunta SDH/SEPPIR/SPM nº 01, de 31/5/2010, DOU de 9/6/2010 que objetivou, itinerantemente, atuar entre as Secretarias signatárias para análise conclusiva de convênios regidos pela IN/STN nº 01/97 e cuja vigência houvesse expirado até 31/12/2009, contribuindo para um melhor desenvolvimento institucional.

As atividades realizadas pelo GTEM, concentradas nesta Secretaria, no período de 16/08 a 15/12/2010, proporcionaram uma redução de R\$ 9.550.690,12 (nove milhões, quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e noventa reais e doze centavos), no saldo *A Aprovar*, que corresponde a 60 processos finalizados de um estoque de 65 selecionados, mediante critérios estabelecidos pelo Controle Interno – Ciset/PR, de onde se constata que as ações do GTEM cumpriram as funções a que se destinaram.

Em se tratando da conta inadimplência, condicionante à instauração de TCE e registro CADIN, torna-se necessário destacar que o seu índice permanece baixo, levando-se em consideração o quantitativo de instrumentos pactuados e, consequentemente, aprovados. Isso se dá em razão desta

Secretaria ter intensificado as ações de fiscalização e monitoramento, bem como ao saneamento de dúvidas durante a execução do pactuado, por meio de e-mail institucional (prestacaodecontas@sdh.gov.br), até mesmo por telefone, porquanto a ideia maior não é de se punir o parceiro, pois o resultado seria direto no munícipe.

Faz-se necessário consignar que o esforço é contínuo. Contudo, ainda em 2010, já foram recebidos mais 214 convênios para análise de prestação de contas.

Isso se dá na razão direta do crescimento institucional da SDH, em face de a promoção e a defesa dos direitos humanos, porquanto de ano para ano, o montante de recursos liberados por meio de transferências voluntárias cresce de maneira geométrica, o que não ocorre com a análise de prestação de contas, em face de sua complexidade.

Acresce-se ainda, que os instrumentos formalizados no Sistema SICONV durante o segundo semestre de 2008 e primeiro semestre de 2009, por problemas operacionais do SICONV, tiveram os recursos financeiros liberados via SIAFI.

Registra-se que, considerando tratar-se de convênio sob a égide do Decreto nº 6.170/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 127/2008, todos os atos de execução e, até o momento, prestação de contas devem constar do Sistema SICONV.

Considerando as dificuldades para o cumprimento dos registros no Sistema SICONV, eis que somente no segundo semestre de 2009 houve operacionalização de 100% da aba de execução e a de prestação de contas apenas a partir de 14 de julho de 2010, num primeiro momento, esta Secretaria foi orientada em reunião havida com o Ministério do Planejamento, em 08/11/2010, a solicitar a prestação de contas final em papel, pois o sistema exigia mais que habitualidade em sua operacionalização, havendo até necessidade de persistência, em razão das frequentes mensagens de erro apresentadas, o que dificultava, em muito, os registros. Sobreleva aduzir, que a orientação se deu para os convênios finalizados.

A liberação da aba de prestação de contas em julho de 2010 pelo Ministério do Planejamento acarretou a intempestividade na análise de eventuais convênios finalizados no primeiro semestre do mesmo ano. Consequentemente, irregularidade na conta *A Aprovar*.

Em relação à fiscalização, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, irá disponibilizar módulo específico. Além disso, deve o Ministério do Planejamento, Órgão responsável pelo SICONV, fixar valor, nos ajustes de maior materialidade, a partir do qual seja obrigatória a verificação *in loco* (Acórdão nº 1331/2008-TCU-Plenário).

Entretanto, esta SDH tem realizado, exemplarmente, o monitoramento *in loco* dos instrumentos por ela firmados, inclusive os realizados no SICONV. Tanto assim que no ano de 2010, 100% das regiões brasileiras foram fiscalizadas, representando mais de cem milhões de recursos conveniados. Dentre os Estados e Municípios monitorados, no Distrito Federal 95% de suas Entidades foram fiscalizadas, indo ao encontro das recomendações dos Órgãos de Controle. Ação continuada já em 2011.

Ressalta-se que, no âmbito desta Secretaria, a atividade da ação de fiscalização *in loco* é desenvolvida cumulativamente pela equipe da prestação de contas.

Sem prejuízo das atividades típicas há, inclusive, o atendimento de demandas das diligências formuladas por Órgãos de Controle Interno e Externo, Ministério Público, Polícia Federal, bem

como demais denúncias de quaisquer outros Órgãos demandados, e ainda, o fornecimento de subsídios à Advocacia-Geral da União em ações judiciais.

Em que pese todas as dificuldades encontradas para o bom desenvolvimento das atribuições de prestação e de fiscalização de contas, cada vez mais, a SDH vem adotando procedimentos assecuratórios na busca da regular aplicação dos recursos públicos liberados.

Foi incluído no quadro referente ao concedente 200016 – SDH e 110244 – FNCA um sexto tipo de transferências, que não estava previsto na Portaria TCU nº 277/2010. Trata-se dos valores repassados a organismos internacionais com os quais foram celebrados Projetos de Cooperação Técnica Internacional, devidamente aprovados pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC-MRE. As ações previstas nesses projetos destinam-se à criação de condições institucionais e técnicas para a formulação de subsídios para aprimorar a implementação da política nacional de direitos humanos, de acordo com o objetivo geral de cada projeto. As atividades e ações administrativas dos projetos são executadas pelos organismos de cooperação internacional, de acordo com as normas estabelecidas pelo regime jurídico pertinente à execução nacional dos projetos de cooperação internacional e pelas normas dos organismos e seus resultados são avaliados pelos organismos e pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC.

Os projetos são formulados a partir da identificação da necessidade da SDH em fortalecer institucionalmente determinadas áreas e fomentar a pesquisa, análise e discussão sobre temas relevantes para os direitos humanos. As demandas são discutidas com organismos internacionais cujo mandato contemple a assistência técnica nas áreas de interesse da SDH e com a ABC, para então serem formulados, aprovados e executados. O recurso transferido é do Tesouro Nacional e a modalidade de execução é direta. Toda a execução dos projetos é monitorada pela ABC e anualmente são elaborados relatórios de progresso que avaliam a execução.

Do ponto de vista técnico, os projetos de cooperação tem sido instrumentos relevantes para a Secretaria na medida em que produzem subsídios técnicos para a promoção e defesa dos direitos humanos no país e permitem que a Secretaria cumpra seu papel institucional de transversalizar a política de direitos humanos nos diversos órgãos e instâncias governamentais e fomentar e qualificar a discussão nacional sobre temas importantes dos direitos humanos.

Os projetos executados são relacionados a seguir.

Projetos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD:

BRA/01/021 – Mobilizar e sensibilizar a sociedade brasileira em torno da proteção e promoção dos seus direitos individuais, coletivos e difusos, abrangendo os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e a eliminação de todas as formas de discriminação e preconceito, além do enfoque na ampliação do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços de garantia e proteção aos direitos humanos em todo território nacional.

BRA/07/019 – Fortalecer e consolidar as novas instâncias da SDH que darão conta da formulação, coordenação e execução da política de promoção e defesa dos direitos humanos em temas relacionados ao idoso, aos grupos LGBT, à mediação de conflito, a diversidade religiosa, e ainda, aos Órgãos Colegiados e a Ouvidoria-Geral da Cidadania, por meio da capacitação de servidores e parceiros.

Projetos com a Organização dos Estados Iberoamericanos para Educação, Ciência e Cultura – OEI:

BR 08/001 : O projeto prevê a sistematização e criação de um acervo do movimento da luta pelos direitos das pessoas com deficiência, com o intuito de resgatar e preservar a história do mesmo. O trabalho será desenvolvido para atuar como um instrumento de referência da promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência o que será feito através de capacitação de atores estratégicos tanto na esfera governamental quanto na sociedade civil e será disseminado nacional e internacionalmente, contribuindo assim para a construção de sociedades cada vez mais inclusivas.

BR 08/006 : As ações previstas no presente Projeto destinam-se à criação de condições políticas, institucionais e técnicas para a formulação e aplicação de procedimentos e instrumentos organizacionais e operacionais adequados à aceleração dos processos de consolidação de uma cultura de Direitos Humanos em todo o país.

Projetos com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO:

914BRA3034 - : Implementar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, nos aspectos referentes às áreas de responsabilidade direta da SDH. A situação ideal que se espera alcançar a longo prazo é a consolidação de uma cultura de respeito e de promoção dos direitos, no país, através da educação, visto que esta é um processo de construção gradual e coletiva.

914BRA3046: Fortalecer a implementação do Programa Nacional de Acessibilidade, mediante a construção de instrumentos de coleta, análise, avaliação e monitoramento de dados e da capacitação de técnicos, gestores públicos e agentes sociais.

Projetos com o Fundo das Nações Unidas para Populações - UNFPA:

BRA/3G/102 – O Projeto se propõe a criar mecanismos de articulação das políticas públicas, fortalecendo a rede de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes do Brasil, através da realização de pesquisas e estudos que subsidie a construção de políticas públicas e a capacitações dos profissionais de saúde, educação, assistência, segurança, conselhos, jovens, entre outros. Além de construir mecanismos para cooperação multilateral com os países do mercosul e associados.

BRA/4P/32A – Este Documento de Projeto tem como objetivo global desenvolver um Marco Referencial Nacional de Informações e Indicadores de Direitos Humanos. Os dados e indicadores irão suprir necessidades: (1) do Estado na sua função de proponente de políticas públicas que fortaleçam as estruturas de direitos humanos, (2) da sociedade civil que acompanha e avalia as ações do governo e de outros atores da sociedade e, (3) das organizações internacionais nos seus projetos de criação de instrumentos internacionais de direitos humanos.

7. Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da SDH

7.1 Estrutura de Controles Internos da SDH

QUADRO XXI: ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA SDH

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	x				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações Gerais: A Portaria SDH nº 1.598/2009 – instituiu o Comitê de Coordenação de Programas – CCP com a finalidade de articular e coordenar o processo de gestão político-gerencial do PPA 2008-2011, bem como assessorar o Secretário-Executivo no acompanhamento da execução dos programas e ações da SDH, objetivando medidas que promovam a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental, e instituiu a Unidade de Monitoramento e Avaliação – UMA com a finalidade de apoiar as atividades de monitoramento, avaliação e revisão dos programas, bem como oferecer subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e procedimentos específicos aos programas da SDH.					

8. Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Contratação de Serviços ou Obras.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO XXII: GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			x		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 	x				
<p>Considerações Gerais: A Secretaria de Direitos Humanos não executou diretamente as licitações, pois conforme consta do Decreto 4.939, de 29 de dezembro de 2003, todo apoio administrativo ao desenvolvimento das atividades finalísticas seriam executados pelo Ministério da Justiça, não se aplicando os quesitos acima. Contudo, está sendo implantado a Coordenação de licitações e Contratos para que esta Secretaria possa realizar suas licitações, observando os referidos quesito.</p>					

9. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da SDH classificado como “Bens de Uso Especial” de Propriedade da União ou Locado de Terceiros

9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO XXIII: DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA SDH	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	0	1
	Brasília	0	1
Subtotal Brasil		0	1
EXTERIOR		0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	1

10. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SDH, Contemplando os Seguintes Aspectos: Planejamento; Recursos Humanos; Segurança da Informação; Desenvolvimento e Produção de Sistemas; e Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO XXIV: GESTÃO DE TI DA SDH

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	x				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			x		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					x
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais: A conjuntura aplicada no exercício de 2010 na Secretaria de Direitos Humanos, considerando que a Coordenação de Tecnologia da Informação foi criada e estava em implantação, adotou todas as políticas de segurança e de prestação de serviços do Ministério da Justiça. Não existia um corpo técnico próprio, razão essa que nos impedia de criar políticas própria para a Secretaria. Ressaltamos que para o exercício de 2011 foi elaborado um plano diretor para a área de tecnologia da informação, e que está em fase final a criação e implantação do Fórum de TI para a Secretaria. Quanto aos procedimentos licitatórios todos serão efetuados no âmbito desta Secretaria.					

11. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

11.1 Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF

Suprido: Paulo Henrique da Silva Costa.

Processo: 00005.001636/2010-79

Período de Aplicação: 19.07.2010 a 19.09.2010

Prazo de Comprovação: 10dias após aplicação.

Liberação de Recurso para o Suprido

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor Liberado R\$
2010NE900091	339030-96	Material de Consumo	2.000,00
2010NE900092	339039-96	Serviço de Terceiro	2.000,00

Comprovação de Despesas – Suprimento de Fundos

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor da Despesa R\$
2010NE900091	339030-96	Material de Consumo	601,54
2010NE900092	339039-96	Serviço de Terceiro	- 0 -

Valor do Saque	R\$ 70,00
-----------------------	-----------

Suprido: Paulo Henrique da Silva Costa.

Processo: 00005.002193/2010-79

Período de Aplicação: 14.09.2010 a 14.11.2010

Prazo de Comprovação: 10dias após aplicação.

Liberação de Recurso para o Suprido

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor Liberado R\$
2010NE900115	339039-96	Serviço de Terceiro	2.000,00
2010NE900122	339030-96	Material de Consumo	2.000,00

Comprovação de Despesas – Suprimento de Fundos

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor da Despesa R\$
2010NE900115	339039-96	Serviço de Terceiro	135,80
2010NE900122	339030-96	Material de Consumo	685,40

Valor do Saque	R\$ 140,00
-----------------------	------------

Suprido: Eida Guimarães Santana
Processo: 00005.002193/2010-73
Período de Aplicação: 08.06.2010 a 08.08.2010
Prazo de Comprovação: 10dias após aplicação.

Liberação de Recurso para o Suprido

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor Liberado R\$
2010NE900022	339030-96	Material de Consumo	1.500,00
2010NE900023	339039-96	Serviço de Terceiro	1.500,00

Comprovação de Despesas – Suprimento de Fundos

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor da Despesa R\$
2010NE900087	339030-96	Material de Consumo	200,00
2010NE900088	339039-96	Serviço de Terceiro	- 0 -

Valor do Saque	R\$ 200,00
-----------------------	------------

Suprido: Eida Guimarães Santana
Processo: 00005.002193/2010-73
Período de Aplicação: 20.10.2010 a 20.12.2010
Prazo de Comprovação: 10dias após aplicação.

Liberação de Recurso para o Suprido

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor Liberado R\$
2010NE900144	339030-96	Material de Consumo	1.500,00
2010NE900145	339039-96	Serviço de Terceiro	1.500,00

Comprovação de Despesas – Suprimento de Fundos

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor da Despesa R\$
2010NE900087	339030-96	Material de Consumo	- 0 -
2010NE900088	339039-96	Serviço de Terceiro	- 0 -

Suprido: Pedro Helena Pontual Machado.
Processo: 00005.002193/2010-73
Período de Aplicação: 11.06.2010 a 11.08.2010
Prazo de Comprovação: 10dias após aplicação.

Liberação de Recurso para o Suprido

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor Liberado R\$
2010NE900033	339030-96	Material de Consumo	2.000,00
2010NE900034	339039-96	Serviço de Terceiro	4.000,00

Comprovação de Despesas – Suprimento de Fundos

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor da Despesa R\$
2010NE900083	339030-96	Material de Consumo	- 0 -
2010NE900084	339039-96	Serviço de Terceiro	- 0 -

Suprido: Pedro Helena Pontual Machado.

Processo: 00005.002193/2010-73

Período de Aplicação: 15.09.2010 a 14.11.2010

Prazo de Comprovação: 10dias após aplicação.

Liberação de Recurso para o Suprido

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor Liberado R\$
2010NE900120	339030-96	Material de Consumo	2.000,00
2010NE900121	339039-96	Serviço de Terceiro	2.000,00

Comprovação de Despesas – Suprimento de Fundos

Empenho	Natureza Despesas	Espécie	Valor da Despesa R\$
2010NE900120	339030-96	Material de Consumo	66,30
2010NE900121	339039-96	Serviço de Terceiro	- 0 -

Quadro Resumo dos gastos com Suprimento de Fundo no exercício 2010

Suprido	Setor	Despesa	Gastos %	Saque %
Paulo H. Silva Costa	CGL	1.422,74	17,78	2.63
Eida Guimarães Santana	SE	200,00	3,33	3.33
Pedro H. Pontual Machado	CEMDP	66,30	0,66	0
TOTAL		1.689,04	7,04	1,42

Ressaltamos que no exercício 2010, primeiro ano da implantação do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF na Secretaria de Direitos Humanos – SDH, os gastos foram efetuados em conformidade com as legislações vigentes, tendo amparo em normas estabelecidas pelos órgãos competentes da Administração Pública Federal.

12. Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno que Fiscaliza a SDH ou as Justificativas para o seu não Cumprimento

12.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO XXV: CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	028.755/2010-3	DILIGÊNCIA-TCU		DI	Ofício nº 382/2010-TCU/ADPLAN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 14 de outubro de 2010, a Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos/DF, por meio do Ofício nº 382/2010-TCU/ADPLAN, com base em pesquisas nos Sistemas SIAFI, SIASG e com fulcro nos arts. 41, inciso IV, 42 e 87 da Lei nº 8.443/1992, solicitou que, no prazo de 15 dias, esta Secretaria comprovasse a legalidade das transferências de recursos voluntárias realizadas a partir de 3 de julho de 2010, fundamentado no art. 73, inciso VI, da Lei nº 9.504/1997 (Lei Eleitoral).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Em 11/11/2010 foi encaminhada informação quanto à ocorrência mencionada, ao tempo em que foi esclarecido que a Ordem Bancária originária foi emitida dentro do período permitido pela lei Eleitoral, no entanto, por motivos que fogem ao alcance dos técnicos desta Secretaria, foi cancelada pelo banco por domicílio bancário inexistente, razão pela qual foram envidados esforços no sentido de regularizar a situação da transferência dos recursos, fato que ocorreu somente no dia 30/07/10 ¹ .					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento ao Ofício nº 382/2010-TCU/ADPLAN.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

¹ Ofício nº 1011/2010 – CGC/SGPDH/SDH/PR

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	006.620/2008-9	2937/2010 – TCU – 1ª Câmara	9.1, 9.2, 9.3. 9.4, 9.5 e 9.6	DE	Ofício nº 616/2010- TCU/SECEX-AL
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 17 de setembro de 2010, a Secretaria de Controle Externo/AL, por meio do Ofício nº 616/2010-TCU/SECEX-AL, com base no art. 2º da Decisão Normativa TCU nº 045/2002, de 15/5/2002, alterada pela Decisão Normativa nº 052, de 3/12/2003, encaminhou informações para fins de registro no Cadastro Informativo de Débitos de Órgãos e Entidades Federais – CADIN, dos senhores José Carlos da Silva – CPF nº 894.563.514-91 e José Igo do Nascimento – CPF nº 029.714.574-60.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Em 22/10/2010, esta SDH expediu comunicação aos responsáveis dando conhecimento quanto à decisão proferida no Acórdão 2937/2010-TCU – 1ª Câmara, que determina a inscrição no CADIN, a ocorrer em 07/01/2011, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário dos valores atualizados. ¹ Em 25/10/2010, a SDH informou e comprovou à Secretaria de Controle Externo – TCU/SECEX-AL ² , o cumprimento da determinação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro no CADIN dos senhores José Carlos da Silva – CPF nº 894.563.514-91 e José Igo do Nascimento – CPF nº 029.714.574-60.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos internos para efetivação da inscrição no CADIN foram adotados, haja vista o decurso do prazo procedimental estabelecido em lei.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	019.681/2007-3	412/2010 – TCU – 2ª Câmara	9.1	DE	Ofício nº 3461/2010- TCU/SECEX-MA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 24 de agosto de 2010, a Secretaria de Controle Externo/MA, por meio do Ofício nº 3461/2010-TCU/SECEX-MA, com base no art. 3º da Decisão Normativa TCU nº 045/2002, de 15/5/2002, alterada pela Decisão Normativa nº 052, de 3/12/2003, encaminhou informações para fins de registro no Cadastro Informativo de Débitos de Órgãos e Entidades Federais – CADIN, do senhor Leocácio Olímpio Rodrigues – CPF 134.282.683-34.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Em 22/10/2010, esta SDH expediu comunicação ao responsável dando conhecimento quanto à decisão proferida no Acórdão 2937/2010-TCU – 1ª Câmara, que determina a inscrição no CADIN, a ocorrer em 07/01/2011, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário dos valores atualizados ³ . Em 25/10/2010, a SDH informou e comprovou à Secretaria de Controle Externo – TCU/SECEX-AL ⁴ , o cumprimento da determinação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro no CADIN do senhor Leocácio Olímpio Rodrigues – CPF 134.282.683-34.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos internos para efetivação da inscrição no CADIN foram adotados, haja vista o decurso do prazo procedimental estabelecido em lei.					

¹ Ofícios nºs. 2090/2010 e 2097/2010-CGC-SGPDH/SDH/PR

² Ofício nº 2085/2010-CGC-SGPDH/SDH/PR

³ Ofício nº 2091/2010-CGC-SGPDH/SDH/PR

⁴ Ofício nº 2086/2010-CGC-SGPDH/SDH/PR

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	012.184/2006-8	5263/2010 – TCU – 1ª Câmara	9.9	RE	Ofício nº 1016/2010-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 6/9/2010, a 6ª Secretaria de Controle Externo/DF, por meio do Ofício nº 1016/2010-TCU/SECEX-6, encaminhou cópia do Acórdão nº 5263/2010 – TCU – 1ª Câmara, de 24/8/2010, solicitando especial atenção ao alerta contido no item 9.1- <i>alertar a Secretaria de Direitos Humanos que a aprovação de Plano de Trabalho sem o devido detalhamento das metas, e a celebração de convênios com objetivos genéricos, a exemplo da despesa realizada no âmbito do Convênio nº 079/2002-SEDH/MJ (SIAFI 451986), no valor total de R\$ 8.400,00, para fornecimento de 1.200 folders, são práticas vedadas pelo art. 21 e art. 30, inciso I, da Portaria MPOG/SLTI/DLS nº 127, de 29/5/2008 (item 166).</i>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Em 13/10/2010, por meio de Memorando-Circular ¹ , objetivando a boa e regular aplicação dos recursos Públicos, e, no intuito de uniformizar os procedimentos internos quando da formalização, foi solicitada às Unidades fiel observância das determinações.					
Síntese dos resultados obtidos					
Esta SDH solicitou às Unidades dar conhecimento junto aos parceiros que utilizam recursos de convênios que se atentem à determinação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com a expedição do Acórdão facilitou a adoção de providências por esta Secretaria com as Convenientes parceiras, firmando o entendimento, norteador e aprimorando os trabalhos desenvolvidos.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	008.108/2009-4	1907/2010 – TCU – Plenário	9.2 e 9.2.25	RE	Ofício nº 700/2009 – TCU/SECEX-RR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 20 de agosto de 2009, a Secretaria de Controle Externo de Roraima, por meio do Ofício nº 700/2009 – TCU/SECEX-RR, encaminhou cópia do Acórdão nº 1907/2010 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentou, solicitando especial atenção ao alerta contido nos itens 9.2 e 9.2.25.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Esta SDH reexaminou a prestação de contas final do Convênio nº 038/2002, e em 07/06/2010 expediu ofício ² a conveniente determinando a restituição aos Cofres da União do valor de R\$ 44.005,66, haja vista a diferença financeira em face de a perda líquida da aplicação financeira, com prazo de atendimento até 30/06/2010, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial –TCE.					
Síntese dos resultados obtidos					
Tendo a Conveniente procedido ao ressarcimento ao Erário, houve a aprovação final das contas. ³					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

¹ Memorando-Circular nº 11/2010-CGC/SGPDH/SDH/PR,

² Ofício nº 1320/2010/CGC/SGPDH/SDH/PR

³ Ofício nº 1745/2010/SGPDH/SDH/PR

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	009.725/2003-3	4819/2010 – TCU – 2ª Câmara	1.5.1 e 1.6	RE	Ofício nº 1054/2010-TCU-SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 13/09/2010, a 6ª Secretaria de Controle Externo/DF, por meio do Ofício nº 1054/2010-TCU-SECEX-6, encaminhou cópia do Acórdão nº 4819/2010 – TCU – 2ª Câmara, de 8/9/2010, solicitando especial atenção ao alerta contido nos itens 1.5.1 à <i>Secretaria de Direitos Humanos instaure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as devidas tomadas de contas especiais em relação aos Convênios 114/2001 e 170/2001, se ainda não o fez, e as encaminhe a este Tribunal, em 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 1º, § 3º, e 5º da IN TCU 56/2007; 1.6 Alertar a SDH acerca das seguintes impropriedades detectadas durante a análise das contas referentes ao exercício de 2002.</i>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Convênio nº 114/2001 – SIAFI nº 417955, instaurada a TCE simplificada sob o processo nº 00010.000111/2005-10, na época pela Ciset/PR, compondo, o Processo de Tomada de Contas Anual de 2005, julgada regular, conforme Acórdão 76/2008, 2ª Câmara, Ata nº 2/2008. Convênio nº 170/2001 – Em janeiro/2004, foi proposta a instauração do processo de TCE. Em 29/09/2010, a SDH informou e comprovou à SECEX – TCU, o cumprimento da determinação ¹ .					
Síntese dos resultados obtidos					
Saliente-se que, relativas às recomendações do item 1.6 do referido Acórdão, em 30/09/2010, foi solicitada às Unidades observar com rigor as constatações verificadas da análise das contas referentes ao Exercício de 2002 ² .					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

Ordem	Processo	Acórdãos	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	006.963/2005-8	3534/2007, 6052/2009 e 2405/2009 – TCU – 2ª Turma	9.1	DE	Ofícios nº 277 e 279/2010 – TCU/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 15/03/2010, a Secretaria de Controle Externo de Pernambuco, por meio do Ofício nº 279/2010 – TCU/SECEX-PE, com base no art. 2º e 3º da Decisão Normativa TCU nº 045/2002, de 15/5/2002, alterada pela Decisão Normativa nº 052, de 3/12/2003, encaminhou informações para fins de registro no CADIN, dos senhores INALDO IVO LIMA – CPF nº 003.243.704-82, GUILHERME ANTONIO NOVAES MARTINS DE ALBUQUERQUE – CPF nº 080.208.094-49, NEWTON D'EMERY CARNEIRO – CPF nº 000.764.814-68, GIL TEOBALDO DE AZEVEDO - CPF nº 002.143.534-00 e da empresa BR CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ Nº 00.739.106/0001-01.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Foram adotados os procedimentos para a inscrição dos Srs.: Newton D'emery Carneiro, Gil Teobaldo de Azevedo, Inaldo Ivo Lima, Guilherme Antonio Novaes Martins de Albuquerque e BR Construções Ltda no CADIN, resultante de processo de TCE, em face de despesas glosadas na análise de prestação de contas relativa ao Convênio nº 147/1997.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 08/06/2010, a SDH informou e comprovou à SECEX– TCU- PE, o cumprimento da determinação ³ . Indicação de registro no CADIN dos responsáveis, em razão do decurso de prazo estabelecido para ressarcimento ao Erário.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos internos para efetivação da inscrição no CADIN foram adotados, e em agosto/2010 houve a efetivação da inscrição dos responsáveis, haja vista o decurso do prazo procedimental estabelecido em lei.					

¹ Ofício nº 195/2010/SGPDH/SDH/PR

² Memorando nºs 175 e 176 e 177/2010- CGC/SGPDH/SDH/PR

³ Ofício nº 1340/2010/CGC/SGPDH/SDH/PR

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	033.258/2008-1	6953/2009-TCU-1ª Câmara	9.1	DE	Ofício nº 3176/2010-TCU/SECEX-GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 7/04/2010, a Secretaria de Controle Externo/GO, por meio do Ofício nº 3176/2010-TCU/SECEX-GO, com base no art. 3º da Decisão Normativa TCU nº 045/2002, de 15/5/2002, alterada pela Decisão Normativa nº 052, de 3/12/2003, encaminhou informações para fins de registro no Cadastro Informativo de Débitos de Órgãos e Entidades Federais – CADIN, da Senhora Márcia Jucilene do Nascimento – CPF nº 019.085.344-19.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Secretaria de Direitos Humanos – SDH				001801	
Síntese da providência adotada:					
Foram adotados os procedimentos necessários para a inscrição de Márcia Jucilene do Nascimento no Cadastro Informativo de Débitos de Órgãos e Entidades Federais – CADIN, resultante de processo de Tomada de Contas especial, em face de despesas glosadas na análise de prestação de contas final relativa ao Convênio nº 041/2006, firmado por esta Secretaria e a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas/PE, estando no aguardo do prazo procedimental estabelecido na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.					
Síntese dos resultados obtidos					
Inscrição de Márcia Jucilene do Nascimento no Cadastro Informativo de Débitos de Órgãos e Entidades Federais – CADIN, haja vista o decurso do prazo em 23/07/2010. ¹ Em 07/05/2010, a SDH informou e comprovou à Secretaria de Controle Externo – TCU - SECEX -GO, o cumprimento da determinação ² .					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos internos para efetivação da inscrição no CADIN foram adotados, e em agosto/2010 houve a efetivação da inscrição da responsável, haja vista o decurso do prazo procedimental estabelecido em lei.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	004.831/2007-6	1040/2010-TCU	1.5 e 1.5.3	DI	Ofício nº 244/2010-TCU/SECEX-PR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 25 de março de 2010, a Secretaria de Controle Externo/PR, por meio do Ofício nº 244/2010-TCU/SECEX-PR, encaminhou cópia do Acórdão nº 1040/2010-TCU, solicitando informações sobre os Convênios nº 071/2005-SIAFI nº 537185, Convênio nº 106/2006-SIAFI nº 573226, Convênio nº 108/2006-SIAFI nº 573227, Convênio nº 112/2006-SIAFI nº 574867 e Convênio nº 194/2006-SIAFI nº 577461.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Secretaria de Direitos Humanos – SDH				001801	
Síntese da providência adotada:					
Em 27/04/2010, a SDH informou e comprovou à Secretaria de Controle Externo – TCU - SECEX -PR, que a instituição foi inscrita na inadimplência ³ .					
Síntese dos resultados obtidos					
Observados os prazos procedimentais, foram propostas as instaurações de Tomada de Contas Especial – TCE dos Convênios nº 071/2005-SIAFI nº 537185 – (TCE sob o nº 00005003171/2010-21), Convênio nº 106/2006-SIAFI nº 573226 – (TCE sob o nº 00005.000402/2010-44 TCU), Convênio nº 108/2006-SIAFI nº 573227 – (TCE sob o nº 00005.003170/2010-86), Convênio nº 112/2006-SIAFI nº 574867 – (TCE sob o nº 00005.003299/2010-94) e Convênio nº 194/2006-SIAFI nº 577461 - (TCE sob o nº 00005.003169/2010-51)					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

¹ Ofício nº 1156/2010-CGC-SGPDH/SDH/PR

² Ofício nº 1167/2010-CGC-SGPDH/SDH/PR

³ Ofício nº 1053/2010 – SGPDH/SDH/PR

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	021.163/2009-1	586/2010-TCU-1ª Câmara	9.1 e 9.2	DE	Ofício nº 171/2010-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					18001
Descrição da Deliberação:					
Em 22/02/2010, a SECEX/RN, por meio do Ofício nº 171/2010, encaminhou cópia do Acórdão nº 586/2010 - TCU - 1ª Câmara, solicitando atenção às recomendações contidas nos Itens: 9.1 <i>julgar com fundamento nos arts. 1º, inciso I, art. 16, inciso III, alínea a, art. 19, caput, e art. 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, irregulares as contas do Sr. Wilson Dantas Sobrinho e condená-lo ao pagamento de da quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 29/12/2007 até a data do recolhimento, na forma prevista da legislação em vigor; Item 9.2 aplicar ao Sr. Wilson Dantas Sobrinho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor.</i>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					18001
Síntese da providência adotada:					
Em 31/03/2010, esta SDH expediu comunicação aos responsáveis dando conhecimento quanto à decisão proferida no Acórdão 586/2010-TCU-1ª Câmara, que determina a inscrição no CADIN, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário dos valores atualizados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro no CADIN em razão do decurso de prazo estabelecido para ressarcimento ao Erário.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos internos para efetivação da inscrição no CADIN foram adotados, e em agosto/2010 houve a efetivação da inscrição da responsável, haja vista o decurso do prazo procedimental estabelecido em lei.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	Diligência Ouvidoria	-		DI	Ofício nº 283/2010-TCU/SECEX-MA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 19/02/2010, a SECEX/MA, por meio do Ofício nº 283/2010, solicitou informações referentes aos Convênios nºs 701242/2008 - SIAFI nº 638938 e 700870/2008 – SIAFI nº 638543, os quais são objetos de investigação do TCU.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Em 30/04/2010 foi encaminhado ofício ¹ ao TCU informando da inexistência de procedimento administrativo de caráter investigatório, haja vista a ausência de denúncia dirigida a esta SDH e da situação regular do convênio extraída do SIAFI. Contudo, em razão da denúncia noticiada, foi realizado ação de fiscalização <i>in loco</i> dos referidos convênios.					
Síntese dos resultados obtidos					
Monitoramento <i>in loco</i> realizado no período de 24 a 28 de maio de 2010 ² .					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Encontra-se em fase de encaminhamento de prestação de contas, sendo que a análise conclusiva se dará pela elaboração de pareceres técnico e financeiro.					

¹ Ofício nº 851/2010 SGPDPH/SDH/PR

² Ofício nº 1200/2010 – SGPDPH/SDH/PR

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 000.390/2010-0	1603/2008-TCU-Plenário	9.9	DI	Ofício nº 144/2010-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 15/4/2010, a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - SEFTI, por meio do Ofício nº 144/2010, encaminhou formulário de “Dados de Apoio” solicitando informações referentes ao “Perfil de Governança de TI 2010”. O formulário, devidamente preenchido, indicará o interlocutor dessa instituição com quem a SEFTI/TCU manterá contato para fins de levantamento.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Em 27/04/2010 foi encaminhado ofício ¹ com as informações solicitadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação do interlocutor da SDH					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	021.556/2008-0	-	a, b, c, d, e	DI	Ofício nº 195/2009 - TCU/SECEX-SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
A Secretaria de Controle Externo - SECEX/SP, com vistas ao saneamento do processo de DENÚNCIA, com fundamento no art. 11 da lei nº 8.443/92, solicitou no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação (18/02/2009), cópias dos seguintes documentos: a) Convênio nº 601506, firmado com a JARDIM MIRIAM ARTE CLUBE-JAMAC; b) Prestação de contas, contendo extratos bancários, da conta vinculada ao convênio, que demonstrem toda a aplicação dos recursos, no valor de R\$ 470.102,00, desde o recebimento pela ONG JAMAC até o saldo final; c) comprovantes dos respectivos pagamentos efetuados, contendo notas fiscais, recibos e demonstrativos contábeis; d) comprovação de que os objetivos/metast do convênio foram alcançadas e que o objeto foi concluído satisfatoriamente; e, e) cadastro detalhado da ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL JARDIM MIRIAM ARTE CLUBE - JAMAC, contendo toda a documentação fiscal e jurídica da referida entidade.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					1801
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 04/03/2009 foi encaminhada a cópia integral do processo de concessão. Não houve o envio de documentos da prestação de contas, eis que não havia sido apresentada pela conveniente ² – o que foi feito posteriormente, conforme detalhado abaixo.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento ao ofício nº 195/2009 - TCU/SECEX-SP.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Referente ao Convênio nº 291/2007 – Projeto “Olhares e Opiniões”, em cumprimento à determinação da Corte de Contas, observados os procedimentos de instrução e instauração de TCE, o processo foi encaminhado ao TCU recebendo a numeração 031.495/2010-9 e, aguarda julgamento.					

¹ Ofício nº 520/2010 –SGPDH/SEDH-PR

² Ofício nº 208/2009-SGPDH/SEDH/PR, de 04/03/2009.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	010.015/2010-8		a.1, a.2, a.3, a.4, a.5, a.6; b.1, b.2, b.3 e b.4	DI	Ofício nº 385/2010 – TCU/6ªSECEX-DF
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 4/5/2010, a 6ª SECEX/DF, por meio do Ofício nº 385/2010, solicitou documentos e informações referentes aos Termos de Parceria celebrados com o Núcleo de Atenção Social à Cidadania e Educação – NASCE/DF. Item a quanto à celebração: a.1 cópia dos termos de Parceria celebrados com a entidade NASCE, bem como dos Planos de Trabalho; a.2 informações quanto aos critérios utilizados para a escolha do NASCE para celebração dos Termos de Parceria, em especial a compatibilidade da área de atuação da entidade selecionada e o objeto da parceria celebrado; a.3 justificativa para a celebração de Termo de Parceria com o NASCE e comprovação da qualificação dessa entidade como OSCIP emitida pelo Ministério da Justiça, conforme art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.790/99; a.4 a prévia avaliação da capacidade técnico-operacional da entidade para prestar os serviços previstos nos Termos de Parceria, caso disponível; a.5 pareceres técnicos e jurídicos emitidos nos autos das Parcerias; a.6 informações a respeito de atividades que são ou foram exercidas pela Srª. ELIANA CRISTINA RIBEIRO TAVEIRA CRISOSTOMO, com os respectivos períodos, em qualquer que seja o cargo, na estrutura organizacional desse órgão; Item b quanto à prestação de contas: b.1 cópia dos documentos encaminhados pelo NASCE a título de prestação de contas, nos termos do art. 12 do Decreto nº 3100/99; b.2 cópia dos pareceres conclusivos que avaliaram as prestações de contas já encaminhadas pelo NASCE; b.3 cópia do regulamento próprio, eventualmente elaborado pelo NASCE, para realizar as contratações de obras e serviços, conforme exigido pelo art. 14 da Lei nº 9.790/99; b.4 informação quanto aos resultados e benefícios alcançados com as parcerias com o NASCE.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Em 29/06/2010 por meio de expediente ¹ esta SDH atendeu a solicitação prestando as informações requeridas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento do Ofício nº 385/2010– TCU/6ªSECEX-DF					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em atendimento ao Ofício nº 31/2011 – TCU/SECEX-6, em 28/02/2011 foram apresentadas informações e documentos complementares referente aos Termos de Parcerias nºs 001 e 700152/2008, SIAFI 622798 e 635615, respectivamente ² .					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	021.556/2008-0	Acórdão nº 803/2009-TCU-Plenário	1	RE	Ofício nº1435/2009-TCU/SECEX-SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
A SECEX/SP, ao apreciar o processo de denúncia nº 021.556/2008-0, decidiu recomendar a esta SDH que, antes de atestar a regularidade da Prestação de Contas, apreciasse com atenção maior se restava incontestado na prestação de contas do Convênio nº 291/2007, SIAFI 601506, firmado com a JARDIM MIRIAM ARTE CLUBE - JAMAC, bem como avaliar se os objetivos alcançados e/ou pagamentos efetuados guardaram consonância com o valor total recebido pela entidade, ou seja, R\$ 470.102,00 e, em caso negativo, fosse instaurada a competente TCE.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Realizada análise da prestação de contas, resultando em instauração de TCE pela totalidade dos valores repassados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento ao ofício nº 1435/2009-TCU/SECEX-SP.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Referente ao Convênio nº 291/2007, em cumprimento à determinação do TCU, o processo foi encaminhado ao TCU recebendo a numeração 031.495/2010-9 e, aguarda julgamento					

¹ Ofício nº 193/2010 – AS/SDH/PR

² Ofício nº 329/2011 – SGP/SDH/PR

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	011.662/2004-7	Acórdão nº 600/2005-TCU-Plenário	9.1, 9.1.1, 9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5 e 9.1.6.	RE	Ofício nº 110/2009-TCU-SEPROG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
<p>A Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo solicitou até o dia 05/10/2009, o fornecimento de informações atualizadas relativas à implementação das recomendações prolatadas no referido Acórdão, referente à auditoria operacional no Programa Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, conforme relação abaixo. Encaminhou também, para conhecimento, cópia do relatório do segundo monitoramento realizado no programa com o respectivo acórdão.</p> <p>9.1. recomendar à Secretaria Especial dos Direitos Humanos que:</p> <p>9.1.1. discuta com a SENASP, como critérios para recebimento dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública pelos estados, a inclusão:</p> <p>9.1.1.1. da criação de grupos de policiais especialmente selecionados e treinados para operar a segurança dos programas estaduais e a proteção dos casos que não se adequam às hipóteses de inclusão;</p> <p>9.1.1.2. da regularidade dos repasses financeiros dos governos estaduais para as entidades executoras do programa no âmbito dos convênios respectivos firmados com a SEDH para a implementação dos Programas Estaduais de Proteção a Testemunhas Ameaçadas;</p> <p>9.1.2. envie Projeto de Lei ao Congresso Nacional inserindo no Código de Processo Penal dispositivo que priorize a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção;</p> <p>9.1.3. reforce a estrutura da Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas, prevendo, inclusive, condições para que possa haver substituições temporárias de profissionais em estados que apresentem carência de pessoal na equipe técnica;</p> <p>9.1.4. defina procedimentos para concessão de identidade provisória que permita acesso a políticas e programas de saúde, educação, assistência social, etc., viabilizando, junto aos órgãos competentes, mecanismos para garantir a emissão de documento provisório e garantia de sigilo;</p> <p>9.1.5. defina procedimentos para comprovação de experiência profissional anterior à entrada no programa, nos casos em que haja alteração de identidade dos beneficiários;</p> <p>9.1.6. promova articulações com os Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Agrário para concessão de imóveis – por meio do Programa Morar Melhor, por exemplo - ou lotes em assentamentos rurais aos egressos.</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					1801
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Em 10/02/2010 foram apresentadas respostas aos questionamentos feitos¹, após duas solicitações de prorrogação de prazo (em 30/09/09² e em 05/11/09)³:</p> <p>9.1.1 A SDH, por meio do Subcomitê de Proteção a Pessoas Ameaçadas, teve interlocução com o Ministério da Justiça/SENASP objetivando a criação de grupos de policiais para efetivar a segurança dos programas estaduais e a proteção dos casos que não se adequavam às hipóteses de inclusão. Após a análise da viabilidade de atender à demanda, a SENASP/MJ manifestou-se pela possibilidade de atendimento parcial do pleito e ampliou as competências para atendimento das demandas relacionadas à proteção aos defensores de direitos humanos. Este Convênio está em fase de elaboração. Tal posição não inviabilizará a ampliação do objeto do convênio para atendimento do que é demandado pelas ações de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte e proteção a vítimas e testemunhas;</p> <p>9.1.1.2 Para atendimento da recomendação, vale salientar que das discussões realizadas, à SDH cabe a gestão pelos recursos e orientação da política nacional de proteção a pessoas ameaçadas. Nesse sentido, o repasse financeiro aos governos estaduais é feito por esta Secretaria. Não há relação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, para o estabelecimento de critérios para a garantia da regularidade dos repasses dos governos estaduais.</p> <p>9.1.2 Foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 86/07, de autoria do Poder Executivo. Esse Projeto de Lei adiciona o artigo 19-A à lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, e versa sobre a prioridade na tramitação do inquérito e do processo criminal e sobre a produção antecipada de provas quando figurar como indiciado, acusado ou réu colaborador, vítima ou testemunha protegida pelos programas de proteção abrangidos pela lei nº 9.807/99. O texto recebeu parecer favorável do relator, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e está na pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, podendo ser terminativo, ou seja, após aprovação na CCJ, poderá já ser encaminhado à sanção Presidencial.</p>					

¹ Ofício nº 25/SEDH/PR, de 10/02/2010.

² Ofício nº 936/2009-SGPDH/SEDH-PR, de 30/09/2009.

³ Ofício nº 1102/2009-SGPDH/SEDH-PR, de 05/11/2009.

9.1.3 A SDH passou recentemente por uma reestruturação administrativa, efetivada com a lei nº 11.958/2009 e regulamentada pelo decreto 6980/2009. Nesse sentido, foram reestruturadas todas as áreas da SDH com a institucionalização de Programas e reforços necessários. Na Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, foram criadas as diretorias de proteção e defesa dos direitos humanos. A Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas restou vinculada à diretoria de defesa dos direitos humanos. Como fruto das discussões internas e externas, chegou-se ao entendimento de que, para a implementação das ações de proteção a vítimas e testemunhas, a substituição nos estados por membros da equipe técnica obedece estratégia da SDH de ser feita a utilização dos serviços dos técnicos já capacitados da rede estadual sob a supervisão do monitoramento, agilizando-se os processos de seleção e capacitação. Vale salientar que a equipe técnica da CGPT desenvolve atividades na articulação e no desenvolvimento de orientações para a política nacional, conjuntamente com as ações de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte e defensores dos direitos humanos.

9.1.4 Atinente à criação de mecanismos para garantir a esse procedimento e a outros de igual relevância a manutenção do sigilo e da proteção, a SDH, por meio da CGPT, proporcionou a discussão em vários eventos nacionais, tais como Reunião do Colégio de Presidentes, Reunião do Fórum de ONG's, Câmara Técnica, Monitoramento, Seminários e Oficinas. A CGPT procedeu ainda à consulta junto à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República sobre a possibilidade de ser adotado o procedimento de emissão do Cartão SUS para os usuários do Programa, adotando-se o codinome, de modo a resguardar o sigilo nos ditames da lei nº 9.807/99. Houve parecer para o aperfeiçoamento da lei supramencionada, de forma a que nela passasse a constar uma previsão expressa sobre o assunto em tela. Das discussões realizadas na rede de proteção a vítimas e testemunhas, verificaram-se iniciativas estaduais de acesso a políticas públicas sem fragilizar a segurança dos dados dos usuários das ações de proteção. Há ainda necessidade de reforço na articulação interministerial no tema.

9.1.5 Foi iniciado o contato com o Ministério do Trabalho, que analisará a viabilidade para atendimento da recomendação.

9.1.6 Recomendação em implementação. Da mesma forma, como no item anterior, foi iniciado o contato com o Ministério das Cidades, que analisará a viabilidade para atendimento da recomendação.

Síntese dos resultados obtidos

9.1.1.1 Ampliação das competências da Força Nacional de Segurança para atendimento das demandas de proteção aos defensores dos direitos humanos;

9.1.1.2 Os repasses aos estados são regulares, não havendo quaisquer informações sobre atrasos ou mesmo descontinuidade dos valores repassados.

9.1.2 Projeto de lei enviado ao Congresso Nacional para alteração da lei 9.807/99 tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça. O Projeto visa dar maior celeridade à marcha processual quando existirem testemunhas protegidas.

9.1.3 A reestruturação da SDH previu o fortalecimento das áreas e coordenações. A Coordenação Geral de Proteção a Vítimas e Testemunhas faz parte de uma diretoria, que tem como atribuição articular e apoiar as ações de proteção. Há previsão de técnicos da carreira social para a área, uma vez que o exercício de atividades na CGPT por servidores de carreira é uma demanda que será atendida com a chegada destes servidores.

9.1.4 Houve obtenção de resultados de forma individualizada nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

9.1.5 Recomendação em análise pelo Ministério do Trabalho.

9.1.6 Recomendação em análise pelo Ministério das Cidades.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A execução das atividades das ações de proteção sugere que seja feita ampla articulação junto aos órgãos do Governo Federal e junto aos Governos Estaduais. O fato da SDH não ter completa governabilidade nos encaminhamentos das solicitações e demandas se constitui em fator negativo para o atendimento com maior rapidez, em que pese haver o compromisso desta Secretaria às recomendações prolatadas no referido Acórdão.

Importante colocar que a auditoria contribuiu muito para o aprimoramento do programa, uma vez que as recomendações feitas, quando implementadas, oferecerão melhora significativa nas ações de proteção e nas de inclusão dos beneficiários.

Em atenção ao Ofício nº 277/2010- TCU – SEPROG, a SDH por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, apresenta expedientes ¹ informando que, relativa às implementações dos itens 9.1.5, 9.1.6 e 9.2.7, houve o arquivamento dos autos com aquiescência da SEPROG. Quanta às implementações dos 9.1.4, 9.2.1, 9.2.6 e 9.2.10, são objetos do planejamento bianual da área.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	002.076/2006-7	Acórdão nº 1.724/2004-TCU-Plenário	9.4, 9.4.2 e 9.4.4	RE	Ofício nº 111/2009-TCU-SEPROG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
<p>A Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo solicitou até o dia 05/10/2009 o fornecimento de informações atualizadas relativas à implementação das recomendações prolatadas no mencionado Acórdão, referente à auditoria operacional no Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conforme relação abaixo. Encaminhou também, para conhecimento, cópia do relatório do primeiro monitoramento realizado no programa com o respectivo acórdão. 9.4. Recomendar à Secretaria Especial de Direitos Humanos - SDH que:</p> <p>9.4.2. encaminhe cópia a este Tribunal do estudo para a formulação de metodologias de atendimento compartilhado, que está sendo desenvolvido em conjunto com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e da Educação, na oportunidade de sua finalização; 9.4.4. envide esforços no sentido de buscar recursos e parcerias visando a ampliação da abrangência do PAIR e elabore estudo com vistas a propor a sua inclusão como uma Ação do Programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, na oportunidade da próxima revisão do PPA.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Em 05/10/2009 a SDH encaminhou o relatório de monitoramento em resposta às recomendações do ponto 9.4 do Acórdão supracitado, o resumo da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e ainda a Sistematização da Metodologia do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro, que conta com um exemplar: "Consolidando a Experiência do PAIR" e um exemplar: "Avaliação do Processo de Implantação do PAIR"¹.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<ul style="list-style-type: none"> • Construção da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes com atualização prevista para 2010/2011; • Pactuação de fluxos de atendimento de disques denúncia com a rede de proteção; • Protocolos de atendimento entre as áreas de assistência, saúde e educação, ação coordenada pelo Ministério da Saúde. • Expansão e disseminação do PAIR para 451 municípios em 22 estados brasileiros; • Disseminação da metodologia do PAIR em 15 cidades de fronteiras no Mercosul, sendo 07 pelo lado brasileiro; • Realização de 02 encontros nacionais para avaliação e construção do plano de monitoramento do processo de implantação já disponibilizado no portal de gestão PAIRLEDES; • Inclusão do PAIR com ação específica do PPA bem como na implementação da Agenda Social; • Publicação e sistematização da metodologia do PAIR. Ademais, há um consenso em todos os municípios de que, a despeito das dificuldades encontradas, o PAIR teve um impacto positivo. Isto reforça a metodologia construída e a coloca num patamar de êxito que merece um cuidado para o seu constante aperfeiçoamento e qualificação, uma vez que o PAIR é um processo em constante transformação. Contribuições do PAIR para os municípios: • a qualificação, a capacitação e a aproximação dos atores da rede e o seu fortalecimento; as ações contribuíram para pautar e dar mais visibilidade ao tema da violência sexual contra criança e adolescente; a articulação e mobilização de políticas públicas de algumas áreas de atuação como: assistência social, educação, saúde e segurança pública; fortalecimento de ações que envolvem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; melhoria na integração da rede local; reconfiguração de serviços; aumento de denúncias; fortalecimento material das instituições; etc. 					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>É necessária a manutenção de mecanismos de avaliação permanente, visto que o PAIR, mais do que um programa, é um processo em constante transformação. Neste sentido, a sistematização e publicação da metodologia, estabelecendo a diferença entre municípios de pequeno, médio e grande porte, é urgente, além da inclusão de temas como raça, etnia, redução de iniquidades regionais, participação de adolescentes, gênero, orientação sexual e identidade de gênero e desenvolvimento. Neste sentido a construção de indicadores comuns tem sido um grande desafio, mas já foi construído um instrumento para o mapeamento e a disponibilização dos indicadores para os municípios, cuja disponibilização está prevista para maio de 2010. Quanto à uniformização de procedimentos, foi iniciada a construção de protocolos junto ao Ministério da Saúde e ao Ministério do Desenvolvimento Social. Estes documentos estão sendo utilizados nas redes do PAIR como referência para o trabalho conjunto das redes de proteção.</p> <p>Em 03/05/2010, a SDH teve ciência do Acórdão nº 840/2010², cujo inteiro teor trata do monitoramento da implementação das deliberações dos Acórdãos 1.724/2004-TCU – Plenário e 2.134/205 2ª Câmara e 1.140/2008-Plenário, dando por encerrado o ciclo de monitoramento, ao tempo em que considera implementado o item 9.4.2 e parcialmente implementado o item 9.4.2.</p>					

¹ Ofício nº 701/2009-GAB/SPDCA/SEDH-PR, de 05/10/2009.

² Ofício nº 124/2010- TCU-SEPROG

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	014.845/2003-2	Acórdão nº 1934 e 3390/2007-2ª Câmara	-	DE	Ofício nº 904/2009-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
A SECEX/TCU determinou o registro do devedor no CADIN (Convênio nº 106/2001-SPDDH, SIAFI 417946), observados os Acórdãos retromencionados, alertando que a efetivação do registro no CADIN deveria ocorrer setenta e cinco dias após a notificação do devedor para o pagamento de débito, conforme o artigo 2º da Decisão Normativa TCU nº 045, de 15/05/2002, alterada pela Decisão Normativa nº 052, de 03/12/2003. O Acórdão condenatório, conforme mencionado, transitou em julgado no Tribunal, não se sujeitando, portanto, aos recursos previstos nos arts. 32, I e II, e 48 da lei nº 8.443, de 17/7/92.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 06/10/2009, a SEDH/PR informou e comprovou à Secretaria de Controle Externo do Distrito Federal – SECEX/DF/TCU, o cumprimento da determinação ¹ - o que ocorreu pelas diligências internas que incluíram a comunicação à Conveniente Instituto Atitude - Direito e Cidadania para Homossexuais da inscrição no CADIN, salvo se houvesse o ressarcimento ao erário do valor atualizado de R\$ 260.381,80 ² ..					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro do Senhor Caio Fábio Varela no CADIN.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos internos para efetivação da inscrição no CADIN foram adotados e no exercício de 2010 houve a efetivação da inscrição da responsável, haja vista o decurso do prazo procedimental estabelecido em lei.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	006.056/2009-7	Acórdão nº 3297/2009-TCU-2ª Câmara	-	DE	Ofício nº 3453/2009-TCU/SECEX-GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
A SECEX-GO/TCU determinou o registro do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – CADIN (Convênio nº 118/2007-SPDDH, SIAFI 595026), observado o Acórdão retromencionado, alertando que a efetivação do registro no CADIN deveria ocorrer setenta e cinco dias após a notificação do devedor para o pagamento de débito, conforme o artigo 2º da Decisão Normativa TCU nº 045, de 15/05/2002, alterada pela Decisão Normativa nº 052, de 03/12/2003. O Acórdão condenatório, conforme mencionado, transitou em julgado no Tribunal, não se sujeitando, portanto, aos recursos previstos nos arts. 32, I e II, e 48 da lei nº 8.443, de 17/7/92.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 21/10/2009, esta SDH expediu comunicação à Conveniente Fórum de Ongs Aids do estado de Goiás quanto à inscrição no CADIN, por determinação do Tribunal de Contas da União, decorrente de processo de Tomada de Contas Especial, a ocorrer em 04/01/2010, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário do valor atualizado de R\$ 34.492,25 ³ . Em 06/11/2009, a SDH informou e comprovou à Secretaria de Controle Interno – SECEX/TCU, o cumprimento da determinação ⁴ .					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro da Senhora Maria das Dores Dolly Soares no CADIN.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos internos para efetivação da inscrição no CADIN foram adotados e no exercício de 2010 houve a efetivação da inscrição da responsável, haja vista o decurso do prazo procedimental estabelecido em lei.					

¹ Ofício nº 2758/2009-GC/SGPDH/SEDH/PR, de 06/10/2009.

² Ofícios nºs 2741 e 2742/2009-GC/SGPDH/SEDH/PR, ambos de 05/10/2009.

³ Ofícios nºs 2872 e 2873/2009-GC/SGPDH/SEDH/PR, ambos de 21/10/2009.

⁴ Ofício nº 3106/2009-GC/SGPDH/SEDH/PR, de 06/11/2009.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	004.401/2007-5	Acórdão nº 3695/2008-1ª Câmara	-	DE	Ofício nº 1571/2009-TCU/SECEX-BA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos -SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
A Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União do estado da Bahia - SECEX-BA/TCU determina o registro do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – CADIN (Convênio nº 012/2005-CORDE, SIAFI 523875), observado o Acórdão retromencionado, alertando que a efetivação do registro no CADIN deverá ocorrer setenta e cinco dias após a notificação do devedor para o pagamento de débito, conforme no artigo 2º da Decisão Normativa TCU nº 045, de 15/05/2002, alterada pela Decisão Normativa nº 052, de 03/12/2003. O Acórdão condenatório, conforme mencionado, transitou em julgado no Tribunal, não se sujeitando, portanto, aos recursos previstos nos arts. 32, I e II, e 48 da lei nº 8.443, de 17/7/92.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 06/11/2009, informa e comprova ao Tribunal de Contas da União no estado da Bahia - TCU/SECEX-BA, o cumprimento da determinação ¹ , após expedir comunicado, em 21/10/09, à Conveniente Fórum de Ongs Aids do estado de Goiás, de que seria inscrita no CADIN, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário do valor atualizado de R\$ 34.492,25 ² .					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro do Senhor Heckel Herbert Pedreira Santos no CADIN.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos internos para efetivação da inscrição no CADIN foram adotados e no exercício de 2010 houve a efetivação da inscrição da responsável, haja vista o decurso do prazo procedimental estabelecido em lei.					

¹ Ofício nº 3107/2009-SGPDH/SEDH/PR, de 06/11/2009.

² Ofícios nºs 2872 e 2873/2009-GC/SGPDH/SEDH/PR, ambos de 21/10/2009.

12.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO XXVI: SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	011.046/2008-3	810/2010 – 2ª Câmara	1.7.1, 1.7.2, 1.7.3 e 1.8	TC	Ofício nº 247/2010-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
<p>Em 17 de março de 2010, a 6ª Secretaria de Controle Externo – SECEX/DF, por meio do Ofício nº 247/2010-TCU/SECEX-6, encaminhou cópia do Acórdão nº 810/2010–2ª Câmara, de 9/3/2010, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207, 208 e 214, incisos I e II do Regimento Interno do TCU, solicitando atenção quanto às recomendações contidas nos itens 1.7.1 “<i>Apresente nas próximas contas a serem remetidas ao Tribunal, indicadores ou parâmetros de gestão de qualidade e produtividade adequadamente aplicados com as características elencadas no item 8 do Anexo II da DN 85/2007</i>”;</p> <p>1.7.2 “<i>Abstenha-se de celebrar convênios com entidades vinculadas a membros de conselhos institucionais da SEDH, em atenção aos princípios da moralidade e da impessoalidade, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal</i>”;</p> <p>1.7.3 “<i>Arquive a tomada de contas especial simplificada de responsabilidade do Sr. Lélío de Castro Cirillo, presidente da Associação Nacional de Equoterapia, referente ao convênio SIAFI 535035, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/92, c/c o art. 5º, §1º, inc. III, da IN TCU nº 56/2007, com a exigência inscrição do débito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, nos termos do art. 5º, §2º, da citada instrução normativa, a cujo pagamento continuará obrigado o aludido responsável para que lhe possa ser dada quitação</i>”; e</p> <p>1.8. “<i>Reiterar a determinação contida no item 10.1 do Acórdão TCU nº 3.227/2006 – 2ª Câmara, alertando a SEDH que a reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal enseja a aplicação da multa prevista no art. 58, inc. VII, da Lei nº 8.443/92, a qual prescinde de audiência prévia, nos termos do art. 268, caput, inciso VIII e § 3º do Regimento Interno do TCU</i>”.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Item 1.7.1. – Os indicadores ou parâmetros de gestão de qualidade e produtividade, dada a diversidade e subjetividade envolvendo tais procedimentos, esta SDH tem realizado estudo da melhor metodologia, haja vista não ser possível a concentração num único identificador, sendo assim, encontra-se em implementação.</p> <p>Item 1.7.2 – A observância de abster-se de celebrar convênios com entidades vinculadas a membros de conselhos vem sendo implementada por esta SDH, inclusive, atualmente para a formalização do instrumento é exigida a declaração de inexistência de vínculo como servidor público.</p> <p>Com relação ao item 1.7.3, as medidas para inscrição do débito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN do Sr. Lélío de Castro Cirillo estão sendo adotadas.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A expedição do Acórdão tem contribuído para o desenvolvimento dos trabalhos internos. Nesse sentido a construção de indicadores tem sido um grande desafio, esta SDH tem envidado esforços para proceder às implementações, bem como na seleção criteriosa de seus parceiros, inclusive, com a exigência de declaração de inexistência de vínculo como servidor público.</p>					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	011.753/2010-2	3139/2010 – TCU – Plenário	9.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.5	RE	Aviso nº 2130-Seses-TCU-Plenário
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 24 de novembro de 2010, por meio do Aviso nº 2130/2010-Seses –TCU-Plenário, encaminhou cópia do Acórdão nº 3139/2010–TCU-Plenário, solicitando atenção quanto às recomendações contidas nos itens: 9.1 <i>“recomendar à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República que”</i> :					
9.1.1 <i>“Estimule a criação de serviços de proteção provisória nos estados, por meio de apoio institucional e financeiro, orientando-os a elaborarem projetos com esse fim e a submeter tais projetos ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública para obtenção de recursos”</i> ;					
9.1.2 <i>“solicite audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, com o objetivo de solicitar a inclusão em pauta do PLC nº 86 de 2007 e de expor sua importância para a efetividade dos programas de proteção de que trata a Lei 9.807/1999”</i> ;					
9.1.3 <i>“oriente os órgãos e as entidades pertinentes sobre a produção antecipada da prova testemunhal e estimule o seu uso com o intuito de mitigar os problemas advindos da morosidade dos processos judiciais que envolvem testemunhas protegidas”</i> ;					
9.5. <i>“determinar à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e ao Departamento da Polícia Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência desta deliberação, remetam ao tribunal plano de ação que contemple cronograma de adoção das medidas necessárias ao atendimento das recomendações lançadas neste acórdão, com o nome dos responsáveis por cada medida, ou apresentem justificativas para o não acolhimento da(s) recomendação(ões)”</i> .					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Objetivando a boa e regular aplicação dos recursos públicos, esta SDH vem concentrando esforços no sentido de atender às recomendações, contudo, as mesmas encontram-se em fase de implementação pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em 29/12/2010, por meio de Memorandos ¹ , foi encaminhado às Secretarias – SNPDCA e SNPDDH o inteiro teor do Acórdão nº 3139/2010- TCU – Plenário, para conhecimento e providências cabíveis, ressaltada a fiel observância dos itens elencados no referido Acórdão.					

¹ Memorandos n.ºs. 246 e 247/2010 – CGC-SGPDH-SDH-PR

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	015.443/2009-0	2417/2010 – TCU – Plenário	1.4.1, 1.4.1.1, 1.4.1.2, 1.4.1.3, 1.4.1.4, 1.4.1.5, 1.4.1.6, 1.4.1.7, 1.4.1.8, 1.4.1.9, 1.4.1.10, 1.4.1.11, 1.4.1.12, 1.4.1.13	RE	Ofício nº 1079/2010-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
<p>Em 20 de setembro de 2010, a 6ª Secretaria de Controle Externo – SECEX/DF, por meio do Ofício nº 1079/2010-TCU/SECEX-6, encaminhou cópia do Acórdão nº 2417/2010-TCU-Plenário, solicitando atenção quanto às recomendações contidas nos itens: 1.4 Determinações:</p> <p>1.4.1 À <i>Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR;</i></p> <p>1.4.1.1 <i>Efetue nova análise da prestação de contas do Convênio nº 133/2003 (SIAFI 487489), apurando as impropriedades apontadas no presente relatório, e adotando as medidas administrativas necessárias para reaver os valores indevidamente pagos a título de despesas com o pagamento de dirigentes e despesas administrativas da conveniente, em desacordo com o art. 8º, inciso I, da IN/STN nº 1/1997 e com a jurisprudência deste tribunal, instaurando-se tomada de contas especial em caso de insucesso da exigência a ser observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.1 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.2 <i>Apure as impropriedades apontadas no âmbito do convênio 50/2005 (SIAFI nº 527801), adotando as medidas administrativas necessárias para reaver os valores indevidamente pagos a título de despesa com o pagamento de dirigentes e despesas administrativas da conveniente, em desacordo com o art. 8º, inciso I, da IN/STN nº 1/1997 e com a jurisprudência deste tribunal, instaurando-se tomada de contas especial em caso de insucesso da exigência a ser efetuada, para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.2 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.3 <i>Efetue nova análise da prestação de contas do Convênio nº 124/2006 (SIAFI 575669), apurando as impropriedades apontadas, e adote as medidas administrativas necessárias para reaver os valores que não foram devidamente comprovados, bem como aqueles efetuados em desacordo com o art. 8º, inciso I, da IN/STN nº 1/1997, instaurando-se tomada de contas especial em caso de insucesso da exigência a ser efetuada, para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, em observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.3 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.4 <i>Em relação ao Convênio 123/2006 (SIAFI nº 576937), continue adotando os procedimentos administrativos para cobrança dos valores indevidamente aplicados pela entidade conveniente, em desacordo com o art. 8º, inciso I, da IN/STN nº 1/1997, instaurando-se tomada de contas especial em caso de insucesso da exigência a ser efetuada, para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.4 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.5 <i>Com relação ao Convênio 37/2005 (SIAFI nº 540625), caso as pendências apontadas não sejam solucionadas, instaure a devida tomada de contas especial para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.5 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.6 <i>Em relação ao Convênio 38/2006 (SIAFI nº 572675), caso as pendências apontadas não sejam solucionadas, instaure a devida tomada de contas especial, para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.6 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.7 <i>Somente libere novos recursos para convênios que estejam em situação regular com a execução do Plano de Trabalho, de acordo com o art. 43, inciso IV, da Portaria Interministerial nº 127/2008 e observe com rigor a regra de comprovação da boa e regular aplicação dos recursos anteriormente recebidos, nos termos do art. 116, § 3º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 e do art. 56, caput, da Portaria Interministerial nº 127/2008 (item 3.7 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.8 <i>Nos termos do art. 52 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008, realize acompanhamento in loco da execução dos convênios, em especial quando a entidade conveniente for sediada em Brasília/DF, justificando, na análise da prestação de contas, eventual não-realização dessa fiscalização (item 3.8 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.9 <i>Exija a apresentação de comprovantes de destinação nos convênios, sempre que houver distribuição de material adquirido com recursos do ajuste, em atenção à regra de liquidação da despesa pública, constante no art. 63, § 2º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17/3/1964 (item 3.8 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.10 <i>Caso as pendências verificadas quando da análise da prestação de contas do Convênio 29/2005 (SIAFI 533641) não tenham sido solucionadas, instaure a devida tomada de contas especial para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.9 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.11 <i>Ao celebrar convênios, avalie a capacidade técnica da conveniente em executar o objeto pactuado, com elementos que fundamentem seu parecer, nos termos do art. 5, § 2º, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008 e de acordo com a jurisprudência deste Tribunal (item 3.10 do relatório);</i></p> <p>1.4.1.12 <i>Proceda à tempestiva atualização no SIAFI quando à situação dos convênios de forma a evitar inconsistências nos saldos das contas “a comprovar” e “a aprovar”, como observado nos convênios SIAFI nº 567598, 591110 e 577495, nos termos do art.31,</i></p>					

§ 2º, da da IN/STN nº 1/1997 e do art. 60, § 1º, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008 (item 3.11 do relatório);

1.4.1.13 adote as providências administrativas cabíveis para localizar ou reconstruir o processo de Convênio nº 8/2006 (SIAFI 568242) (item 3.13 do relatório).

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH	001801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Conforme determinado no referido Acórdão, a SDH procedeu à nova análise da prestação de contas dos convênios relacionados, sendo expedidas diversas diligências à Entidade na tentativa de regularizar as pendências. Esgotadas as medidas administrativas cabíveis, em cumprimento à determinação desse Corte de Contas, os procedimentos para instauração da devida Tomada de Contas Especial vem sendo adotados para os convênios nº 29/2005 – SIAFI nº 533641, 38/2006 – SIAFI nº 572675, 037/2005 – SIAFI nº 540625 e 123/2006 – SIAFI nº 576937.</p> <p>Ressalte-se que, em razão de diversos recursos administrativos interpostos pelo representante da entidade conveniente, em 03/04/2011 os convênios nº 133/2003 – SIAFI nº 487489 e 50/2005 – SIAFI nº 527801 foram submetidos à Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ¹, para nova análise das alegações apresentadas. Em sendo assim, encontra-se sobrestado os procedimentos para a instauração de Tomada de Contas Especial, porquanto não houve análise conclusiva por parte da SAJ.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p>Objetivando atender a determinação dessa Corte de Contas, em 13/10/2010, foi solicitada às Unidades desta SDH fiel observância das determinações do item 1.4.1². Quanto aos convênios nº 29/2005 – SIAFI nº 533641, 38/2006 – SIAFI nº 572675 e 123/2006 – SIAFI nº 576937, resultaram em instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, e estão em fase final de conclusão para encaminhamento ao Setorial Contábil – Ciset/PR e posteriormente ao Tribunal de Contas da União. No que tange ao convênio nº 037/2005 – SIAFI nº 540625, da nova análise da documentação as justificativas apresentadas não foram acatadas, estando em fase de instauração de TCE. Cumpre esclarecer que em relação aos itens 1.4.1.12 e 1.4.1.13, houve manifestação por parte da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos³, informando da localização do Processo nº 00005.00163/2006-03 – Convênio nº 0008/2006 – SIAFI nº 586242 e da aprovação do Convênio nº 195/2006 – SIAFI nº 577495. Relativo ao Convênio nº 033/2006 – SIAFI nº 567598, em 14/02/2011 foi encaminhado para manifestação da Secretaria de Controle Interno – Ciset, haja vista divergências apresentadas pela conveniente.</p>	

¹ Ofício nº 155/2011 –SGPDH/SDH/PR

² Memorando-Circular nº 10/2010/CGC/SGPDH/SDH/PR

³ Memorando nº 636/2010 – SNPDDH/SDH/PR

12.3 Recomendações do OCI atendidas no Exercício

QUADRO XXVII: RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica (IB) Nº 09/2010 COFIP/CISET/CC/PR	09 e 10	Ofício nº 153/2010/COFIP-CISET-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Denúncia envolvendo a ONG – ASTRAPA – ASSOCIAÇÃO DAS TRAVESTIS DA PARAÍBA			
Descrição da Recomendação:			
<p>Item 9 – Sugere que a SDH solicite da ONG ASTRAPA a imediata apresentação da prestação de contas do convênio nº SICONV 700264/2008 (SIAFI 636498). Contudo, caso decorrido o prazo estabelecimento, realizada a inscrição em inadimplência e as medidas cabíveis visando à instrução da Tomada de Contas Especial. Recomendando, também, a emissão de parecer técnico final referente à prestação de contas do convênio nº 079/2007 (SIAFI 594601).</p> <p>Item 10 – Sugere que a SDH considere o teor da mesma quando da análise das prestações de contas, avaliando a possibilidade de realizar a fiscalização <i>in loco</i> na sede da ONG ASTRAPA.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Síntese da providência adotada:			
Considerando a sugestão de fiscalização <i>in loco</i> na sede da ONG ASTRAPA, foi solicitada a área técnica a adoção de medidas pertinentes ¹ .			
Síntese dos resultados obtidos			
Embora a Entidade tenha enviado, intempestivamente, a Prestação de Contas Final, do Convênio nº 700264/2008, esta foi parcialmente acatada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Observada a denúncia havida, para o Convênio nº 700264/200, foram adotados os procedimentos de instrução e instauração de Tomada de Contas Especial².</p> <p>Quanto ao Convênio nº 079/2008 – SIAFI nº 594601, houve a aprovação das contas em razão do cumprimento total das metas propostas³, bem como pela regular aplicação dos recursos ⁴.</p>			

¹ Memorando nº 075/2010 – CGC/SGPDH/SEDH/PR, de 11/05/2010

² TCE nº 00005.003248/2010-62

³ Parecer Técnico PR/SEDH/SNPDCA/ASEACL nº 73/2010

⁴ Parecer Financeiro nº 037/2010

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Nota Técnica (IB) Nº 09/2010 COFIP/CISET/CC/PR	09 e 10	Ofício nº 153/2010/COFIP- CISET-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Denúncia envolvendo a ONG – ASTRAPA – ASSOCIAÇÃO DAS TRAVESTIS DA PARAÍBA			
Descrição da Recomendação:			
Item 9 – Sugere que à SDH solicite da ONG ASTRAPA a imediata apresentação da prestação de contas do convênio nº SICONV 700264/2008 (SIAFI 636498). Contudo, caso decorrido o prazo estabelecimento, realizada a inscrição em inadimplência e as medidas cabíveis visando à instrução da Tomada de Contas Especial. Recomendando, também, a emissão de parecer técnico final referente à prestação de contas do convênio nº 079/2007 (SIAFI 594601).			
Item 10 – Sugere que a SDH considere o teor da mesma quando da análise das prestações de contas, avaliando a possibilidade de realizar a fiscalização <i>in loco</i> na sede da ONG ASTRAPA.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Síntese da providência adotada:			
Considerando a sugestão de fiscalização <i>in loco</i> na sede da ONG ASTRAPA, foi solicitada a área técnica a adoção de medidas pertinentes ¹ .			
Síntese dos resultados obtidos			
Embora a Entidade tenha enviado, intempestivamente, a Prestação de Contas Final, do Convênio nº 700264/2008, esta foi parcialmente acatada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Observada a denúncia havida, para o Convênio nº 700264/200, foram adotados os procedimentos de instrução e instauração de Tomada de Contas Especial ² . Quanto ao Convênio nº 079/2008 – SIAFI nº 594601, houve a aprovação das contas em razão do cumprimento total das metas propostas ³ , bem como pela regular aplicação dos recursos ⁴ .			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nota Técnica (ACC) nº 0006/2010 COFIP/CISET/CC/PR	14	Ofício nº 179/2010/COFIP- CISET-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Descrição da Recomendação:			
Cumprimento do estabelecido em legislação no que se refere à pesquisa para verificar a compatibilidade entre os preços orçados e os de mercado, bem como as formalidades legais para celebração de futuros convênios.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Síntese da providência adotada:			
Com relação à determinação, trata-se de situação esporádica, ocorrendo em convênio específico, contudo, objetivando evitar a incidência em futuros convênios, a SDH orientou às áreas observar com rigor a legislação vigente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Determinação interna de análise criteriosa da prestação de contas do convênio nº 291/2007- SIAFI nº 601506, resultou em instauração de Tomada de Contas Especial – TCE ⁵ .			

¹ Memorando nº 075/2010 – CGC/SGPDH/SEDH/PR, de 11/05/2010,

² TCE nº 00005.003248/2010-62

³ Parecer Técnico PR/SEDH/SNPDA/ASEACL nº 73/2010

⁴ Parecer Financeiro nº 037/2010

⁵ Tomada de Contas Especial nº 031.495/2010-9

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Fiscalização nº 23/2010	Constatação nº 01	Ofício nº 593/2010/COFIP/CISET/CC/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Descrição da Recomendação:			
Constatação 01 – Recolhimento do INSS dos prestadores de serviços do convênio em percentual diferente do previsto em Lei (11%).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Síntese da providência adotada:			
Em atendimento à determinação de Fiscalização nº 23/2010, que trata do recolhimento de INSS, em 05/11/2010 a Entidade foi orientada quanto ao procedimento correto, bem como alertada para observância da legislação vigente ¹ .			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Em cumprimento à solicitação, a Entidade providenciou a complementação das diferenças apontadas pelo Controle Interno.			

¹ Ofício nº 2166/2010- CGC/SGPDH/SDH/PR

12.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO XXVIII: SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Fiscalização nº 12/10 e Nota Técnica nº (AF) 34/2010/COFIP/CISSET/CC/PR	Constatações 1, 2 e 3	Ofício nº 362/2010/COFIP-CISSET-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Descrição da Recomendação:			
Constatação 01 – Contratações com descumprimento do Princípio da Impessoalidade; Constatação 02- Não identificação dos procedimentos de contratação e produtos de prestadores de serviços; Constatação 03 – Celebração dos Termos de Parceria com o prazo do certificado de regularidade da OSCIP expirado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em agosto/2010, foram disponibilizadas ¹ as providências adotadas relativas aos instrumentos firmados entre a SNPDCa e o Núcleo de Atenção Social à Cidadania e Educação – NASCE. Da análise das justificativas apresentadas, a Secretaria de Controle Interno emitiu a Nota Técnica ² , concluindo que a avaliação definitiva somente se viabilizará com a apresentação da Prestação de Contas Final pelo Nasce e manifestação desta SDH/PR. Com relação aos Termos de Parcerias nºs. 001/2008 – SIAFI 622798 e 700152/2008 – SIAFI 635615, firmados entre a SNPDDH e o NASCE, houve o pronunciamento pelo NASCE ³ que, encaminhado para conhecimento e análise, aguarda o pronunciamento por parte do Órgão de Controle Interno.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Quanto às constatações mencionadas, esta SDH tem buscado sanar as pendências. Embora as informações apresentadas não tenham evidenciado medidas corretivas, em 18/01/11, foram encaminhadas novas e atualizadas informações relativas aos instrumentos firmados entre a SNPDCa e o NASCE ⁴ , contudo, não houve o pronunciamento por parte do Controle Interno.			

¹ Nota Técnica nº 091/2010 - PNFGD/SNPDCa/SDH

² Nota Técnica (AF) nº 34/2010/COFIP/COSET/CC-PR

³ Ofícios nº 216/2010-SNPDCa/SDH/PR e nº 31/2010- NASCE

⁴ Nota Técnica 2011-GAB/SNPDCa/SDH/PR

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Fiscalização nº 11/2010 e Nota Técnica nº (AF)33/2010/COFIP/CISSET/CC/PR	Constatações 1, 2 e 3	Ofício nº 362/2010/COFIP-CISSET-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Descrição da Recomendação:			
Constatação 01 – Ausência de critérios para avaliação da capacidade técnica e operacional da conveniente; Constatação 02 – Ausência de análise de custos e projeto antieconômico; Constatação 03- Falha na definição dos valores da contrapartida; contratação de serviço não previsto no Plano de Trabalho; Constatação 04- Atraso na execução do objeto.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em atendimento às constatações relativas ao Convênio 704572/2009, foi encaminhado Nota Técnica ¹ relativa às ações adotadas, contudo, a avaliação definitiva se dará pela análise da prestação de contas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Conforme pronunciamento da CISSET ² , os itens 01, 02, 03 e 04, serão objeto de análise e avaliação definitiva quando da elaboração de Pareceres Técnico e Financeiro. Nesse sentido, esta SDH, solicitou aos técnicos responsáveis observar com rigor as determinações impostas.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nota Técnica nº (AF) 15/2010/COAUD/CISSET/CC/PR e Nota Técnica nº 42/2010	3.3	Ofício nº 512/2010/COUD-CISSET-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Descrição da Recomendação:			
A referida Nota Técnica, versa sobre a análise das justificativas ao Relatório de Auditoria especial nº 01/2010, realizada a partir de denúncia anônima, em relação às despesas de diárias e passagens pagas por meio do projeto PNUD BRA/01/021 da SDH Processo nº 00010.000355/2009-26. Diante das análises realizadas e das evidências coletadas, concluiu-se pela procedência, conforme item 3.3. A Nota técnica foi submetida a esta SDH, para conhecimento e adoção de providências necessárias à apuração dos fatos e ressarcimento ao Erário das diárias pagas indevidamente a maior, corrigido monetariamente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em 08/10/2010, a SDH apresentou esclarecimentos acerca dos fatos apurados ³ , e em atendimento à diligência ⁴ da CISSET, encaminha documentação relativa aos pagamentos de diárias e passagens pagas no exercício de 2008, informando ainda que, sobre a solicitação de devolução dos valores pagos aos Srs. Ceyton Edney Ribeiro e Alessandro Rodrigues, contudo, sendo impossível realizá-la em face do Sr. Paulo Biagi, tendo em vista seu falecimento em abril de 2009 ⁵ . Em 15/12/10, esta SDH encaminha informações atualizadas sobre medidas adotadas ⁶ .			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Esta SDH tem envidado esforços no sentido de recompor ao Erário os valores de diárias pagas indevidamente. Sendo assim, quanto ao Sr. Ceyton Edney Ribeiro a CISSET/PR, já houve comprovação de devolução dos valores pagos indevidamente ⁷ .			

¹ Nota Técnica nº 005/2010 - CDI/DPDH/SNPDDH/SDH/PR

² Nota Técnica (AFF) nº 33/2010 COFIP/CISSET/CC/PR

³ Memorando/084/2010 – DCI/SDH/PR

⁴ Diligência COAUD nº 38/2010

⁵ Memorando/DCI/111/2010

⁶ Memo.DCI/131/2010

⁷ Memo. 006/2011

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria de Gestão nº 13/2010, Nota Técnica (AMGTO e IR) Nº 19/2010 COAUDCISSET-CCPR e Nota Técnica (AF) Nº 40/2010 COFIP/CISSET/CC-PR	Constatações nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11	Ofício nº 417/2010/CIAUD-CISSET-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Descrição da Recomendação:			
<p>Constatação 1 – Improriedades na execução de convênios.</p> <p>Constatação 2 – Não execução de convênio SIAFI nº 601541, celebrado em 27.12.2007.</p> <p>Constatação 3 – Repasse dos recursos para construção de unidade regionalizada de internação, sem a comprovação de propriedade do imóvel; aumento do valor inicial da obra, em valor superior a 100 %, com alteração do objeto do convênio; publicação dos termos aditivos nºs 05 e 06, com data posterior ao estabelecido pela legislação (Termo aditivo nº 05, assinado em 30/10/2007 e publicado em 18/2/2008), (Termo aditivo nº 06, assinado em 28/12/2007 e publicado em 15/2/2008); e não aprovação da prestação de contas no prazo determinado pela legislação.</p> <p>Constatação 4 – Não atendimento às orientações emanadas do controle interno, relativas ao: Relatório de Fiscalização nº 23/2009, de 23 de setembro de 2009.</p> <p>Constatação 5 – Não atendimento às orientações emanadas do controle interno, relativas ao: Relatório de Fiscalização nº 22/2009, de 23 de setembro de 2009.</p> <p>Constatação 6 – Não atendimento às orientações emanadas do controle interno, relativas ao: Relatório de Fiscalização nº 28/2008, de 04 de agosto de 2008.</p> <p>Constatação 7 – Atendimento parcial das orientações emanadas do controle interno, relativas ao: Relatório de Fiscalização nº 29/2009, de 10 de novembro de 2009.</p> <p>Constatação 8 – Atendimento parcial das orientações emanadas do controle interno, relativas ao Relatório de Fiscalização nº 012/2009, de 18 de maio de 2009 e Notas Técnicas COFIP 24/2009, de 24 de julho de 2009 e COFIP 31/2009, de 16 de outubro de 2009.</p> <p>Constatação 9 – Atendimento parcial das orientações emanadas do controle interno, relativas ao Relatório de Fiscalização nº 002/2009, de 19 de fevereiro de 2009.</p> <p>Constatação 10 – Atendimento parcial das orientações emanadas do controle interno, relativas ao Relatório de Fiscalização nº 002/2009, de 19 de fevereiro de 2009.</p> <p>Constatação 11 – Atendimento parcial das orientações emanadas do controle interno, relativas à NOTA TÉCNICA (AL) Nº 06/2009 COFIP-CISSET-CC-PR de 10 de junho de 2009.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Observadas as determinações da Secretaria de Controle Interno, quanto à constatação nº 3, Convênio 108/2003 – SIAFI nº 487997, da análise da prestação de contas foi sugerida a aprovação relativa a execução financeira, contudo, quanto ao aspecto físico ainda não houve a emissão de parecer técnico final.</p> <p>No que tange às constatações 4, 5 e 7, relativas aos Convênios nº 700029/2008, 700032/2008 e 051/2002, cumpre registrar que esta SDH/PR tem envidado esforços no sentido de regularizar a ingresso do recurso de contrapartida do Convênio nº 700029/2008 – SIAFI 636908, e diante do compromisso assumido pela comitiva dos novos integrantes do governo da Paraíba, em reunião havida em 07/12/2010, apresenta informações atualizadas sobre as providências adotadas¹. Salienta-se que, relativo ao Convênio nº 700032/2008 – SIAFI nº 635839, houve a rescisão unilateral do Convênio, contudo, em razão do não atendimento das diligências solicitando a devolução integral dos recursos repassados, procedeu-se o registro de inadimplência junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, código 402, por descumprimento de cláusula pelo Conveniente. Sendo assim, os procedimentos para instrução e instauração da Tomada de Contas Especial estão sendo adotados por esta SDH. Com relação ao Convênio nº 051/2002, da mesma forma, objetivando a apuração dos fatos, qualificação de danos e identificação dos responsáveis, os procedimentos para instrução e instauração da Tomada de Contas Especial estão sendo adotados. Relativa à constatação nº 8, o Convênio nº 165/2006 – SIAFI nº 576943, encontra-se encerrado em razão de sua aprovação. No que se refere à constatação nº 9, houve a aprovação do convênio nº. 168/2007- SIAFI nº 597012 e convênio nº 222/2007 – SIAFI nº 597517. Já os convênios nºs. 223 e 225, ambos de 2007, vigentes até 31/07/11 e 30/12/2011, respectivamente, ainda não houve análise de prestação de contas. O convênio nº 218/2007, encontra-se em análise de prestação de contas. Quanto à constatação nº 10 houve a aprovação do convênio 151/2006 – SIAFI nº 576.929, contudo, em relação aos convênios nºs. 123/2006 e 124/2006, em atenção à determinação imposta por essa Corte de Contas no Acórdão nº 2417/2010 – TCU – Plenário, todos os procedimentos para reaver os valores indevidamente</p>			

¹ Memorando nº 617/2010 – GAB/SNPDC/SDH

pagos vem sendo observados. Nesse sentido, relativo ao convênio 123/2006, em razão do não atendimento das solicitações desta SDH/PR, os procedimentos para instrução e instauração da tomada de contas Especial vêm sendo cumpridos. O convênio nº 033/2008, encontra-se em análise de prestação de contas.

Ressalte-se que, para os convênios nºs. 071/2005 (TCE nº 00005.003171/2010-21), 112/2006 (TCE nº 00005.003299/2010-94), 108/2006 (TCE nº 00005.003170/2010-86), 106/2006 (TCE nº 00005.000402/2010-44) e 194/2006 (TCE nº 00005.003169/2010-51, relacionados na constatação nº 11, houve a instauração da TCE junto a essa Corte de Contas – TCU. O convênio nº 128/2004, encontra-se em análise de prestação de contas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Da análise de prestação de contas, observadas as constatações mencionadas, houve a aprovação de alguns convênios e instauração de Tomada de Contas Especial de outros, restando pendentes os convênios em execução, bem como aqueles que ainda não foram objetos de análise de prestação de contas.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório de Fiscalização nº 34/2010	Constatação 01 e 02	Ofício nº 673/2010/COFIP/CISSET/CC/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Descrição da Recomendação:			
Constatação 01 Morosidade na execução financeira do convênio; Constatação 02 Ausência de elementos de avaliação de custos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Síntese da providência adotada:			
No que tange às constatações do Relatório de Fiscalização nº 34/2010 – Convênio 002/2008 – SIAFI nº 627414, foi solicitado à área técnica providências necessárias no sentido de atender às recomendações da Secretaria de Controle Interno- CISET ¹ .			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Objetivando evitar a incidência em futuros convênios, a SDH solicitou à área técnica dar conhecimento aos servidores que lidam na elaboração de convênios, observar com rigor a legislação vigente, em especial quanto à avaliação dos custos propostos nos planos de trabalho. Ressalta-se que o convênio em questão encontra-se em execução até 30/04/2011, e conforme concluído pela Secretaria de Controle Interno – CISET, a análise definitiva somente se viabilizará com a apresentação de contas final pela conveniente e manifestação conclusiva pela SDH.			

¹ Memorandos nºs 212 e 216/2010/SGPDH/SDG/PR

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Nota Técnica (AF) nº 31COFIP/CISET/CC/PR	Item 26	Ofício nº 772/2010-COFIP/CISET/CC/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Descrição da Recomendação:			
Compete à SDH o acompanhamento da devolução dos recursos aplicados pela Juspopuli, no valor de R\$ 77.635,34 (setenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais, trinta e quatro centavos).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Síntese da providência adotada:			
Considerando a ocorrência de denúncia sobre suposta ingerência no convênio nº 700760/2008- SIAFI nº 638539, houve a devolução de recurso no valor de R\$ 1.714.578,19 (um milhão, setecentos e quatorze mil, quinhentos e setenta e oito reais e dezenove centavos), haja vista a denúncia do Convênio em maio de 2009. Contudo, restou comprovado que a aplicação parcial do recurso, no valor de R\$ 77.635,34 (setenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos), não atingiu a finalidade do objeto pactuado. Assim, em dezembro/2010 esta SDH solicitou à Entidade a devolução dos valores corrigidos ¹ .			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Em razão de divergências apresentadas quanto à determinação imposta ² , o assunto foi submetido ao Órgão de Controle Interno-CISET, estando no aguardo de resposta para prosseguimento das providências cabíveis.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório de Fiscalização nº 35/2010	Constatação nº 1,2,3	Ofício nº 787/2010-COFIP/CISET/CC/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Descrição da Recomendação:			
Constatação 1 – Atraso na execução físico-financeira do convênio; Constatação 2 – Ausência de aplicação dos recursos em caderneta de poupança; Constatação 3 – Ausência de consonância entre o cronograma de desembolso dos recursos financeiros do convênio e a execução do seu objeto.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH			001801
Síntese da providência adotada:			
Considerando as constatações de caráter relevante verificadas o Convênio nº 708568/2009, esta SDH encaminhou a Secretaria de Controle Interno – CISET, as informações relativas às ações adotadas ³ . No que tange à constatação nº 1, por meio de ofício ao Exmo. Governador do Estado de Goiás e Secretário de Estado e Cidadania e Trabalho, foi solicitado providências no sentido de assegurar agilidade aos procedimentos de execução convencional, bem assim atenção á determinação de aplicação dos recursos públicos na modalidade poupança.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Da análise das justificativas apresentadas ⁴ , restaram pendentes as constatações 2 e 3, porquanto mantidos o entendimentos contido no relatório de fiscalização nº 35/2010. Em 28/02/2011 esta SDH, solicitou à área técnica providências cabíveis no sentido de sanar as pendências existentes ⁵ .			

¹ Ofício nº 2332/2010-CGC-SGPDH/SDH/PR

² Ofícios nºs 182 e 225/2011 - CGC/SGPDH/SDH/PR

³ Memorando nº 19/2011/GAB/SNPDC/SDH/PR

⁴ Nota técnica (PL) nº 04/2011/COFIP/CISET/CC/PR

⁵ Memorando nº 42/2011-CGC/SGPDH/SDH/PR

13. Informações sobre as Contratações de Consultores na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

13.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”, no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

QUADRO XXIX: CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Direitos Humanos: Um Compromisso com a Consolidação da Democracia					BRA/01/021
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2009/001311					
Objetivo da consultoria: Desenvolver análise comparativa sobre elaboração, implementação e monitoramento de Programas Nacionais de Direitos Humanos, dando ênfase no levantamento e análise da incorporação do Direito à Cidades Sustentáveis e o Direito à Moradia como um direito humano fundamental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/12/2009	20/08/2010	R\$ 73.000,00	R\$ 73.000,00	R\$ 73.000,00	R\$ 73.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1 – Quadro comparativo dos três Programas de Direitos Humanos brasileiros (PNDH, PNDH II e PNDH-3).			1. 15/01/2010		10.000,00
2 – Relatório contendo informações sobre os Programas de Direitos Humanos Nacionais.			2. 20/02/2010		15.000,00
3 – Relatório apresentando proposta de definição do objeto de Estudo e a metodologia a ser utilizada.			3. 15/03/2010		8.000,00
4 – Sistematizar as informações dos questionários recebidos e as informações coletadas.			4. 30/04/2010		5.000,00
5 – Quadro comparativo e analítico, sobre: a) se diretrizes, objetivos e ações dos Programas Nacionais de Direitos Humanos estão tratados de forma global em pé de igualdade e com a mesma ênfase nos Programas; b) que direitos estão representados em cada programa e quais sujeitos de direitos são considerados; c) quais instrumentos de proteção dos Direitos Humanos foram incorporados aos Programas; d) se o tema da desigualdade social leva em consideração os critérios de equidade.			5. 20/05/2010		10.000,00
6 – Relatório com quadro comparativo e analítico, a partir do quadro comparativo previsto no item 06-04, sobre o direito à cidade sustentável e o direito à moradia nos Programas Nacionais.			6. 20/06/2010		10.000,00
7 – Relatório final de análise e recomendações à SDH.			7. 10/08/2010		15.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Paula Ferreira Lima				CPF: 012.830.638-67	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2010/000020					
Objetivo da consultoria: Formulação e execução de proposta técnica para desenvolver ferramenta para comunicação virtual entre participantes do Grupo de Trabalho de Indicadores de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no âmbito da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Oficiais de Chancelaria do Mercosul.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/01/2010	20/10/2010	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Plano de trabalho com análise de requisitos e comparação entre os principais sistemas open source disponíveis.			1. 02/02/2010 2. 25/02/2010 3. 25/03/2010 4. 29/04/2010 5.05/08/2010		800,00
2. Documentação de instalação do sistema de webconferência Identidade visual (tema personalizado para o sistema open source de escolha).					1.400,00
3. Levantamento de requisitos para a criação dos ambientes virtual e documentação dos ambientes e ferramentas utilizadas. Elaboração de material para treinamento de participantes e moderadores.					2.000,00
4. Levantamento de informações e publicações oficiais para público aberto no sistema open source de escolha. Documentação de instalação e de configuração do sistema escolhido.					2.000,00
5. Relatórios de acompanhamento de 5 meses de atividades no ambiente on-line e backups ambientes virtuais em CD.					2.800,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Eduardo Xavier da Silva				CPF: 972.230.261-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2010/000023					
Objetivo da consultoria: Elaboração de diagnóstico e proposta para a localização, reconhecimento e identificação de mortos e desaparecidos políticos no país, com o fim de subsidiar o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SDH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/01/2010	31/12/2010	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Plano de Trabalho da consultoria.					
2. Diagnóstico sobre situação das ossadas de mortos e desaparecidos políticos eventualmente enterradas no Cemitério de Perus, em São Paulo, e na Vala clandestina daquele cemitério. A pesquisa deverá contextualizar histórica e politicamente a indicação do local, indicar fontes que aponte ser local de ossadas de presos políticos, destacar indícios etc. O documento deverá conter recomendação para atuação da CEMDP no sentido de proceder à localização e identificação das ossadas para sua restituição aos seus familiares.			1. 18/02/2010		1. 3.500,00
			2. 15/04/2010		12.600,00
			3. 03.06.2010		7.000,00
3. Diagnóstico sobre situação das ossadas de mortos e desaparecidos políticos eventualmente enterradas no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa deverá contextualizar histórica e politicamente a indicação do local, indicar fontes que aponte ser local de ossadas de presos políticos, destacar indícios etc. O documento deverá conter recomendação para atuação da CEMDP no sentido de proceder a localização e identificação das ossadas para sua restituição aos seus familiares.			4. 12/08/2010		11.400,00
			5. 04/10/2010		10.000,00
			6. 20/12/2010		15.500,00
4. Diagnóstico sobre situação das ossadas de mortos e desaparecidos políticos eventualmente enterradas nos estados da região nordeste. A pesquisa deverá contextualizar histórica e politicamente a indicação do local, indicar fontes que aponte ser local de ossadas de presos políticos, destacar indícios etc. O documento deverá conter recomendação para atuação da CEMDP no sentido de proceder a localização e identificação das ossadas para sua restituição aos seus familiares.					
5. Diagnóstico sobre situação das ossadas de mortos e desaparecidos políticos eventualmente enterradas no estado do Pernambuco e cidade de Foz do Iguaçu. A pesquisa deverá contextualizar histórica e politicamente a indicação do local, indicar fontes que aponte ser local de ossadas de presos políticos, destacar indícios etc. O documento deverá conter recomendação para atuação da CEMDP no sentido de proceder a localização e identificação das ossadas para sua restituição aos seus familiares.					
6. Relatório final contendo avaliação geral da situação das ossadas de mortos e desaparecidos políticos no país com diagnóstico de casos por estado – tipologias, potencialidades, fragilidades com localização e identificação viáveis para cada caso indicando, quando possível, pistas para a localização e providências cabíveis e com recomendação que oriente o trabalho da CEMDP.					
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ivan Akselrud de Seixas				CPF: 934.095.088-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2010/000499					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor para formular subsídios para auxiliar a SDH no desenvolvimento de uma política e ações na área de saúde mental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/07/2010	16/12/2010	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Análise dos documentos técnicos elaborados para apoio da SDH às discussões na IV Conferência Nacional de Saúde Mental-Intersetorial. 2. – Documento analítico sobre as diretrizes, programas e ações que abordam e orientam a política de saúde mental no Brasil no Programa Nacional de Direitos Humanos 3. – Relatório de avaliação dos resultados da IV Conferências Nacional de Saúde Mental, no que diz respeito às ações que serão implantadas ou acompanhadas pela SDH no tocante à temática de Saúde Mental. 4. – Estudo sobre a necessidade e viabilidade de estruturação de uma instância de acompanhamento da temática da saúde mental no âmbito da SDH e reestruturação do Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos no contexto pós- IV Conferência Nacional de Saúde Mental. 5. – Estudo sobre a necessidade e viabilidade de implantação de um modulo de atendimento de violação dos direitos das pessoas com transtornos mentais, no âmbito da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. 6. – Proposta de abordagem da temática das drogas em articulação com direitos humanos e saúde metal de acordo com o PNDH-3 e com as resoluções advindas da IV conferência de Saúde Mental- Intersetorialiade, no âmbito da SDH. Plano de estrutura interna e participação em instancias governamentais.			1. 19/07/2010		9.000,00
			2. 30/07/2010		7.000,00
			3. 13/08/2010		7.500,00
			4. 12/09/2010		12.000,00
			5. 20/10/2010		7.500,00
			6. 30/11/2010		12.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Aldo Zaiden Benvindo				CPF: 875.570.701-78	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2010/000794					
Objetivo da consultoria: Sistematizar e avaliar experiências e lições aprendidas de Projetos de Cooperação Técnica Internacional da Secretaria de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/09/2010	17/12/2010	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 29.000,00	R\$ 29.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Plano de Trabalho com apresentação da metodologia, informação geral dos projetos e cronograma de trabalho.					
2.Relatório de sistematização, apresentando sugestões/recomendações e lições aprendidas aos órgãos e entidades responsáveis pela gestão e execução de Projetos e Programas para acompanhamento, avaliação e reforço dos benefícios originais das ações de Cooperação Sul-Sul, além de proposta de apresentação de resultado.					
3.Relatório de sistematização, apresentando sugestões/recomendações e lições aprendidas aos órgãos e entidades responsáveis pela gestão de projetos e Programas para acompanhamento, avaliação e reforço dos benefícios originais dos projetos PNUD BRA/01/021 e BRA/07/019, além de proposta de apresentação de resultado.			1. 27/09/2010	4.000,00	
4. Relatório de sistematização, apresentando sugestões/recomendações e lições aprendidas aos órgãos e entidades responsáveis pela gestão de projetos e Programas para acompanhamento, avaliação e reforço dos benefícios originais dos projetos OEI BR08/001 e BR 08/006, além de proposta de apresentação de resultado.			2. 30/09/2010	8.000,00	
5.Relatório de sistematização, apresentando sugestões/recomendações e lições aprendidas aos órgãos e entidades responsáveis pela gestão de projetos e Programas para acompanhamento, avaliação e reforço dos benefícios originais dos projetos UNESCO 914BRA3034 e 914BRZ3046, além de proposta de apresentação de resultado.			3. 15/10/2010	8.000,00	
6.Relatório de sistematização, apresentando sugestões/recomendações e lições aprendidas aos órgãos e entidades responsáveis pela gestão de projetos e Programas para acompanhamento, avaliação e reforço dos benefícios originais dos projetos UNFPA BRA/3G/102 e BRA/4P/32ª, além de proposta de apresentação de resultado.			4. 10/11/2010	8.000,00	
7.Proposta de apresentação de resultados consolidados da análise dos projetos com organismos internacionais.			5. 25/11/2010	8.000,00	
			6. 05/12/2010	7.000,00	
			7. 10/12/2010	2.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Claudia Rossana Valenzuela Vianna				CPF: 636.178.701-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Produtos 3 e 5 foram pagos em janeiro de 2011 por causa fechamento do sistema de pagamentos PNUD (Atlas), devido ao término do ano fiscal.					

Código do Contrato: 2010/000851					
Objetivo da consultoria: Programação visual de mapas de fenômenos qualitativos, ordenados ou quantitativos relacionados à promoção de direitos humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/10/2010	15/12/2010	R\$ 11.750,00	R\$ 11.750,00	R\$ 8.805,00	R\$ 8.805,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório com compilação de gráficos referentes a 3 direitos (direito à vida; direito à liberdade e segurança do indivíduo; direito ao mais alto padrão de saúde física e mental). 2. Relatório com compilação de gráficos referentes a 3 direitos (direito a não ser submetido à tortura, punição ou tratamento cruel, desumano ou degradante; direito à participação na vida política e social; direito à educação) 3. Relatório com compilação de gráficos referentes a 3 direitos (direito à liberdade de opinião e expressão; direito a julgamento justo; direito à alimentação adequada). 4. Relatório com compilação de gráficos referentes a 3 direitos (direito à moradia adequada; direito à seguridade social; direito ao trabalho).			1. 20/10/2010	2.935,00	
			2. 30/10/2010	2.935,00	
			3. 15/11/2010	2.935,00	
			4. 30/11/2010	2.935,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Alexandre Magno Alves Diniz				CPF: 582.580.436-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Produto 4 foi pago em janeiro de 2011 por causa fechamento do sistema de pagamentos PNUD (Atlas), devido ao término do ano fiscal.					

Código do Contrato: 2010/000822					
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudo que retrate a realidade de direitos humanos no país.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/10/2010	31/12/2010	R\$ 11.750,00	R\$ 11.750,00	R\$ 7.150,00	R\$ 7.150,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório com avaliação geral das possibilidades de utilização dos indicadores propostos e fontes de dados para a preparação de mapas e gráficos.			1. 05/10/2010 2. 11/10/2010 3. 20/10/2010 4. 05/11/2010	2.550,00 2.300,00 2.300,00 2.300,00	
2. Relatório com análise e indicações de apresentação gráfica para decisão da SDH sobre 3 direitos (direito à vida; direito à liberdade e segurança do indivíduo; direito ao mais alto padrão de saúde física e mental).					
3. Relatório com análise e indicações de apresentação gráfica para decisão da SDH sobre 3 direitos (direito a não ser submetido à tortura, punição ou tratamento cruel, desumano ou degradante; direito à participação na vida política e social; direito à educação).					
4. Relatório com indicações de apresentação gráfica para decisão da SDH sobre 3 direitos (direito à liberdade de opinião e expressão; direito a julgamento justo; direito à alimentação adequada); 5. Relatório com análise e indicações de apresentação gráfica para decisão da SDH sobre 3 direitos (direito à moradia adequada; direito à seguridade social; direito ao trabalho).					
Consultor contratado					
Nome do consultor: Duval Magalhães Fernandes				CPF: 110.324.136-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas					BRA/07/019
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2009/000622					
Objetivo da consultoria: Subsidiar a Ouvidoria da SDH na implantação e implementação do software desenvolvido pela Ouvidoria Geral do Governo do Estado da Bahia para registro, acompanhamento e monitoramento das denúncias de violação de direitos humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/06/2009	30/04/2010	R\$ 46.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Relatório técnico contendo a avaliação das funcionalidades do software desenvolvido pela Ouvidoria Geral do Governo do Estado da Bahia para registro, acompanhamento e monitoramento das denúncias de violação de direitos humanos.					
2. Relatório técnico identificando e recomendando as necessidades de adequação do software de acordo com as necessidades e características da Ouvidoria.			1. 03/07/2009		8.000,00
3. Relatório técnico contendo a avaliação e definição da infra-estrutura de hardware, software e pessoal necessária para implantação do software.			2. 17/07/2009		5.000,00
4. Relatório de auditoria e avaliação de desempenho do software em operação na fase de testes de implantação realizados pelo fornecedor.			3. 03/08/2009		4.800,00
5. Relatório de auditoria do ambiente de hospedagem do sistema a partir das especificações técnicas dos servidores e sistema de contingenciamento.			4. 21/08/2009		4.000,00
6. Relatório de operacionalização do software pela equipe técnica da Ouvidoria.			5. 04/09/2010		4.200,00
7. Proposta de possibilidades de relatórios gerenciais que permitam resumir grande volume de dados de forma sucinta a serem gerados pelo sistema a partir das informações e funcionalidades disponíveis no software citado no 1º produto.			6. 21/09/2009		4.500,00
8. Relatório de auditoria da implantação do sistema realizada pelo fornecedor do software e pelo fornecedor do ambiente de hospedagem.			7. 06/10/2009		3.500,00
9. Relatório de auditoria e avaliação de desempenho do sistema após 60 dias do início de operação.			8. 30/10/2009		4.000,00
10. Relatório técnico de auditoria e avaliação de desempenho do sistema após 90 dias do início de operação.			9. 15/11/2009		3.800,00
			10. 15/12/2009		4.200,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Aderson Andrade de Menezes Filho				CPF: 120.397.301-25	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato de 2009, prorrogado para 2010 apenas para pagamento dos dois últimos produtos.					

Código do Contrato: 2009/001246					
Objetivo da consultoria: Elaborar uma cartilha para orientar os mobilizadores na organização dos mutirões para o Registro Civil de Nascimento.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/12/2009	20/08/2010	R\$ 15.000,00	5.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Versão preliminar do conteúdo da cartilha.			1. 15/12/2009		10.000,00
2. Versão final da cartilha orientadora para organização de mutirões para o Registro Civil de Nascimento.			2. 29/01/2010		5.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cassia Maria Rosato				CPF: 257.694.278-41	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2009/000704					
Objetivo da consultoria: Construir indicadores para avaliação dos CIAPVIs. Construir metodologia e instrumento de monitoramento dos CIAPVIs e aplicar o instrumento em visitas de monitoramento aos CIAPVIs. Sistematizar dados levantados em relatório contendo a avaliação dos serviços prestados pelos CIAPVIs.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/12/2009	20/08/2010	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Documento técnico contendo metodologia e cronograma de trabalhos			1. 30/07/2009		10.000,00
2. Indicadores, metodologia e instrumento de monitoramento dos CIAPVIs.			2. 30/09/2009		10.000,00
3. Sistematização dos dados levantados nas visitas de monitoramento aos CIAPVIs.			3. 20/11/2009		10.000,00
4. Relatório Final.			4. 15/12/2009		10.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Juliana Garcia Peres Murad				CPF: 122.283.838-99	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato de 2009, teve que ser prorrogado para 2010 para o pagamento dos dois últimos produtos.					

Código do Contrato: 2009/001183					
Objetivo da consultoria: Realizar o monitoramento e acompanhamento das metas pactuadas para erradicação do sub-registro civil de nascimento no âmbito do Compromisso Mais Amazônia pela Cidadania.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/11/2009	29/10/2010	R\$ 61.800,00	R\$ 50.200,00	R\$ 61.800,00	R\$ 61.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Plano de Monitoramento das ações para erradicação do sub-registro civil de nascimento, abordando a sistemática de implantação, cronograma de acompanhamento, a interação dos Comitês Gestores estaduais e municipais e as pactuações com as diversas redes publicas privadas e municípios da Amazônia.			1. 30/11/2009		6.600,00
2. Questionário a ser aplicado nos mutirões para conhecimento das dificuldades e facilidades da emissão de RCN na Amazônia.			2. 15/12/2009		5.000,00
3. Relatório parcial da execução dos mutirões e implantação das Unidades Interligadas na Amazônia, referente ao período de 2008 até setembro de 2009.			3. 20/01/2010		9.900,00
4. Documento com, avaliação e recomendações aos estados com análise da implantação dos comitês gestores estaduais e municipais da Amazônia.			4. 22/02/2010		12.000,00
5. Relatório de acompanhamento dos Seminários e Oficinas realizados pela SDH, demais ministérios, estados e municípios para erradicação do sub-registro civil de nascimento, referente ao período de implantação do Compromisso Mais Amazônia pela Cidadania.			5. 15/04/2010		5.600,00
6. Relatório de monitoramento da implementação das recomendações previstas no produto 5.			6. 20/07/2010		13.000,00
7. Relatório com avaliação do impacto da Mobilização Nacional da Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento nas ações pactuadas no Compromisso Mais Amazônia pela Cidadania, indicando locais que deverão implantar serviços itinerantes de RCN e estabelecimentos de saúde para implantar Unidades Interligadas.			7. 30/09/2010		9.700,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Eneida Vianna Sá Brito				CPF: 470.301.606-06	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2009/000455					
Objetivo da consultoria: Desenvolver análise comparativa sobre elaboração, implementação e monitoramento de Programas Nacionais de Direitos Humanos, dando ênfase no levantamento e análise da incorporação do Direito à Cidades Sustentáveis e o Direito à Moradia como um direito humano fundamental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/05/2009	30/06/2010	R\$ 49.000,00	R\$ 0,00	R\$ 23.000,00	R\$ 23.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Plano de Trabalho Contendo ações, metas, prazos e estratégias para atuação e entrega dos produtos.					
2. Relatório de avaliação do atual modelo de funcionamento dos Centros de Referência, contemplando tipos de atendimento, equipes existentes e todas as interfaces existentes e inexistentes que, porventura, tornem pouco eficaz o atual modelo.			1. 15/05/2009		3.000,00
3. Relatório contendo a proposição de nova Metodologia de funcionamento dos Centros de Referência, contemplando equipes, interfaces necessárias para seu aperfeiçoamento.			2. 20/05/2009		5.000,00
4. Relatório contendo a proposição de rotina para monitoramento do trabalho realizado pelos Centros de Referência.			3. 22/06/2009		5.000,00
5. Relatório contendo a proposição de Sistema de Informações com estratégias de interligação entre os Centros de Referência e destes com o Programa “Brasil Sem Homofobia”. Este relatório deverá conter o DFD (Diagrama de Fluxo de Dados).			4. 15/07/2009		5.000,00
6. Relatório contendo a proposição de Sistema de Informações com estratégias de interligação entre os Centros de Referência e destes com o Programa “Brasil Sem Homofobia”. Este relatório deverá conter o DFD (Diagrama de Fluxo de Dados).			5. 04/08/2009		5.000,00
7. Relatório contendo a proposição de padronização de canais de comunicação dos usuários com os Centros e dos Centros com a SDH.			6. 27/08/2009		4.000,00
8. Relatório contendo a proposição de instrumento para uniformização das atividades dos Centros de Referência.			7. 08/09/2009		3.000,00
9. Relatório contendo a proposição de Capacitação das Equipes dos Centros de Referência no instrumento de monitoramento.			8. 30/09/2009		6.000,00
10. Relatório contendo a proposição de Sistema de Informações com estratégias de interligação entre os Centros de Referência e destes com o Programa “Brasil Sem Homofobia”. Este relatório deverá conter o DFD (Diagrama de Fluxo de Dados).			9. 30/10/2009		5.000,00
11. Relatório contendo a proposição de padronização de canais de comunicação dos usuários com os Centros e dos Centros com a SDH.			10. 19/11/2009		4.000,00
12. Relatório contendo a proposição de instrumento para uniformização das atividades dos Centros de Referência.			11. 17/12/2009		4.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lucas Paoli Itaborahy				CPF: 069.198.146-92	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato de 2009, teve que ser prorrogado para 2010 para pagamento dos 5 últimos produtos.					

Código do Contrato: 2009/000982-					
Objetivo da consultoria: Realizar o monitoramento e acompanhamento das metas pactuadas para erradicação do sub-registro civil de nascimento no âmbito do Compromisso Mais Nordeste pela Cidadania.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/09/2009	30/09/2010	R\$ 63.800,00	R\$ 40.300,00	R\$ 56.800,00	R\$ 56.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Plano de Monitoramento das ações para erradicação do sub-registro civil de nascimento, abordando a sistemática de implantação, o acompanhamento, a interação dos Comitês Gestores estaduais e municipais e as pactuações com as diversas redes publicas privadas e municípios do nordeste.					
2. Documento com proposta de Sistema informatizado de monitoramento das ações da SDH, demais ministérios e estados adaptando ao cumprimento das metas, ações e orçamento para erradicação do sub-registro civil de nascimento no nordeste.			1. 15/10/2009	6.600,00	
3. Documento técnico orientando os gestores estaduais e municipais do nordeste para o preenchimento e organização do sistema informatizado de monitoramento.			2. 30/10/2009	4.000,00	
4. Relatório parcial da execução dos mutirões e implantação das Unidades Interligadas no nordeste, referente ao período de 2008 até setembro de 2009.			3. 20/11/2009	3.000,00	
5. Documento com, avaliação e recomendações aos estados com análise da implantação dos comitês gestores estaduais e municipais do Nordeste.			4. 20/12/2009	9.900,00	
6. Relatório de acompanhamento dos Seminários e Oficinas realizados pela SDH, demais ministérios, estados e municípios para erradicação do sub-registro civil de nascimento, referente ao período de implantação do Compromisso Mais Nordeste pela Cidadania.			5. 15/02/2010	12.000,00	
7. Relatório de monitoramento no nordeste da implementação das recomendações previstas no produto 5.			6. 20/04/2010	5.600,00	
8. Relatório com avaliação do impacto da Mobilização Nacional da Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento nas ações pactuadas no Compromisso Mais Nordeste pela Cidadania, indicando locais que deverão implantar serviços itinerantes de RCN e estabelecimentos de saúde para implantar Unidades Interligadas.			7. 30/07/2010	13.000,00	
			8. 15/09/2010	9.700,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marcelo Agra Souto				CPF: 771.830.614-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2009/001247					
Objetivo da consultoria: Subsidiar a SDH na coleta, no cruzamento e no tratamento dos dados relacionados ao Registro Civil de Nascimento.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/11/2009	31/08/2010	R\$ 36.200,00	R\$ 36.200,00	R\$ 36.200,00	R\$ 36.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
<p>1.1. Relatório com os sistemas governamentais e bancos de dados relacionados a estatística de RCN, declaração de nascidos vivos, projeções e estimativas populacionais brasileiras 1.2.Banco de dados com as informações de registro civil de nascimento (IBGE), dados de nascidos vivos (SINASC) e dados populacionais organizados por regiões, estado, municípios. 1.3. Mapas temáticos sobre sub-registro de nascimento e estrutura municipal para combater ao subregistro regionais, estaduais e municipais da situação do RCN, nascidos vivos e população.</p> <p>2. Proposta de aprimoramento da pagina do Hot Site da Campanha pela Certidão de Nascimento, deixando com formatação mais atraente para navegação, incluindo informações de documentação básica e relatórios de execução da mobilização.</p> <p>3.1. Criação de instrumental, banco de dados para acompanhar o desenvolvimento dos mutirões e capacitações para os mutirões RCN vamos criar o instrumental do banco de dados ou o banco de dados.</p> <p>3.2. Criação de instrumental, banco de dados para acompanhar e mensurar a implantação das unidades interligadas e capacitações para trabalhar nas unidades.</p> <p>4.1. Relatório com dados sócio econômicos municipais que auxiliem o Programa de Promoção do RCN/SDH na formulação das estratégias de erradicação do sub-registro civil de nascimento. 4.2 Mapas com cruzamento das informações de RCN, nascidos vivos e população por região, estado e município.</p> <p>5. Implantação da página do Hot Site da Campanha pela Certidão de Nascimento atualizada com base no produto 2 deste instrumental e reuniões com a SDH.</p> <p>6. Relatório com análise das informações dos sistemas de informações disponíveis referente ao número de população brasileira baseado no Registro Civil de Nascimento e na Declaração de Nascidos Vivos, precisão da informação e descrição da metodologia.</p> <p>7. Metodologia para contabilizar as e mensurar os resultados da mobilização pelo RCN.</p> <p>8. relatório final com proposições aos estados.</p>			1. 11/01/2010		5.500,00
			2. 15/02/2010		5.100,00
			3. 22/03/2010		4.000,00
			4. 15/04/2010		4.700,00
			5. 20/05/2010		4.500,00
			6. 14/06/2010		4.200,00
			7. 20/07/2010		4.000,00
			8. 15/08/2010		4.200,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Regina Maria Mello				CPF: 225.901.961-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2009/000751					
Objetivo da consultoria: Realizar levantamento sobre os indicadores sociais da população idosa do Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/07/2009	07/06/2010	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.1ª FASE – Documento técnico contendo metodologia e cronograma de trabalhos.			1. 15/08/2009		10.000,00
2. 2ª FASE – Relatório com a sistematização dos dados.			2. 30/09/2009		10.000,00
3. 3ª FASE – Instrumento de monitoramento das políticas públicas da Agenda Social do Idoso.			3. 25/10/2009		10.000,00
4. 4ª FASE – Relatório Final.			4. 30/11/2009		10.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Sandra Regina Gomes				CPF: 801.096.598-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato de 2009, teve que ser prorrogado para 2010 para pagamento dos 2 últimos produtos.					

Código do Contrato: 2009/000671					
Objetivo da consultoria: Mapear os serviços de atendimento jurídico, social e psicossocial prestados a pessoas idosas vitimas de violência. Esse mapeamento norteará tanto as articulações que visam à consolidação de uma dos Direitos da Pessoa Idosa como também a implementação do Disque Direitos Humanos, Módulo Idoso.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/07/2009	31/05/2010	R\$ 48.000,00	R\$ 0,00	R\$ 34.000,00	R\$ 34.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1 – Documento técnico contendo metodologia e cronograma de trabalhos.			1. 15/07/2009		4.000,00
2 – Instrumental para aplicação no mapeamento.			2. 30/07/2009		4.000,00
3 – Instrumentais aplicados e Mapeamento da Região Norte.			3. 20/08/2009		6.000,00
4 – Instrumentais aplicados e Mapeamento da Região Nordeste.			4. 01/09/2009		6.000,00
5 – Instrumentais aplicados e Mapeamento da Região Centro-Oeste.			5. 15/09/2009		6.000,00
6 – Instrumentais aplicados e Mapeamento da Região Sudeste.			6. 20/10/2009		6.000,00
7 – Instrumentais aplicados e Mapeamento da Região Sul.			7. 15/11/2009		6.000,00
8 – Relatório Final.			8.20/12/2009		10.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lauren Kelly do Couto Brandi				CPF: 057.881.326-22	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato de 2009, teve que ser prorrogado para 2010 para o pagamento dos 5 últimos produtos.					

Código do Contrato: 2009/000998					
Objetivo da consultoria: Elaboração de Relatórios de estudo detalhado, para publicação e aproveitamento para submissão ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (UNHCHR) do pleito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana à Instituição Nacional de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/10/2009	30/04/2010	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Relatório de estudo detalhado das atividades desenvolvidas pelo Conselho de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH) entre os anos de 2007 e 2008 para submissão ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos do pleito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana como Instituição Nacional de Direitos Humanos.			1. 20/10/2009		5.950,00
2. Relatório de estudo detalhado de Credenciamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) junto ao Comitê Internacional de Credenciamento do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.			2. 20/11/2009		6.550,00
3. Relatório de estudo detalhado das atividades desenvolvidas pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) entre os anos 1964-1985.			3. 30/11/2009		6.300,00
4. Relatório de estudo detalhado das atividades desenvolvidas pelo Conselho de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH) entre os anos 1986-2006 e 2009.			4. 23/12/2009		6.200,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Natália Rayol Fontoura				CPF: 094.186.977-69	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato de 2009, teve que ser prorrogado para 2010 para o pagamento dos 2 últimos produtos.					

Código do Contrato: 2009/001311					
Objetivo da consultoria: Desenvolver propostas de instrumentos de monitoramento, acompanhamento e avaliação da implementação do Plano Nacional LGBT junto ao Grupo de Trabalho Interministerial do PNPCDH-LGBT.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/03/2010	23/07/2010	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Plano de Trabalho, contendo ações, metas, prazos e estratégias para execução das atividades da consultoria e entrega dos produtos posteriores em conformidade com as atividades mencionadas no item 06 deste Termo de Referência. 2. Relatório contendo análise do PNPCDH-LGBT, com vistas à seleção de conteúdos de monitoramento e avaliação, e análise de dois tipos de sistemas de informação e bases de dados utilizados pelo Governo Federal (como no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, SEPPIR e PAM-DST/AIDS/MS) e que poderiam ser readequados para o monitoramento e avaliação do PNPCDH-LGBT, identificando suas limitações, potencialidades e alternativas. 3. Relatório contendo levantamento de boas práticas de atendimento à população LGBT no âmbito das organizações não governamentais com vista a subsidiar a discussão da implantação das ações de atendimento previstas no Plano LGBT. 4. Relatório final contendo uma avaliação crítica acerca das atividades de monitoramento e implementação do PNPCDH-LGBT, propondo ajustes à metodologia de monitoramento e aos procedimentos de implementação empregados.					
			1. 20/04/2010		5.000,00
			2. 20/05/2010		5.000,00
			3. 20/06/2010		5.000,00
			4. 20/07/20010		5.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Carmen Lúcia Pilan				CPF: 553.073.459-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2010/000338					
Objetivo da consultoria: Customização de sistema de gestão de ouvidoria do Departamento de Ouvidoria Nacional da Secretaria de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/05/2010	31/12/2010	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Pacote técnico A contendo os artefatos relacionados à gestão do projeto, impressos e em CD-ROM: Cronograma do projeto; Lista de Requisitos (Funcionais / Não-Funcionais); Lista de Regras de Negócio; EAT – Estrutura Analítica de Trabalho; Modelo de Domínio.					
2. Pacote técnico B contendo os artefatos relacionados à elaboração do projeto, com marco de definição da arquitetura no RUP, impressos e em CD-ROM: Diagrama de casos de uso; especificação dos principais casos de uso, em versões iniciais; protótipos das telas do sistema, em versões iniciais; Glossário de termos atualizado; Lista de regra de domínio atualizada; Lista de Requisitos (Funcionais / Não-Funcionais) atualizada.					
3. Pacote técnico C contendo os artefatos relacionados à elaboração (especificação) do módulo temático de Idosos e Outros segmentos, impressos e em CD-ROM: Especificação dos casos de uso do módulo; protótipos das telas do módulo; Glossário de termos atualizado; Lista de regra de domínio atualizada; Lista de Requisitos (Funcionais / Não-Funcionais) atualizada.			1. 21/06/2010	12.500,00	
4. Pacote técnico D contendo os artefatos relacionados à elaboração (especificação) do módulo temático de enfrentamento a homofobia, impressos e em CD-ROM: Especificação dos casos de uso do módulo; protótipos das telas do módulo; Glossário de termos atualizado; Lista de regra de domínio atualizada; Lista de Requisitos (Funcionais / Não-Funcionais) atualizada.			2. 30/07/2010	12.500,00	
5. Pacote técnico E contendo os artefatos relacionados à elaboração (especificação) do módulo temático de Pessoas com Deficiência, impressos e em CD-ROM: Especificação dos casos de uso do módulo; protótipos das telas do módulo; Glossário de termos atualizado; Lista de regra de domínio atualizada; Lista de Requisitos (Funcionais / Não-Funcionais) atualizada.			3. 15/08/2010	10.000,00	
6. Pacote técnico F contendo os artefatos relacionados à elaboração (especificação) do módulo temático Criança e Adolescente, impressos e em CD-ROM: Especificação dos casos de uso do módulo; protótipos das telas do módulo; Glossário de termos atualizado; Lista de regra de domínio atualizada; Lista de Requisitos (Funcionais / Não-Funcionais) atualizada.			4. 15/09/2010	12.500,00	
			5. 15/10/2010	12.500,00	
			6. 15/11/2010	10.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Davison da Silva Ferreira				CPF: 915.303.851-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2010/000481					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor para elaborar propostas que subsidiem a atuação da SDH na elaboração de estudos, metodologias para universalização do registro civil de nascimento e disseminação de experiências exitosas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/07/2010	30/03/2011	R\$ 116.400,00	R\$ 116.400,00	R\$ 71.200,00	R\$ 71.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<p>1. Proposta de projeto para realização de Seminário Regional de Comitês Gestores Estaduais da Amazônia Legal e Nordeste . Definição do modelo de seminário. Definição dos objetivos do seminário e dos produtos a serem obtidos. Identificação de órgãos locais parceiros a partir da definição do local. Definição de patrocínios e de elementos para financiamento. Dimensionamento da abrangência do seminário, número e qualidade de participantes, temas a serem abordados com definição de tempo para abordagem. Organização da programação com orientação para aplicação das metodologias para as dinâmicas definidas. Definição de recursos humanos materiais e financeiros necessários para a realização. Elaboração de Plano de Trabalho com cronograma. Elaboração de convites e de textos para subsidiar release de divulgação. Definição das formas de avaliação. Elaboração de TOR para financiamento.</p> <p>2. Documento substantivo com perguntas e respostas estruturadas com base na incidência de dúvidas e denúncias em registro civil de nascimento das campanhas 2008-2009 para disponibilização no hot site e endereço eletrônico. Documento conterá as respostas estruturadas às perguntas mais frequentes por tema.</p> <p>3. Elaboração de projeto piloto para a promoção do registro civil de nascimento junto às instituições de longa permanência de saúde mental e de idoso (no Nordeste) e junto à população de rua e proposta de projeto piloto para a promoção do registro civil de nascimento junto à população de rua em São Paulo.</p> <p>4. Relatório técnico com histórico detalhado das ações da SDH em registro civil de nascimento de 2003 a 2010: Como iniciou a Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento. As ações realizadas nos dois períodos de Governo (2003 a 2006, 2007-2010). Os Planos Sociais apresentados e as parcerias engajadas. As dificuldades e entraves para a execução desses Planos. Os avanços e os resultados atingidos. As parcerias estabelecidas. A sustentabilidade do esforço realizado.</p> <p>5. Documento qualitativo sobre a experiência de cooperação sul-sul em registro civil de nascimento: comentários sobre a dinâmica distinta das políticas públicas em país africano, as dificuldades encontradas, os fatores facilitadores, os atores sociais mais expressivos, a pertinência da metodologia de cooperação bilateral aplicada, os acertos e os erros nas ações de cooperação. As recomendações para as ações futuras.</p> <p>6. Documento técnico contendo a sistematização de experiências de promoção do registro civil de nascimento, consideradas exitosas na</p>			1. 13/07/2010	15.500,00	
			2. 30/07/2010	14.400,00	
			3. 20/08/2010	14.000,00	
			4. 23/09/2010	14.000,00	
			5. 13/10/2010	13.300,00	
			6. 25/10/2010	14.700,00	
			7. 26/11/2010	15.000,00	
			8. 15/12/2010	15.500,00	

<p>Amazônia Legal e no Nordeste. Espelho das visitas aos estados para conhecimento das experiências consideradas exitosas em seus âmbitos. Seleção das quatro experiências consideradas de boas práticas para disseminação e sistematização dessas experiências: planejamento da ação, formas de articulação das parcerias, parcerias e rede de serviços envolvidos, objetivos e metas definidas e alcançadas, metodologias de operacionalização e resumo da execução, dificuldades encontradas e estratégias para superação, formas de avaliação dos resultados atingidos e os resultados atingidos. A sustentabilidade dos esforços empreendidos.</p> <p>7. Documento técnico contendo registros das articulações intersetoriais para construção do relatório final de gestão do Comitê Gestor Nacional e definição de modelo de relatório. Relatório final de Gestão do Comitê Gestor da Agenda Social RCNDB e de seus três subcomitês. 8. Proposta de Seminário de intercâmbio de experiências em registro de nascimento e documentação básica entre países fronteiriços com o Brasil. Definição do modelo de seminário. Definição dos objetivos do seminário e dos produtos a serem obtidos. Identificação de órgãos parceiros a partir da definição do local. Definição de patrocínios e de elementos para financiamento. Dimensionamento da abrangência do seminário, número e qualidade de participantes, temas a serem abordados com definição de tempo para abordagem. Organização da programação com orientação para aplicação das metodologias para as dinâmicas definidas. Definição de recursos humanos materiais e financeiros necessários para a realização. Elaboração de Plano de Trabalho com cronograma. Elaboração de convites e de textos para subsidiar release de divulgação. Definição das formas de avaliação. Elaboração de TOR para financiamento.</p>	
Consultor contratado	
Nome do consultor: Leila Leonardos	CPF: 267.123.347-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato prorrogado para 2011 devido à falta de tempo suficiente para a elaboração dos produtos finais.	

Código do Contrato: 2010/000641					
Objetivo da consultoria: Realização de estudo e proposição de estratégias para o fortalecimento dos Centros Integrados de Atenção e Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa – CIAPVIs.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/08/2010	31/12/2010	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Instrumental de monitoramento, contendo indicadores para avaliação dos Centros Integrados de Atenção e Prevenção à Violência contra Pessoa Idosa – CIAPVIs.			1. 15/09/2010	8.000,00	
2. Relatório contendo resultado da testagem do instrumental de monitoramento elaborado no Produto 01 e com recomendações de ajuste.			2. 15/10/2010	8.000,00	
3. Parecer conclusivo dos testes realizados nos CIAPVIs contendo os resultados alcançados.			3. 15/11/2010	8.000,00	
4. Documento técnico relatando experiências exitosas de atendimento nos CIAPVIs.			4. 15/12/2010	8.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Tannira Bueno				CPF: 711.413.751-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 2010/000449					
Objetivo da consultoria: Consultor para atuar como desenvolvedor de sistemas, responsável pela codificação para a customização do SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação para ser utilizado no Departamento de Ouvidoria Nacional, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, como sistema de gestão da Ouvidoria.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/06/2010	31/12/2010	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Pacote técnico A contendo os arquivos customizados do sistema e artefatos de homologação da implantação do sistema SIMEC na SDH, impressos e em CD-ROM: termo de aceite do usuário, especificação do caso de uso homologado pelo usuário, códigos fontes do sistema e modelo físico do banco de dados do sistema customizado. 2.Pacote técnico B contendo os arquivos customizados do sistema e artefatos de homologação da customização de acessibilidade do sistema SIMEC na SDH, impressos e em CD-ROM: termo de aceite do usuário, especificação do caso de uso homologado pelo usuário, códigos fontes do sistema e modelo físico do banco de dados do sistema customizado. 3.Pacote técnico C contendo os arquivos customizados do sistema e artefatos de homologação da customização do módulo temático de Idosos e Outros segmentos do sistema SIMEC na SDH, impressos e em CD-ROM: termo de aceite do usuário, especificação do caso de uso homologado pelo usuário, códigos fontes do sistema e modelo físico do banco de dados do sistema customizado. 4.Pacote técnico D contendo os arquivos customizados do sistema e artefatos de homologação da customização do módulo temático de enfrentamento a homofobia do sistema SIMEC na SDH, impressos e em CD-ROM: termo de aceite do usuário, especificação do caso de uso homologado pelo usuário, códigos fontes do sistema e modelo físico do banco de dados do sistema customizado. 5.Pacote técnico E contendo os arquivos customizados do sistema e artefatos de homologação da customização do módulo temático de Pessoas com deficiência do sistema SIMEC na SDH, impressos e em CD-ROM: termo de aceite do usuário, especificação do caso de uso homologado pelo usuário, códigos fontes do sistema e modelo físico do banco de dados do sistema customizado. 6.Pacote técnico F contendo os arquivos customizados do sistema e artefatos de homologação da customização do módulo temático de Criança e Adolescentes do sistema SIMEC na SDH, impressos e em CD-ROM: termo de aceite do usuário, especificação do caso de uso homologado pelo usuário, códigos fontes do sistema e modelo físico do banco de dados do sistema customizado.			1. 15/07/2010		10.000,00
			2. 15/08/2010		10.000,00
			3. 15/09/2010		10.000,00
			4. 15/10/2010		10.000,00
			5. 15/11/2010		10.000,00
			6. 15/12/2010		10.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Romeu Eduardo Kreutz				CPF: 446.871.760-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS					OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Atualização de Processos Políticos e Institucionais para a Implantação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos- PNEDH					BR 08/006
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Elaboração de proposta de projeto editorial do livro da história do CDDPH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/04/2010	30/07/2010	R\$ 51.000,00	R\$ 51.000,00	R\$ 51.000,00	R\$ 51.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Proposta de projeto editorial do livro da história do CDDPH.			1. 25/05/2010		25.500,00
2. Projeto editorial final do livro do CDDPH de ajuste.			2. 25/06/2010		25.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Vladimir de Abreu Sachetta				CPF: 576.861.148-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Elaboração de proposta de projeto editorial do livro da história do CDDPH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/04/2010	30/07/2010	R\$ 56.700,00	R\$ 56.700,00	R\$ 56.700,00	R\$ 56.700,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Elaboração de pauta detalhada para a produção de todo material editorial referente ao livro do CDDPH. 2. Edição final de textos e imagens do livro da história do CDDPH.			1. 25/05/2010		28.000,00
			2. 25/06/2010		28.700,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Carmen Nascimento				CPF: 132.897.768-40	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Elaboração de proposta de projeto editorial do livro da história do CDDPH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/04/2010	30/07/2010	R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Elaboração de pautas distribuídas aos pesquisadores de textos e imagens, repórteres e fotógrafos e cronograma de trabalho detalhado desses profissionais 2. Versões finais de textos e livros, originais e editadas.			1. 25/05/2010		22.950,00
			2. 25/06/2010		22.950,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Maria Inês Godinho				CPF: 828.940.278-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Elaboração de proposta de projeto editorial do livro da história do CDDPH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/04/2010	30/07/2010	R\$ 25.500,00	R\$ 25.500,00	R\$ 25.500,00	R\$ 25.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Versão preliminar dos textos finais do livro do CDDPH			1. 25/05/2010	12.750,00	
2. Versão final dos textos do livro do CDDPH.			2. 25/06/2010	12.750,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Renato Paulino Ventura Modernell				CPF: 509.732.238,04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Elaboração de proposta de projeto editorial do livro da história do CDDPH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/04/2010	30/07/2010	R\$ 11.475,00	R\$ 11.475,00	R\$ 11.475,00	R\$ 11.475,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Planejamento do roteiro, registro e avaliação de entrevistas e produção e distribuição de pautas. 2. Relatório de entrevistas e fotos realizadas.			1. 25/05/2010		5.737,50
			2. 25/06/2010		5.737,50
Consultor contratado					
Nome do consultor: Daniela Cristine Lazzari Cardoso				CPF: 222.717.508-73	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					
Código do Contrato: N/H					

Objetivo da consultoria: Elaboração de proposta de projeto editorial do livro da história do CDDPH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/04/2010	30/07/2010	R\$ 12.750,00	R\$ 12.750,00	R\$ 6.375,00	R\$ 6.375,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Primeira revisão dos originais do livro do CDDPH.			1. 25/05/2010	6.375,00	
2. Revisão final dos originais do livro do CDDPH.			2. 25/06/2010	6.375,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lucy de Fátima Guello				CPF: 897.919.598-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Mapeamento e sistematização das ações executadas pela SDH/CGEDH e parceiros bem como elaborar material a ser divulgado em meio impresso e eletrônico visando a difusão e a promoção dos direitos humanos e ainda apresentar propostas e diretrizes, estratégias e metodologias visando o acompanhamento e supervisão dos projetos executados em parceria com a SDH/CGEDH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/04/2010	30/04/2011	R\$ 83.758,62	R\$ 83.758,62	R\$ 58.238,62	58.238,62
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Proposta de diretrizes, estratégias e metodologias visando o acompanhamento e supervisão de projetos executados em parceria com SDH/CGEDH.			1. 30/05/2010	20.138,62	
2.Relatório final contendo informações atualizadas sobre o Programa Nacional de Educação em direitos Humanos para o portal da SDH.			2. 15/07/2010	10.125,00	
3.Boletim eletrônico sobre as ações de /educação em Direitos Humanos promovidas ou apoiadas pela SDH.			3. 15/07/2010	10.125,00	
4.Relatório final sobre as práticas exitosas de Educação em direitos Humanos (apresentação em meio impresso e eletrônico)			4. 03/09/2010	17.850,00	
5.Relatório contendo todos os registros de reuniões encontros da CGEDH com autoridades de Direitos e chancelarias do MERCOSUL _ RAADH em 2010.			5. 01/11/2010	24.520,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Milena Rodrigues Fernandes Rêgo				CPF: 008.683.484-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditado até 30/04/2011					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de ações programáticas e promoção e articulação que viabilizem a implantação e a implementação do PNEDH bem como produzir recurso pedagógico e didático especializado em formato acessível para Educação em direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2010	08/08/2011	R\$ 62.400,00	R\$ 25.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Proposta conceitual na elaboração de um guia metodológico contendo temas de linguagem por meio dos quais sejam acessíveis os Direitos Humanos. 2.Estudo que leve o conteúdo educativo de um guia metodológico a se transformar em facilitador e indicador do processo institucional e que mostre o funcionamento dos sistemas que promovem os direitos Humanos: endereços, Telefones das instituições que são responsáveis estarão disponíveis na Cartilha Popular em direitos Humanos. 3.Documento contendo propostas sobre ações programáticas fomentando a inclusão da temática de direitos Humanos na educação não formal, nos programas de qualificação profissional privados. 4.Documento contendo proposta sobre ações programáticas fomentando a inclusão da temática de Direitos Humanos na Educação não formal, nos programas de qualificação profissional públicos. 5.Proposta final de um guia metodológico que possa estabelecer estratégias e mecanismos para identificação, avaliação das iniciativas de um corte entre educação formal e não formal, a fim de promover a divulgação do produto sob perspectiva inter, trans e multidisciplinar com os demais eixos do PNDH.			1. 30/08/2010		13.300,00
			2. 17/11/2010		11.700,00
			3. 03/02/2011		12.200,00
			4. 11/05/2011		13.600,00
			5. 08/08/2011		11.600,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Paulo Bosco de Souza				CPF: 358.540.731-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de ações programáticas e promoção e articulação que viabilizem a implantação e a implementação do PNEDH bem como produzir recurso pedagógico e didático especializado em formato acessível para Educação em direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2010	31/12/2010	R\$ 110.500,00	R\$ 110.500,00	R\$ 110.500,00	R\$ 110.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Documento preliminar contendo levantamento de bibliografia sobre o tema direitos humanos e currículo nas instituições de ensino básico					
2.Documento contendo análise dos títulos identificados sobre direitos humanos e cidadania nas instituições de ensino superior			1. 20/04/2010	34.000,00	
3.Documento preliminar contendo levantamento de bibliografia sobre o tema direitos humanos e currículo nas instituições de ensino básico.			2. 20/05/2010	17.000,00	
4. Documento contendo análise dos títulos identificados sobre direitos humanos e currículo nas instituições de ensino superior			3. 20/07/2010	21.250,00	
5. Documento contendo análise dos títulos identificados sobre direitos humanos e currículo nas instituições de ensino básico			4. 20/09/2010	17.000,00	
			5. 20/11/2010	17.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lauro Yoshinori Umeno				CPF: 215.545.958-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Elaboração de propostas que subsidiem a atuação da SDH no desenvolvimento de estratégias para subsidiar a mobilização nacional pela erradicação do subregistro civil de nascimento.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2009	30/03/2010	R\$ 116.400,00	R\$ 31.000,00	R\$ 59.400,00	R\$ 59.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Documento técnico contendo pré-diagnóstico situacional do registro civil de nascimento em Guiné Bissau			1. 20/04/2009 2. 20/05/2009 3. 30/06/2009 4. 15/07/2009 5. 20/08/2009 6. 30/09/2009 7. 20/10/2009 8.30/11/2009 9.15/12/2009 10. 30/01/2010 11.20/02/2010 12. 30/03/2010	34.000,00	
2.Documento técnico contendo proposta de plano nacional de universalização do registro civil de nascimento em Guiné Bissau.				17.000,00	
3.Documento contendo a proposta para realização da Semana Nacional de mobilização para o registro civil de nascimento e Documentação básica.				9.000,00	
4.Documento técnico orientador para subsidiar a SDH na realização de atividades visando a erradicação do subregistro civil de nascimento entre as populações indígenas em consonância com a política nacional de direitos humanos.				8.000,00	
5.Proposta de cartilha de orientação para o Governo Federal para o registro civil do indígena.				6.000,00	
6.Documento técnico contendo proposta para subsidiar a SDH na pactuação e desencadeamento de ações de mobilização para o RCN em áreas de fronteira.				10.000,00	
7.Documento técnico contendo sistematização dos informes coletados pela SDH em estados e municípios e avaliação da Semana Nacional de mobilização para o RCN/DB realizada no segundo semestre de 2009.				8.000,00	
8.Documento técnico com proposta para subsidiar a o trabalho da SDH nas ações de erradicação do subregistro civil de nascimento nas áreas de saúde mental e saúde dos idosos.				13.000,00	
9.Relatório de avaliação das atividades realizadas pelo subcomitê de mobilização para o RCN/DB no ano de 2009.				7.000,00	
10.Relatório avaliativo de processamento e encaminhamento dado pela SEDH/PR às demandas e denúncias encaminhadas pelos parceiros sobre avanços e dificuldades para obtenção e orientação sobre registro civil de nascimento com o fim de subsidiar a proposta de arrancada final para a erradicação do subregistro civil de nascimento.				8.000,00	
11.Documento técnico com proposta para subsidiar a ações de erradicação de subregistro civil de nascimento junto à população em situação de rua.				13.000,00	
12.Documento técnico contendo proposta estratégica para realização da semana nacional de mobilização para o RCN/DB em 2010				10.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Leila Leonardos				CPF: 267.123.347-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Formulação de estratégias que subsidiem o trabalho da SDH no desenvolvimento de ações que promovam os direitos humanos através de arte e cultura.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2009	28/02/2010	R\$ 72.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Documento contendo plano de disseminação e conscientização nacional sobre o exercício da cidadania através do conhecimento dos direitos humanos garantidos pelo estado através da campanha institucional sobre os Direitos Humanos realizada pela SDH em parceria com o CDDPH.			1. 18/04/2009		8.000,00
2.Proposta contendo planejamento de encontro entre a SDH e especialistas para traçar estratégias sobre abordagem do tema direitos humanos na mídia.			2. 15/05/2009		7.000,00
3.Relatório técnico contendo avaliação de resultados da campanha de mobilização nacional para erradicação do subregistro civil de nascimento em 2008.			3. 20/05/2009		6.000,00
4.Documento técnico contendo plano de disseminação e conscientização da população brasileira sobre direitos à identidade e a importância do registro civil de nascimento para efetivação desse direito através da campanha institucional sobre a mobilização nacional para erradicação do subregistro civil de nascimento em 2009.			4. 15/06/2009		9.000,00
5.Proposta de projeto para realização de evento artístico e cultural visando à promoção dos direitos humanos no país.			5. 10/08/2009		8.000,00
6.Proposta de intervenção cultural e artística junto ao público alvo da SDH para a promoção dos direitos humanos por ocasião da celebração do aniversário de Declaração Universal dos Direitos Humanos.			6. 20/09/2009		7.000,00
7.Proposta de projeto de uma feira cultural visando à promoção dos direitos humanos com a participação das organizações da sociedade civil durante a celebração do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.			7. 10/11/2009		6.000,00
8.Avaliação dos resultados finais do evento artístico e cultural para a promoção dos direitos humanos.			8.15/12/2009		9.000,00
9.Produção de relatório contendo avaliação da campanha institucional sobre os direitos humanos realizada pela SDH em parceria com o CDDPH em 2009.			9.10/01/2010		6.000,00
10.Produção do relatório contendo avaliação dos resultados da campanha de mobilização nacional para erradicação do subregistro civil de nascimento em 2009			10. 10/02/2010		6.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ivonilze Ferreira Adelin Mertens				CPF: 916.712.135-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS					OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Fortalecimento da Organização do movimento social das pessoas portadoras de deficiência no Brasil e divulgação de suas conquistas.					BR08/001
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Realização de diagnóstico e análise acerca do cumprimento dos prazos legalmente estipulados, das ações já implementadas e das dificuldades que se apresentam para o alcance da plena execução de todas as medidas legais, estabelecendo linha do tempo dos eventos ocorridos, refletindo acerca do papel do movimento das pessoas com deficiência nessa evolução.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/07/2009	30/04/2010	R\$ 67.000,00	R\$ 36.500,00	R\$ 58.000,00	R\$ 58.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Documento contendo sistematização de legislação e regulamentação federal referente à acessibilidade para pessoas com deficiência, inclusive portarias ministeriais, normas, resoluções e outros dispositivos regulamentadores em âmbito federal. 2.Documento Técnico 02 contendo relatório detalhado (artigo por artigo) identificando os prazos estabelecidos; instâncias responsáveis pela implementação (órgão e esfera – federal, estadual e / ou municipal), apontando a legislação / regulamentação derivada no âmbito federal; e possíveis entraves ao cumprimento da legislação sobre acessibilidade 3.Documento Técnico nº 03 contendo as sanções (penalidades) estabelecidas em lei e os órgãos com competência para sua aplicação 4.Documento Técnico nº 04 , contendo linha do tempo, com a evolução do conceito de acessibilidade e a introdução do Desenho Universal no Brasil e a participação ou não do movimento de pessoas com deficiência nesse processo 5.Documento Técnico nº 05, contendo proposta de metodologia para avaliação do cumprimento da legislação sobre acessibilidade em cada um dos modais de transporte e realizar pré-teste para validação metodológica da mesma 6.Documento Técnico nº 06 contendo avaliação do cumprimento da legislação sobre acessibilidade em cada um dos modais de transporte, verificando a compatibilidade das normativas em vigor {Serviços de transportes coletivos (terrestre – rodoviário, metroviário e metroferroviário; aquático e aéreo; veículos, terminais, estações, pontos de parada, vias principais de acesso e operação)}			1. 30/08/2009		9.000,00
			2. 09/10/2009		15.000,00
			3. 15/11/2009		6.500,00
			4. 29/01/2010		8.500,00
			5. 24/02/2010		10.000,00
			6. 05/04/2010		18.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Eduardo Cazoto Belopede				CPF: 065.187.828-46	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: N/H					
Objetivo da consultoria: Realização de diagnóstico e análise acerca do cumprimento dos prazos legalmente estipulados, das ações já implementadas e das dificuldades que se apresentam para o alcance da plena execução de todas as medidas legais, estabelecendo linha do tempo dos eventos ocorridos, refletindo acerca do papel do movimento das pessoas com deficiência nessa evolução.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/07/2009	30/04/2010	R\$ 67.000,00	R\$ 36.500,00	R\$ 58.000,00	R\$ 58.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Documento contendo sistematização de legislação e regulamentação federal referente à acessibilidade para pessoas com deficiência, inclusive portarias ministeriais, normas, resoluções e outros dispositivos regulamentadores em âmbito federal. 2.Documento Técnico 02 contendo relatório detalhado (artigo por artigo) identificando os prazos estabelecidos; instâncias responsáveis pela implementação (órgão e esfera – federal, estadual e / ou municipal), apontando a legislação / regulamentação derivada no âmbito federal; e possíveis entraves ao cumprimento da legislação sobre acessibilidade 3.Documento Técnico nº 03 contendo as sanções (penalidades) estabelecidas em lei e os órgãos com competência para sua aplicação 4.Documento Técnico nº 04 , contendo linha do tempo, com a evolução do conceito de acessibilidade e a introdução do Desenho Universal no Brasil e a participação ou não do movimento de pessoas com deficiência nesse processo 5.Documento Técnico nº 05, contendo proposta de metodologia para avaliação do cumprimento da legislação sobre acessibilidade em cada um dos modais de transporte e realizar pré-teste para validação metodológica da mesma 6.Documento Técnico nº 06 contendo avaliação do cumprimento da legislação sobre acessibilidade em cada um dos modais de transporte, verificando a compatibilidade das normativas em vigor {Serviços de transportes coletivos (terrestre – rodoviário, metroviário e metroferroviário; aquático e aéreo; veículos, terminais, estações, pontos de parada, vias principais de acesso e operação)}			1. 30/08/2009		9.000,00
			2. 09/10/2009		15.000,00
			3. 15/11/2009		6.500,00
			4. 29/01/2010		8.500,00
			5. 24/02/2010		10.000,00
			6. 05/04/2010		18.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Eduardo Cazoto Belopede				CPF: 065.187.828-46	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
UNESCO				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Educação em Direitos Humanos: Construindo uma cultura de respeito à Democracia e à Justiça				914BRA3034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-2458/2010					
Objetivo da consultoria: Mapeamento, catalogação e disponibilização em versão digital das publicações da SDH contendo breve apresentação de cada publicação para a construção do CDV.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2010	14/11/2010	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Documento técnico contendo plano de trabalho com planejamento executivo de conteúdo do CDV e documento técnico contendo o mapeamento e catalogação de 40 publicações da SNPDDH e 40 publicações da SNPDCA, com breve apresentação de cada publicação e suas versões digitais.					
2. Documento técnico contendo mapeamento, catalogação de 40 publicações da SNPDPD e 40 publicações o Gabinete, com breve apresentação de cada publicação e documento técnico contendo mapeamento, catalogação de 40 publicações da SE e 50 cartazes e folders informativos produzidos pela SDH.			1. 30/09/2010		8.000,00
			2. 20/10/2010		10.000,00
3. Versão digital de 40 publicações da SE, 50 cartazes e folderes informativos produzidos pela SDH e documento técnico contendo mapeamento, catalogação da legislação em direitos humanos no âmbito internacional e nacional dos atos normativos da SDH, com breve apresentação de cada item . Versão digital da legislação em direitos humanos, no âmbito nacional e internacional dos atos normativos da SDH			3. 10/11/2010		12.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Alessandra dos Santos Araújo				CPF: 491.242.692-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: S.A – 895/2010					
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudos, diagnósticos e relatórios sobre a situação do direito humanos à educação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2010	14/11/2010	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento contendo o Estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos à educação			1. 30/04/2010 2. 20/06/2010 3. 30/07/2010 4. 15/09/2010 5. 14/11/2010	8.300,00	
2. 1º documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificados pela ação da relatoria.				4.300,00	
3. Documento técnico contendo a análise da situação dos direitos humanos em localidade pré-determinada pela coordenação do projeto, a partir de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes.				2.500,00	
4. 2º documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificados pela ação da relatoria.				4.300,00	
5. Documento avaliativo sobre a situação do direito humanos à terra, território e alimentação a partir das ações desenvolvidas pelas relatorias contendo resultado e monitoramento das violações identificadas e das medidas implementadas pelo poder público.				4.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Aparecida Suelaine Carneiro				CPF: 023.153.148-60	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: S.A 902/2010					
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudos, diagnósticos e relatórios sobre a situação do direito ao meio ambiente					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2010	14/11/2010	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos ao Meio Ambiente 2. Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria. 3. Documento técnico contendo a análise da situação dos direitos humanos em localidade pré-determinada pela Coordenação do projeto, a partir de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes. 4. Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria. 5. Documento avaliativo sobre a situação do direito humano ao Meio Ambiente a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.			1. 30/04/2010		8.300,00
			2. 20/06/2010		4.300,00
			3. 30/07/2010		2.500,00
			4. 15/09/2010		4.300,00
			5. 14/11/2010		4.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cecília Campelo do Amaral Mello				CPF: 073.890.037-07	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: S.A 899/2010					
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudos, diagnósticos e relatórios sobre a situação do direito humano à Cidade					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2010	14/11/2010	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos à Cidade. 2. Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria. 3. Documento técnico contendo a análise da situação dos direitos humanos em localidade pré-determinada pela Coordenação do projeto, a partir de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes. 4. Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria. 5. Documento avaliativo sobre a situação do direito humano à Cidade a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.			1. 30/04/2010		8.300,00
			2. 20/06/2010		4.300,00
			3. 30/07/2010		2.500,00
			4. 15/09/2010		4.300,00
			5. 14/11/2010		4.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cristiano Muuler				CPF: 701.760.940-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: S.A 904/2010					
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudos, diagnósticos e relatórios sobre a situação do direito humano à Terra, Território e Alimentação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2010	14/11/2010	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 12.600,00	R\$ 12.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos à Terra, Território e Alimentação.					
2. Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			1. 30/04/2010		8.300,00
3. Documento técnico contendo a análise da situação dos direitos humanos em localidade pré-determinada pela Coordenação do projeto, a partir de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes.			2. 20/06/2010		4.300,00
4. Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			3. 30/07/2010		2.500,00
5. Documento avaliativo sobre a situação do direito humano à Terra, Território e Alimentação a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.			4. 15/09/2010		4.300,00
			5. 14/11/2010		4.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Diego Donizetti Gonçalves Machado				CPF: 000.176.451-90	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato rescindido					

Código do Contrato: SA 2513/2010					
Objetivo da consultoria: Elaboração de publicação sobre os avanços em Direitos Humanos conquistados no Brasil, entre os anos de 2003 e 2010, por meio da implementação de políticas públicas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/08/2010	14/11/2010	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Projeto executivo da publicação (com cronograma das etapas a serem cumpridas) 2 Documento técnico contendo Capítulo sobre o histórico político-gerencial da SDH. O capítulo deve contemplar a gestão interna da SDH, a reestruturação, a evolução orçamentária, análises dos relatórios dos PPAs (2003-2007; 2008-2011) e os comitês da Secretaria.			1. 30/08/2010	8.000,00	
2. Documento técnico contendo Capítulo sobre a atuação da área internacional da SDH, tanto no âmbito da ONU (Alto Comissariado de DH e Conselho de DH) da OEA (Comissão e Corte Interamericanas) e do Mercosul (Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos). Cumpre destacar também neste capítulo os temas e projetos que foram objeto de cooperação internacional;2 Documento técnico contendo Capítulo sobre a participação social na elaboração e controle de políticas públicas em Direitos Humanos. Este capítulo deve abordar as conferências temáticas,criança e adolescente, pessoas com deficiência, população LGBT, pessoa idosa e de Direitos Humanos realizadas desde 2003. Deve contemplar também a atuação dos Conselhos e Comitês vinculados a esta Secretaria. Por fim, deve enfatizar o Programa Nacional de Direitos Humanos- 3.					
3. Documento técnico contendo Capítulo sobre as iniciativas desenvolvidas pela SDH no âmbito da Educação em Direitos Humanos, tais como: a Mostra de Cinema em Direitos Humanos, o Show Direitos Humanos, a Semana Direitos Humanos, o Prêmio Direitos Humanos e a Revista Direitos Humanos, documento técnico contendo Capítulo sobre as ações da SDH, com ênfase na Agenda Social do Governo: Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica; Compromisso pela Redução da Violência Contra Crianças e Adolescentes; Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência;					
4. Documento técnico contendo Capítulo sobre os demais conteúdos das políticas públicas implementadas pela SDH (áreas SNPDDH que não o RCN). 4.2. Documento técnico contendo Capítulo sobre as ações da Secretaria de Direitos Humanos, com ênfase no Direito à Memória e à Verdade. 4.3. Documento técnico final sistematizado, em meio eletrônico, concluindo a publicação sobre os avanços em Direitos Humanos conquistados no Brasil, entre os anos de 2003 e 2010, por meio da implementação de políticas públicas, a ser aprovada pela SDH e UNESCO.					
			2. 30/09/2010	12.000,00	
			3. 20/10/2010	9.000,00	
			4. 14/11/2010	11.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Evanize Martins Sydow				CPF: 146.790.818-56	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: AS 1719/2010					
Objetivo da consultoria: Formulação de diretrizes, estratégias e propostas de ações na área de Educação em Direitos Humanos e Cultura.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2010	14/11/2010	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Proposta de projeto em Educação em Direitos Humanos e Cultura com o objetivo de realizar ações culturais e educativas com vistas a promover os direitos humanos através da educação e da cultura, com foco prioritário nas cidades onde os índices de violações dos direitos humanos são elevados; 2) Proposta metodológica para promoção e disseminação interna das ações da SDH, com vistas a criar um mecanismo eficaz para compartilhamento de conhecimento e informação em direitos humanos;					
2. Documento técnico contendo proposta de promoção dos Direitos Humanos para celebração do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, através de ações de educação e cultura voltadas para alunos do ensino formal e não formal;			30/06/2010		22.020,00
3. Documento técnico com proposta de ações e atividades educativas para disseminação e promoção do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 junto às escolas de ensino fundamental e médio, assim como junto as instituições de educação não formal;			20/07/2010		9.775,00
4. Proposta de instrumento de informação sobre o respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência, um dos temas prioritários da Agenda Social, através da Educação em Direitos Humanos com o objetivo de conscientizar e sensibilizar os governos dos estados e municípios sobre o tema;			05/08/2010		9.950,00
5. Relatório de avaliação das atividades realizadas pela SDH através de ações culturais e educativas com o objetivo de promover os direitos humanos nas cidades onde os índices de violações destes direitos são elevados;			01/09/2010		9.715,00
6. Documento Técnico contendo avaliação qualitativa das ações educativas e culturais realizadas pela SDH em torno da comemoração do Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos – no período de 2006-2009, analisando a efetividade dessas ações para a promoção dos direitos humanos junto ao publico alvo dessas.			05/10/2010		9.960,00
			14/11/2010		8.880,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ivonilze Ferreira Adelin Mertens				CPF: 916.712.135.72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: SA 888/2010					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor para elaboração de estudos, diagnósticos e relatórios sobre a situação do direito humano à Saúde					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2010	14/11/2010	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos à Saúde (Direitos sexuais e reprodutivos).					
2. Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.					
3. Documento técnico contendo a análise da situação dos direitos humanos em localidade pré-determinada pela Coordenação do projeto, a partir de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes.					
4. Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.					
5. Documento avaliativo sobre a situação do direito humano à Terra, Território e Alimentação a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.					
Consultor contratado					
Nome do consultor: Maria Cecília Morais Somonetti				CPF: 990.859.508-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: SA 1675/2010					
Objetivo da consultoria: Formulação de diretrizes, estratégias e metodologias para desenvolvimento dos trabalhos do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e operacionalização do Prêmio Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2010	14/11/2010	R\$ 62.758,62	R\$ 62.758,62	R\$ 38.100,00	R\$ 38.100,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1.Documento técnico contendo levantamento histórico sobre a criação, atualização e funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos; Documento técnico contendo diretrizes, estratégias e metodologias para desenvolvimento dos trabalhos do CNEDH;			30/06/2010		17.850,00
2. Documento técnico contendo modelo de operacionalização do Prêmio Direitos Humanos 2010; Documento técnico contendo levantamento histórico de todos os Prêmios Direitos Humanos			15/07/2010		20.250,00
3. Documento técnico descritivo contendo critérios para seleção de novos projetos da CGEDH com sugestão de políticas de acompanhamento e monitoramento desses projetos ao longo de sua execução. 6) Documento técnico contendo a sistematização das principais ações de educação em Direitos Humanos em 2009.			03/09/2010		20.138,62
4. Documento contendo Lista de referências bibliográficas de Educação em Direitos Humanos;			14/11/2010		4.520,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Sinara Pollom Zardo				CPF: 000.661.470-18	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditado até fevereiro de 2011					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
UNESCO				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Inclusão de Pessoas com Deficiência: Ampliando conhecimentos e aperfeiçoando mecanismos de promoção, formulação e implantação de políticas públicas de acessibilidade				914BRZ3046	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 1422/2010					
Objetivo da consultoria: Realização do aperfeiçoamento do Plano de Ação do Comitê de Ajudas Técnicas, incluindo a organização da documentação existente sobre o Comitê; a elaboração de um planejamento estratégico partindo do Plano de Ação vigente; e a estruturação da sistemática de monitoramento das ações e projetos desenvolvidos no âmbito do CAT					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/05/2010	30/10/2010	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 16.500,00	R\$ 16.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Documento Técnico contendo Relatório das Atividades do CAT implementadas até o ano de 2009, contendo análise crítica das atribuições legais do CAT e das ações efetivadas. Documento Técnico contendo proposta de organização e funcionamento do Comitê de Ajudas Técnicas 2. Documento Técnico contendo relatório das atividades resultantes da Oficina de Planejamento Estratégico 3. Documento Técnico contendo as ações do Comitê de Ajudas Técnicas sistematizadas e organizadas, incluindo manual orientador de procedimentos para continuidade da ação 4. Documento técnico contendo a síntese sobre a implementação do planejamento estratégico e do Plano de Ação do CAT			22/05/2010		9.500,00
			01/07/2010		7.000,00
			15/08/2010		5.000,00
			30/10/2010		3.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ibes Eron Alves Vaz				CPF: 528.109.760-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
UNFPA				UNFPA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA4P32A	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 024/2009					
Objetivo da consultoria: Produção de relatórios com textos de análise, gráficos e mapas de dados produzidos pelas principais instituições produtoras de informações brasileiras, com enfoque na promoção dos direitos humanos e combate a discriminação. Deverão ser analisados principalmente os seguintes grupos: mulheres, negros, pessoas com deficiência, pessoas idosas, crianças, adolescentes e jovens, população LGBT, povos indígenas e colônias de hanseníase.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/08/2009	30/11/2009	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Plano de Trabalho					
2. Relatório com análise de 4 grupos vulneráveis			30/08/2009		2.000,00
3. Relatório com análise dos demais 4 grupos vulneráveis			15/09/2009		6.000,00
4. Relatório Analítico e resumo executivo dos resultados de questões relacionadas a direitos humanos dispostas em outros blocos e suplemento da pesquisa do perfil dos municípios brasileiros 2009			05/10/2009		7.000,00
5- Relatório analítico e resumo executivo dos resultados das questões do bloco Direitos Humanos da Pesquisa de Informações básicas Municipais 2009			30/10/2009		5.000,00
			10/11/2009		8.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Rafael Campelo de Melo Ferraz				CPF: 003.431.201-35	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Código do Contrato: 025/2009					
Objetivo da consultoria: Elaboração de Documento de Projeto (PRODOC) na temática de informações e indicadores de direitos humanos, que será o documento básico para celebração do Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a SDH e o Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/08/2009	17/10/2009	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Apresentação da Versão preliminar do documento de Projeto (PRODOC)			30/08/2009		5.000,00
2. Versão final do Documento de Projetos (PRODOC)			23/09/2009		10.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Camila Nogueira Sande				CPF: 803.223.795-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
UNFPA				UNFPA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
				BRA3G102	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 024/2099					
Objetivo da consultoria: Prestar assistência técnica especializada, para realização de mapeamento de serviços, levantamento de estudos e pesquisas, e produção de textos que subsidiarão a implantação do serviço de atendimento telefônico exclusivo para crianças e adolescentes (Child Help Line) em nível federal.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2009	12/02/2010	R\$ 48.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 8.700,00	R\$ 8.700,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Mapeamento de serviços de atendimento telefônico exclusivo para crianças e adolescentes, no Brasil e na América Latina.			13/04/2009	4.300,00	
2. Texto sobre os espaços conceituais, legais e metodológicos do atendimento especializado a crianças e adolescentes a partir da análise dos serviços mapeados e dos estudos e pesquisas levantadas.			05/05/2009	4.200,00	
3. Texto com análise das metodologias de atendimento telefônico a crianças e adolescentes, identificando as principais demandas do serviço como estrutura, equipe, rotinas, instrumentos técnicos, sistema de informação e parcerias.			02/06/2009	4.350,00	
4. Texto sobre atendimento por telefone a crianças e adolescentes que solicitam informação e orientação sobre os seus direitos e serviços públicos			08/07/2009	4.400,00	
5. Texto sobre atendimento por telefone a casos de violência física com lesão corporal e com morte; violência psicológica com ameaças; exploração econômica do trabalho infantil e tráfico para fins de trabalho			10/08/2009	4.600,00	
6. Texto sobre atendimento por telefone a casos de discriminação e auto-agressão (dependência química, tentativa de suicídio, automutilação), que subsidiarão a implantação do serviço de atendimento telefônico exclusivo para criança e adolescentes em nível federal			08/09/2009	4.250,00	
7. Texto sobre atendimento telefônico a casos de violência sexual na forma de abuso sexual (intra extra-familiar)			09/10/2009	4.300,00	
8. Texto sobre atendimento por telefone a casos de violência sexual na forma de exploração sexual nas modalidades: contexto da prostituição, da pornografia; contexto tráfico; do turismo			04/11/2009	4.400,00	
9. Fluxo de recebimento, encaminhamento e monitoramento dos casos de denúncia de violência.			25/11/2009	4.500,00	
10. Diagnóstico sobre a necessidade e viabilidade de implantação da linha de telefone de atendimento exclusivo para crianças e adolescentes em nível federal.			10/01/2009	4.300,00	
11. Relatório final contendo resultados, proposições e recomendações.			12/02/2009	4.400,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Nilda Viana Castanha				CPF: 893.132.678-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: as metas físico-financeira foram alcançadas.					

13.2 Análise Crítica

A contratação de consultores na modalidade produto proporcionou um excelente nível de geração de conhecimento especializado para a SDH, principalmente no que se refere a novas áreas de atuação, que necessitam de criação de indicadores e levantamento de dados para nortear e melhorar o atendimento das demandas de proteção e promoção de Direitos Humanos no Brasil.

ANEXOS

QUADRO XXX: EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SDH

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Título da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	% de execução	Meta a ser realizada em 2011
14	243	0073	2C61	Atividade	Disque Denúncia de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes		unidade	17613	30543	173,41	
14	243	0073	8787	Atividade	Ações Integradas de Enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes - PAIR		unidade	70	113	161,43	
14	243	0073	8788	Atividade	Apoio a Comitês de Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes		unidade	62	34	54,84	
14	243	0073	8791	Atividade	Apoio a projetos inovadores de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes		unidade	32	10	31,25	
14	128	0152	8793	Atividade	Formação de Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a lei		unidade	6320	3321	52,55	
14	243	0152	8794	Atividade	Apoio à Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Semiliberdade e Internação		unidade	22	10	45,45	
14	243	0152	8795	Atividade	Apoio à Municipalização e à Descentralização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto		unidade	52	52	100	

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Título da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	% de execução	Meta a ser realizada em 2011
14	243	0152	8796	Atividade	Apoio a Serviços de Defesa Técnica dos Adolescentes em Conflito com a Lei		unidade	12	7	58,33	
14	243	0153	2C63	Atividade	Apoio a Estudos e Pesquisas sobre Infância e Adolescência		unidade	26	4	15,38	
14	-	0153	9A88	Atividade	Adolescente Aprendiz		unidade	4579	4600	100,46	
14	243	0153	8797	Atividade	Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		unidade	7	7	100	
14	243	0153	8798	Atividade	Apoio a Promoção de Boas Práticas de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos		unidade	21	19	90,48	
14	128	0153	6247	Atividade	Capacitação de Profissionais para Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		unidade	16800	13445	80,03	
14	422	0154	2A56	Atividade	Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia		unidade	79380	1690	2,13	
14	422	0154	8799	Atividade	Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos		unidade	44	9	20,45	
14	422	0154	8802	Atividade	Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica		unidade	20	4	20	

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Título da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	% de execução	Meta a ser realizada em 2011
14	422	0154	8804	Atividade	Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos		unidade	117603	56464	48	
14	422	0154	8810	Atividade	Núcleos de Pesquisa sobre Cidadania Homossexual e Combate à Homofobia		unidade	6	1	16,67	
14	126	0155	10B9	Projeto	Implantação do Sistema Informatizado de Registro Civil de Nascimento		% de implantação	25	25	100	
14	126	0155	8820	Atividade	Sistemas de Informação para a Infância e a Adolescência		unidade	1333	400	0,30	
14	422	0670	4278	Atividade	Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas		unidade	1196	345	28,85	
14	422	0670	6762	Atividade	Proteção a Defensores de Direitos Humanos		unidade	325	83	25,54	
14	243	0670	8806	Atividade	Serviços de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte PPCAM		unidade	740	514	69,46	
14	571	1078	2A38	Atividade	Estudos e Pesquisas em Acessibilidade		unidade	2	2	100	
14	128	1078	6263	Atividade	Capacitação e Especialização de Técnicos e Agentes Sociais em Acessibilidade		unidade	9350	6517	69,70	

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Título da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	% de execução	Meta a ser realizada em 2011
14	242	1086	8801	Atividade	Apoio à implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios		unidade	3	2	66,67	
14	242	1086	8809	Atividade	Apoio a Estudos e Pesquisas Relativos à Pessoa com Deficiência		unidade	2	3	150	
14	242	1086	6246	Atividade	Capacitação de Recursos Humanos para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência		unidade	5732	4298	74,98	
14	422	1401	0436	Atividade	Pagamento de Reparação Econômica em Prestação Única ou em Prestação Mensal Permanente e Continuada		unidade	4000	4011	100,29	
14	422	1401	4906	Atividade	Disque Direitos Humanos		unidade	15000	0	0%	
14	422	1401	8803	Atividade	Preservação do Acervo Histórico Documental da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Direito à Verdade e à Memória		unidade	3000	1000	33,33	
14	128	1402	4572	Atividade	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		unidade	200	136	68	
14	128	1402	8814	Atividade	Capacitação em Direitos Humanos		unidade	71622	66472	92,81	
14	422	1402	8815	Atividade	Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios		unidade	10	4	40	

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Título da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	% de execução	Meta a ser realizada em 2011
14	422	1402	8816	Atividade	Estados e Pesquisas sobre Educação em Direitos Humanos		unidade	3	2	66,67	
14	422	1402	8997	Atividade	Núcleos de Estudos e Pesquisas em Educação de Direitos Humanos em Universidades		unidade	3	3	100	
14	128	1404	8813	Atividade	Capacitação de Profissionais para a Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa		unidade	1550	1500	96,77	
14	241	1404	8817	Atividade	Centros Integrados de Apoio para Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa		unidade	3000	3000	100	
14	241	1404	8818	Atividade	Fortalecimento Institucional da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa		unidade	1	1	100	
14	241	1404	8819	Atividade	Estudos e Pesquisas para a Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa		unidade	1	1	100	

Fonte: SIGPlan e Equipes Gerenciais

QUADRO XXXI: DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SDH

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	9.940.686	14.983.967	9.940.686	14.983.967	0,00	0,00	9.940.686	14.983.967
1º elemento de despesa- 319011	7.759.213	11.403.030	7.759.213	11.403.030	0,00	0,00	7.759.213	11.403.030
2º elemento de despesa- 319113	1.316.583	2.016.445	1.316.583	2.016.445	0,00	0,00	1.316.583	2.016.445
3º elemento de despesa- 319096	830.000	1.470.374	830.000	1.470.374	0,00	0,00	830.000	1.470.374
Demais elementos do grupo	34.890	94.118	34.890	94.118	0,00	0,00	34.890	94.118
2 – Juros e Encargos da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	132.867.883	124.617.779	66.594.470	69.770.099	66.243.412	54.847.680	66.594.470	69.770.099
1º elemento de despesa-335041	53.524.295	51.572.348	28.883.307	19.461.978	24.640.987	32.110.370	28.883.307	19.461.978
2º elemento de despesa-333041	43.268.699	28.087.290	18.135.784	17.617.324	25.132.915	10.469.966	18.135.784	17.617.324
3º elemento de despesa-339039	17.759.662	27.535.596	8.832.686	19.736.474	8.926.976	7.799.122	8.832.686	19.736.474
Demais elementos do grupo	18.315.227	17.422.545	10.742.693	12.954.323	7.542.534	4.468.222	10.742.693	12.954.323

Fonte: Sistema de Administração Financeira – SIAFI e SIAFI Gerencial

QUADRO XXXII: DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SDH

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	48.531.094	59.077.722	2.760.261	23.195.524	45.770.833	35.882.198	2.760.261	59.077.722
1º elemento de despesa -443051	38.371.919	4.128.080	0,00	4.128.080	38.371.919	0,00	0,00	4.128.080
2º elemento de despesa -443041	5.582.111	48.920.923	2.216.722	16.900.838	3.365.390	32.020.085	2.216.722	48.920.923
3º elemento de despesa -449052	1.854.345	3.251.639	246.478	892.526	1.607.866	2.359.113	246.478	3.251.639
Demais elementos do grupo	2.722.719	2.777.080	297.061	1.274.080	2.425.658	1.503.000	297.061	2.777.080
5 – Inversões Financeiras	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Sistema de Administração Financeira – SIAFI e SIAFI Gerencial

QUADRO XXXIII: CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	297545	08685528000153	2.832.051,39	289.568,10	530.000,00	2.302.051,39	29-dez-05	31-dez-11	1
1	472422	18715383000140	671.995,12	168.501,00	108.000,00	671.995,12	20-dez-02	31-dez-10	1
1	480037	08142432000149	7.691.163,81	177.590,38	-	7.691.163,81	5-jun-03	11-mar-10	1
1	480775	14504377000192	7.481.816,62	1.777.947,50	920.000,00	7.481.816,62	12-ago-03	30-jul-11	1
1	480825	05465167000141	3.693.479,98	3.360.052,07	600.000,00	3.693.479,98	18-ago-03	31-jul-11	1
1	480862	05054895000160	6.496.863,25	2.609.510,66	892.000,00	6.421.863,25	18-ago-03	28-fev-11	1
1	480896	46381000000180	5.356.751,69	1.600.000,00	748.000,00	5.356.751,69	1-ago-03	31-jul-11	1
1	481222	01409606000148	3.796.300,60	988.734,67	550.000,00	3.796.300,60	2-set-03	30-abr-11	1
1	481273	36388023000162	3.703.478,00	1.695.158,81	500.000,00	3.703.478,00	31-jul-03	25-jun-11	1
1	484716	06064264000195	1.538.757,31	859.713,55	180.000,00	1.358.757,31	21-nov-03	28-nov-11	1
1	486994	05054895000160	2.029.899,63	977.240,00	260.000,00	2.029.899,63	5-dez-03	31-dez-11	1
1	487398	27219757000127	1.809.045,06	39.000,00	300.000,00	1.809.045,06	18-dez-03	30-abr-11	1
1	487980	07954530000118	2.698.877,90	4.075.944,00	400.000,00	2.698.877,90	18-dez-03	30-abr-11	1
1	487989	46381000000180	1.220.683,23	701.526,71	120.000,00	1.220.683,23	12-dez-03	31-dez-11	1
1	488203	40245920000194	3.307.247,23	1.479.169,49	560.000,00	3.307.247,23	18-dez-03	31-jul-11	1
1	509116	04153748000185	3.859.247,12	1.282.784,07	650.000,00	3.859.247,12	1-ago-04	10-jun-11	1
1	527173	09556140000115	2.132.551,85	2.360.658,38	519.443,02	2.132.551,85	27-set-05	10-mar-11	1
1	527608	87958583000146	2.046.514,56	394.000,00	360.000,00	2.046.514,56	14-out-05	7-dez-10	1
1	530537	07298145000160	4.671.308,19	3.039.029,99	728.000,00	4.671.308,19	13-out-05	30-abr-11	1
1	540935	10404184000109	764.345,57	136.100,00	128.000,00	764.345,57	27-dez-05	30-abr-11	1
1	557545	40799652000152	95.000,00	10.080,00	-	95.000,00	25-abr-06	31-jul-10	1
1	571438	05930053000125	266.866,11	30.450,00	75.000,00	266.866,11	28-dez-09	30-jun-11	1
1	571761	73662520000133	1.123.400,00	9.840,00	-	1.123.400,00	2-out-06	21-abr-10	1
1	577245	15513690000150	713.835,00	21.840,00	-	713.835,00	18-dez-09	19-dez-10	1
1	577455	47460183000191	64.080,00	2.100,00	-	64.080,00	30-dez-08	30-mar-10	1
1	577555	40799652000152	563.236,00	99.662,48	-	463.236,00	21-dez-06	31-ago-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	577914	07298145000160	2.749.225,40	452.338,90	-	2.749.225,40	30-out-09	29-out-10	1
1	591334	03510184000128	4.423.933,05	138.746,08	601.713,59	4.423.933,05	30-abr-07	30-ago-10	2
1	591979	03760025000181	2.454.262,71	312.734,20	912.081,39	2.454.262,71	31-ago-09	29-abr-11	1
1	593066	14504377000192	99.990,60	10.000,00	-	99.990,60	15-ago-07	15-fev-11	1
1	593218	00910785000130	2.974.645,90	246.636,52	579.243,25	2.974.645,90	21-ago-07	31-out-10	1
1	593344	33654419000116	319.856,68	0,00	103.636,00	319.856,68	3-set-07	30-dez-10	1
1	594240	42498600000171	100.000,00	10.000,00	-	100.000,00	11-out-07	11-out-10	1
1	594606	04150335000147	150.000,00	15.000,00	-	150.000,00	22-out-07	22-fev-10	1
1	594795	02108061000100	50.000,00	5.000,00	-	50.000,00	24-out-07	28-fev-10	1
1	594890	30967111000132	330.000,00	79.750,00	-	330.000,00	25-out-07	30-nov-10	1
1	595069	73662520000133	440.600,00	0,00	-	240.600,00	24-out-07	31-out-10	1
1	595137	05054895000160	300.000,00	30.000,00	-	300.000,00	7-nov-07	7-mar-10	1
1	595227	04150335000147	150.000,00	15.000,00	-	150.000,00	7-nov-07	30-mai-10	1
1	595749	13130489000168	77.387,44	8.598,60	-	77.387,44	12-nov-08	26-fev-10	1
1	595939	14504377000192	132.000,00	15.641,60	-	132.000,00	26-nov-08	26-mai-11	1
1	596118	07778585000114	100.000,00	10.000,00	-	100.000,00	28-nov-07	28-abr-11	1
1	597005	51885242000140	260.000,00	51.958,00	-	260.000,00	7-dez-07	7-jun-11	1
1	597008	14504377000192	1.218.108,71	155.240,00	372.373,43	1.218.108,71	5-jun-09	6-jun-11	1
1	597230	10733319000180	79.490,00	8.000,00	-	79.490,00	11-dez-07	30-jan-10	1
1	598552	03583043000135	165.373,50	15.157,00	-	165.373,50	19-dez-07	31-ago-11	1
1	599169	41263856000137	125.784,00	7.750,56	-	125.784,00	19-dez-07	31-mar-10	1
1	599177	04308940000101	174.090,00	8.870,00	-	174.090,00	21-dez-07	28-fev-10	2
1	599507	06064264000195	1.497.342,67	309.862,70	480.000,00	1.497.342,67	20-dez-07	1-set-11	1
1	599508	01633663000106	167.321,28	13.500,00	-	167.321,28	17-dez-09	31-jan-10	1
1	599510	03612569000104	768.800,00	50.000,00	-	768.800,00	16-jul-08	31-dez-10	1
1	599511	14239578000100	380.000,00	80.072,00	100.000,00	280.000,00	30-dez-08	31-dez-11	1
1	599512	08642138000104	1.832.070,21	387.686,40	-	1.216.399,50	17-dez-07	30-dez-11	1
1	599678	05519675000165	249.560,00	164.302,00	-	249.560,00	24-dez-07	24-mar-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	599682	03612569000104	820.000,00	54.960,00	200.000,00	570.000,00	30-dez-08	31-dez-11	1
1	599753	09556140000115	300.000,00	64.169,00	-	200.000,00	18-dez-07	31-dez-11	1
1	600075	06304873000174	1.459.216,30	58.596,00	-	1.459.216,30	20-dez-07	20-abr-10	4
1	600102	36388023000162	1.392.844,32	353.432,28	-	814.454,50	18-dez-07	30-out-11	1
1	600213	08806721000103	280.000,00	73.480,00	100.000,00	280.000,00	30-dez-08	31-dez-11	1
1	600224	84626662000161	199.869,50	0,00	-	199.869,50	3-dez-07	3-fev-10	1
1	601040	92956077000158	49.597,38	10.000,00	-	49.597,38	27-dez-07	27-fev-10	1
1	601136	06307102000130	207.215,00	23.246,24	-	207.215,00	27-dez-07	27-ago-10	1
1	601174	34639526000138	372.268,00	41.680,00	122.448,00	372.268,00	26-dez-08	27-out-10	1
1	601213	05487631000109	2.560.999,13	749.466,94	1.100.000,00	2.560.999,13	27-nov-09	22-dez-10	1
1	601233	08642138000104	355.446,26	178.518,82	120.000,00	355.446,26	30-dez-08	21-set-11	1
1	601241	05054895000160	413.367,70	41.240,00	-	413.367,70	27-dez-07	27-mar-10	1
1	601250	00498299000156	505.000,00	83.843,58	-	505.000,00	21-dez-07	31-mai-11	1
1	601257	14504377000192	480.000,00	285.291,04	120.000,00	360.000,00	28-dez-08	31-dez-11	1
1	601262	05182233000176	280.000,00	25.598,00	100.000,00	280.000,00	31-dez-08	30-jul-11	1
1	601264	08993917000146	280.000,00	34.400,00	-	280.000,00	21-dez-07	15-mai-11	1
1	601265	08675169000153	206.924,00	16.600,00	-	206.924,00	27-dez-09	30-abr-10	1
1	601270	08924581000160	380.000,00	38.000,00	100.000,00	280.000,00	24-dez-07	30-dez-11	1
1	601271	03612569000104	100.000,00	5.000,00	-	100.000,00	19-dez-07	30-jan-10	1
1	601273	27165729000174	380.000,00	50.191,00	100.000,00	380.000,00	27-dez-09	30-dez-11	1
1	601280	02385669000174	553.810,00	22.800,00	-	553.810,00	27-dez-09	30-jun-10	1
1	601288	08642138000104	151.571,00	15.157,00	-	151.571,00	26-dez-08	31-dez-10	1
1	601472	84580992000163	125.580,00	4.170,00	-	125.580,00	27-dez-07	31-jan-10	1
1	601485	01705989000100	349.765,40	0,00	-	349.765,40	24-dez-07	26-ago-10	4
1	601507	14504377000192	174.599,91	18.478,80	-	174.599,91	24-dez-09	31-mar-11	1
1	601579	09055291000190	411.958,55	40.000,00	100.000,00	411.958,55	30-dez-08	31-dez-11	1
1	601786	27142058000126	189.000,00	18.900,00	-	189.000,00	27-dez-07	31-out-10	1
1	601795	04126402000198	150.360,00	4.520,00	-	150.360,00	26-dez-07	27-out-10	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	605617	00439192000137	211.049,67	17.835,00	-	211.049,67	17-dez-08	26-dez-10	1
1	626092	09055291000190	1.796.099,49	360.000,00	580.000,00	1.796.099,49	11-jun-08	31-mai-11	1
1	626409	33685686000150	133.580,00	5.000,00	-	133.580,00	26-jun-08	31-mar-10	1
1	626563	04358174000181	1.360.735,22	34.360,58	169.100,00	1.360.735,22	30-jun-08	30-nov-10	1
1	626734	05735244000136	150.000,00	15.000,00	-	150.000,00	23-jun-09	30-dez-11	1
1	626736	05735244000136	150.000,00	15.000,00	-	150.000,00	19-jun-09	30-dez-11	1
1	626814	01742414000159	501.705,00	55.745,00	-	501.705,00	27-jun-08	30-jun-11	1
1	627060	08876217000171	159.750,00	15.975,00	-	159.750,00	27-jun-08	1-fev-11	1
1	627076	08817977000108	624.000,05	161.614,45	-	624.000,05	27-jun-08	28-fev-11	1
1	627082	04150335000147	1.620.514,00	300.000,96	480.000,00	1.620.514,00	12-jun-08	5-ago-11	1
1	627464	13927819000140	100.000,00	5.300,00	-	100.000,00	3-jul-08	30-jul-10	1
1	627479	13927819000140	100.000,00	5.300,00	-	100.000,00	28-dez-09	30-jul-10	1
1	627510	74175381000186	101.498,50	18.264,96	-	101.498,50	27-jun-08	28-fev-11	1
1	632604	08961997000158	408.384,00	12.845,00	-	408.384,00	29-ago-08	31-ago-10	1
1	633498	34639526000138	1.141.185,16	126.859,81	-	1.141.185,16	29-ago-08	30-dez-11	1
1	633729	04546064000143	66.550,00	2.400,00	-	66.550,00	26-set-08	28-fev-10	1
1	633919	06055395000106	1.484.900,00	90.000,00	430.686,00	1.484.900,00	1-out-08	29-set-11	1
1	633933	82951294000100	1.329.136,33	1.672.959,82	438.000,00	1.329.136,33	8-out-08	31-jul-11	1
1	633935	82951294000100	405.798,48	459.683,03	133.600,00	405.798,48	8-out-08	31-jul-11	1
1	634416	08685528000153	150.000,00	20.000,00	-	150.000,00	30-nov-09	30-nov-10	1
1	635122	03906058000197	278.017,00	9.000,00	-	278.017,00	31-out-08	30-abr-10	1
1	635406	02393242000118	110.000,00	6.200,50	-	110.000,00	10-nov-08	30-abr-10	1
1	635517	02139201000108	1.865.100,00	75.360,00	165.100,00	1.865.100,00	11-nov-08	31-mar-11	1
1	635628	00580159000122	446.859,74	17.400,00	-	446.859,74	25-nov-08	30-jul-11	1
1	635830	28991321000114	334.923,00	10.612,00	120.423,00	334.923,00	25-nov-08	31-out-10	1
1	635839	13136825000180	5.400.000,00	1.080.000,00	-	5.400.000,00	28-nov-08	30-ago-11	2
1	635905	11722741000100	1.500.000,00	545.454,00	-	1.500.000,00	4-dez-08	4-abr-11	1
1	636469	03507415000900	1.643.645,00	248.544,00	-	1.643.645,00	1-dez-08	31-dez-10	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	636497	00394577000125	1.039.662,20	135.150,00	438.912,20	1.039.662,20	1-dez-08	30-jun-11	1
1	636549	63606479000124	5.670.000,00	567.000,00	-	5.670.000,00	11-dez-08	30-jun-11	1
1	636665	06064264000195	1.539.737,58	161.335,55	680.000,00	1.539.737,58	11-dez-08	30-out-11	1
1	636805	03125976000189	100.000,00	5.000,00	-	100.000,00	15-dez-08	15-jun-10	1
1	636908	09186982000122	5.400.000,00	2.151.052,00	-	5.400.000,00	17-nov-08	30-dez-11	1
1	636909	84012012000126	787.680,01	87.091,20	-	625.418,75	15-dez-08	15-jun-11	1
1	636910	07776379000175	350.000,00	17.500,00	-	350.000,00	15-dez-08	14-jun-10	1
1	637091	04034872000121	700.000,00	70.000,00	-	700.000,00	17-dez-08	30-out-10	1
1	637297	14504377000192	200.000,00	29.856,77	100.000,00	200.000,00	10-dez-08	10-mar-11	1
1	637298	00990956000188	500.000,00	22.550,00	-	500.000,00	17-dez-08	30-nov-10	1
1	637513	42498659000160	5.580.000,00	1.649.580,00	-	5.580.000,00	22-dez-08	30-dez-11	1
1	637951	09317468000189	179.056,00	30.550,00	-	179.056,00	23-dez-08	29-dez-10	1
1	638246	05054895000160	2.105.672,80	240.630,35	1.693.592,80	2.105.672,80	1-dez-08	30-jun-11	1
1	638384	33669672000143	100.000,00	11.775,76	-	100.000,00	29-dez-08	31-jul-10	1
1	638486	63225981000195	100.000,00	39.101,28	-	100.000,00	15-dez-08	14-abr-10	2
1	638510	40799652000152	100.000,00	8.200,00	-	100.000,00	10-dez-08	10-mar-11	1
1	638522	31476674000190	200.000,00	11.520,00	100.000,00	200.000,00	29-dez-08	30-out-11	1
1	638526	42498659000160	300.000,00	324.048,00	-	300.000,00	3-dez-08	26-ago-10	1
1	638529	05632559000158	100.000,00	20.000,00	-	100.000,00	15-dez-08	15-jun-10	1
1	638530	43021658000192	320.810,00	76.592,76	100.000,00	320.810,00	29-dez-08	29-dez-10	1
1	638540	10400661000168	100.000,00	3.100,00	-	100.000,00	11-dez-08	30-abr-10	1
1	638543	09556140000115	100.000,00	30.000,00	-	100.000,00	29-dez-08	31-jul-10	1
1	638544	05553216000106	1.300.051,99	188.627,38	324.815,49	1.300.051,99	29-dez-08	30-jun-11	1
1	638547	25106295000106	100.000,00	3.154,20	-	100.000,00	29-dez-08	30-out-10	1
1	638548	05487631000109	250.000,00	50.000,00	-	250.000,00	25-nov-08	4-set-10	1
1	638806	08642138000104	2.304.161,25	650.142,50	1.470.346,25	1.933.776,25	29-dez-08	30-jun-11	1
1	638819	00989587000103	5.400.000,00	2.106.116,45	-	5.400.000,00	17-dez-08	17-dez-11	1
1	638822	07304210000112	123.238,20	4.312,00	-	123.238,20	29-dez-08	31-ago-10	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	638825	13128798002147	100.000,00	13.320,00	-	100.000,00	30-dez-08	31-dez-10	1
1	638826	27142058000126	100.000,00	11.200,00	-	100.000,00	30-dez-08	30-dez-10	1
1	638840	25106295000106	100.000,00	3.100,00	-	100.000,00	25-nov-08	25-mai-10	1
1	638867	60990751000124	649.999,99	87.500,00	-	649.999,99	29-dez-08	30-dez-11	1
1	638886	02139201000108	100.000,00	27.600,00	-	100.000,00	30-dez-08	22-set-10	1
1	638888	05427114000136	172.760,00	5.840,00	-	172.760,00	10-dez-08	10-fev-10	1
1	638897	00355863000181	100.000,00	12.039,00	-	100.000,00	30-dez-08	1-jan-11	1
1	638899	38731253000108	305.347,32	12.240,00	-	305.347,32	29-dez-08	31-dez-10	1
1	638901	08036157000189	100.000,00	8.000,00	-	100.000,00	30-dez-08	30-jun-10	1
1	638918	09055291000190	929.480,00	129.600,00	-	929.480,00	3-dez-08	30-jun-11	1
1	638927	15257025000142	100.000,00	61.241,96	-	100.000,00	22-dez-08	22-jul-10	1
1	638932	08876217000171	100.000,00	12.000,00	-	100.000,00	1-dez-08	1-fev-11	1
1	638938	09556140000115	330.000,00	33.000,00	-	330.000,00	29-dez-08	31-jul-10	1
1	638959	14504377000192	981.600,76	176.703,11	51.781,98	471.003,16	29-dez-08	30-out-11	1
1	638967	03612569000104	1.624.855,87	33.711,00	645.267,44	1.182.270,44	29-dez-08	30-dez-11	1
1	638977	02932524000146	2.945.000,00	1.120.000,00	990.000,00	1.995.000,00	30-dez-08	31-dez-11	1
1	639006	04809688000106	485.000,00	15.000,00	-	485.000,00	30-dez-08	31-dez-11	1
1	639033	45358249000101	1.300.000,00	520.829,81	500.000,00	1.000.000,00	30-dez-08	30-mar-12	1
1	639971	05465167000141	520.000,00	419.808,20	260.000,00	520.000,00	30-dez-08	25-fev-11	1
1	640152	61580080000196	350.000,00	6.186,00	100.000,00	200.000,00	29-dez-08	29-dez-11	1
1	644170	05235538000107	100.000,00	26.368,00	-	100.000,00	29-dez-08	30-jun-10	1
1	644733	07423378000147	86.630,00	17.326,00	-	86.630,00	29-dez-08	2-abr-10	4
1	647985	48756936000173	100.000,00	11.630,00	-	100.000,00	30-dez-08	31-mai-10	1
1	653012	43021658000192	135.494,24	4.200,00	65.643,45	117.994,24	13-ago-09	30-set-10	1
1	653153	03612569000104	288.920,00	33.600,00	150.000,00	288.920,00	25-ago-09	25-set-11	1
1	653263	06064264000195	165.470,29	26.636,40	-	165.470,29	5-ago-09	5-ago-10	1
1	653381	46395000000139	2.400.498,29	1.032.091,78	552.432,48	2.400.498,29	15-out-09	30-set-11	1
1	654096	05761069000151	3.502.195,72	144.239,04	1.584.850,77	2.136.706,61	30-nov-09	31-out-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	654257	03612569000104	2.059.905,60	52.320,00	385.098,00	2.059.905,60	10-dez-09	10-jun-11	1
1	655078	02932524000146	499.922,22	124.980,55	311.285,38	311.285,38	29-dez-09	29-dez-11	1
1	657384	05465167000141	436.516,09	100.497,59	180.586,10	436.516,09	28-dez-09	30-mar-11	1
1	660669	06304873000174	1.209.657,60	0,00	1.209.657,60	1.209.657,60	23-jun-10	23-jun-11	1
1	662785	02932524000146	1.200.943,00	120.000,00	647.156,50	1.200.943,00	1-out-10	1-out-11	1
1	662856	08642138000104	1.170.000,00	130.000,00	1.170.000,00	1.170.000,00	22-out-10	22-out-11	1
1	664724	00910785000130	1.234.537,76	251.400,00	1.234.537,76	1.234.537,76	29-nov-10	30-nov-11	1
1	664866	05465167000141	1.285.102,22	346.077,46	1.285.102,22	1.285.102,22	24-dez-10	24-dez-11	1
1	666148	07954530000118	590.397,93	66.939,21	-	590.397,93	31-dez-10	31-dez-11	1
3	633988	03612569000104	76.739,84	0,00	-	76.739,84	15-out-08	31-ago-10	1
3	636378	73405532000182	415.187,04	16.607,48	-	415.187,04	1-dez-08	1-mar-10	4
3	638920	01959083000103	800.000,00	24.742,27	-	0,00	29-dez-08	30-jun-10	1
3	639062	07245272000109	181.905,00	4.650,00	-	181.905,00	1-dez-08	31-dez-10	1
3	654259	05493004000172	1.602.554,96	18.000,00	-	1.602.554,96	10-dez-09	10-dez-11	1
3	654344	69270486000184	12.140.672,98	131.993,84	-	9.950.000,00	1-dez-09	31-mai-11	1
3	654428	04863094000183	400.000,00	17.850,00	-	400.000,00	1-dez-09	30-nov-10	1
3	655092	04999034000192	362.240,44	6.000,00	-	362.240,44	28-dez-09	7-jun-11	1
3	655115	05305331000153	576.595,00	18.080,00	-	576.595,00	28-dez-09	16-out-10	1
3	655117	04782112000100	499.900,00	23.040,00	-	499.900,00	28-dez-09	30-abr-11	1
3	657422	04782112000100	200.000,00	6.180,00	-	200.000,00	28-dez-09	31-ago-10	1
1	704572	06139753000169	574.005,00	22.500,00	-	574.005,00	1-set-09	30-dez-10	1
1	704790	24851511000185	100.000,00	14.268,00	-	100.000,00	22-out-09	22-out-10	1
1	705349	05235538000107	561.699,80	102.550,00	81.613,70	561.699,80	30-out-09	31-dez-10	1
1	705716	38520425000102	999.997,82	31.500,00	-	999.997,82	22-out-09	1-out-10	1
1	705935	08675169000153	874.028,07	97.383,01	874.028,07	874.028,07	28-dez-09	30-jun-11	1
1	705937	08778276000107	593.842,00	66.160,00	-	316.402,00	18-dez-09	30-jun-11	1
1	706824	09556140000115	585.333,00	389.545,00	415.365,00	1.000.698,00	19-nov-09	19-jun-11	1
1	706850	04127580000133	70.000,00	4.000,00	-	70.000,00	30-out-09	31-jan-10	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	708377	04132160000145	100.000,00	3.120,00	-	100.000,00	1-dez-09	30-nov-10	1
1	709395	05054895000160	100.000,00	11.120,00	100.000,00	100.000,00	30-jun-10	30-nov-10	1
1	712604	55292874000151	36.500,00	-	-	36.500,00	9-dez-09	30-jun-10	1
1	714415	36910602000123	80.000,00	-	80.000,00	80.000,00	28-dez-09	3-out-10	1
1	715434	18240119000105	100.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	18-jun-10	30-jun-11	1
1	716054	58106519000139	91.633,00	-	91.633,00	91.633,00	30-dez-09	31-mai-10	1
1	717239	01613093000192	100.000,00	3.565,00	100.000,00	100.000,00	29-ago-10	29-dez-10	1
1	717245	07954605000160	130.000,00	13.600,00	130.000,00	130.000,00	29-dez-09	31-ago-11	1
1	717246	08995816000104	100.000,00	15.000,00	100.000,00	100.000,00	29-dez-09	9-nov-10	1
1	717248	40323198000169	71.444,10	17.800,00	71.444,10	71.444,10	28-dez-09	28-out-10	1
1	717690	02932524000146	150.000,00	15.000,00	150.000,00	150.000,00	28-dez-09	28-dez-11	1
1	717766	24507865000107	100.000,00	8.000,00	100.000,00	100.000,00	30-dez-09	14-nov-10	1
1	717771	07650726000119	99.524,95	3.135,00	99.524,95	99.524,95	28-dez-09	28-dez-10	1
1	717859	48756936000173	100.000,00	3.200,00	100.000,00	100.000,00	21-dez-09	20-dez-10	1
1	717897	89814693000160	100.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	31-dez-10	1
1	718552	12671814000137	122.180,30	28.080,00	122.180,30	122.180,30	28-dez-09	28-dez-11	1
1	718571	00990956000188	100.000,00	6.300,00	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	9-abr-10	1
1	721408	42498733000148	600.000,00	150.000,00	600.000,00	600.000,00	29-dez-09	30-dez-10	1
1	723399	05857379000174	100.000,00	30.450,00	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	31-ago-10	1
1	724415	59940080000108	99.999,60	4.212,00	99.999,60	99.999,60	28-dez-09	31-dez-10	1
1	726927	06939725000126	200.000,00	7.000,00	200.000,00	200.000,00	30-dez-09	29-dez-10	1
1	732344	02042513000190	202.400,00	-	202.400,00	202.400,00	19-abr-10	30-jul-10	1
1	737189	92896851000182	51.298,15	-	51.298,15	51.298,15	29-jun-10	29-jul-10	1
1	747873	73836421000120	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	27-jul-10	27-dez-10	1
1	704169	08642138000104	100.000,00	56.160,00	-	100.000,00	30-abr-10	30-abr-11	1
1	704196	46068425000133	100.000,00	25.000,00	-	100.000,00	5-out-09	30-jun-11	1
1	704197	00989587000103	100.000,00	45.606,87	-	100.000,00	23-set-09	30-jun-11	1
1	704207	03583043000135	385.300,00	64.000,00	166.020,00	551.320,00	8-dez-10	30-jun-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	704419	02755157000152	193.740,00	6.000,00	100.000,00	293.740,00	2-set-09	2-set-11	1
1	705056	13128798002228	155.704,99	17.300,56	-	155.704,99	16-nov-09	16-abr-11	1
1	705057	40799652000152	842.439,00	120.400,00	-	842.439,00	15-out-09	15-abr-11	1
1	706815	07161699000110	136.765,17	20.975,23	-	136.765,17	3-nov-09	3-mai-11	1
1	707437	44480283000191	311.660,00	76.870,00	-	211.660,00	30-nov-09	30-abr-11	1
1	708061	09579079000121	100.000,00	12.000,00	100.000,00	100.000,00	9-dez-09	13-abr-11	1
1	708592	84154186000123	600.000,00	66.680,00	600.000,00	600.000,00	28-dez-09	28-abr-11	1
1	708854	08675169000153	6.000.000,00	980.440,40	6.000.000,00	6.000.000,00	28-dez-09	30-mai-11	1
1	708926	11722741000100	454.145,34	50.461,00	454.145,34	454.145,34	1-dez-09	1-jun-11	1
1	708965	00989587000103	376.059,00	41.880,00	376.059,00	376.059,00	1-dez-09	30-abr-11	1
1	708970	13128798001337	351.000,00	39.000,00	351.000,00	351.000,00	28-dez-09	28-abr-11	1
1	709121	11722741000100	867.670,37	96.407,82	867.670,37	867.670,37	28-dez-09	28-fev-11	1
1	709329	06993556000102	3.175.358,00	97.107,93	1.475.500,00	3.175.358,00	4-dez-09	28-dez-11	1
1	709403	18431312000115	150.000,00	16.670,00	150.000,00	150.000,00	6-ago-10	23-mar-11	1
1	710459	00977419000106	538.620,00	60.000,00	538.620,00	538.620,00	1-dez-09	1-jun-11	1
1	710489	61580080000196	289.004,84	9.600,00	-	289.004,84	30-nov-09	30-mai-11	1
1	712694	08491557000184	1.500.000,00	1.243.832,50	1.500.000,00	1.500.000,00	28-dez-09	30-abr-11	1
1	713290	09088839000106	6.000.000,00	5.510.652,06	6.000.000,00	6.000.000,00	30-nov-09	31-dez-11	1
1	713320	01742414000159	6.000.000,00	5.613.578,95	6.000.000,00	6.000.000,00	28-dez-09	30-jun-11	1
1	715335	14504377000192	1.495.043,00	189.510,00	1.495.043,00	1.495.043,00	28-dez-09	28-mar-11	1
1	715342	01742414000159	2.062.431,89	278.148,32	1.584.291,89	2.062.431,89	28-dez-09	30-jun-11	1
1	716055	05735244000136	750.000,00	83.500,00	750.000,00	750.000,00	28-dez-09	30-dez-11	1
1	717237	93802833000157	346.084,76	87.300,00	346.084,76	346.084,76	15-dez-09	29-abr-11	1
1	717241	05493004000172	176.150,00	6.760,00	176.150,00	176.150,00	28-dez-09	28-jan-11	1
1	717408	01587609000171	200.000,00	20.000,00	200.000,00	200.000,00	30-dez-09	30-jul-11	1
1	717467	00816416000182	180.000,00	8.840,00	180.000,00	180.000,00	28-dez-09	16-jun-11	1
1	717474	02932524000146	1.000.000,00	429.405,65	1.000.000,00	1.000.000,00	28-dez-10	28-mar-11	1
1	717475	07954605000160	100.000,00	27.600,00	100.000,00	100.000,00	30-dez-09	30-mar-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	717477	63025530000104	99.999,92	18.000,00	99.999,92	99.999,92	29-dez-09	30-dez-10	1
1	717506	03129195000162	175.848,45	5.442,52	175.848,45	175.848,45	15-dez-09	15-mai-11	1
1	717512	09186982000122	1.671.367,50	185.707,50	1.671.367,50	1.671.367,50	28-dez-09	31-mar-11	1
1	717554	00343941000128	384.909,94	34.999,92	384.909,94	384.909,94	28-dez-09	16-jun-11	1
1	717774	01167309000133	299.967,00	-	299.967,00	299.967,00	28-dez-09	30-mar-11	1
1	717900	03510184000128	180.000,00	15.328,00	180.000,00	180.000,00	28-dez-09	15-fev-11	1
1	717901	03015475000140	302.000,00	49.861,24	302.000,00	302.000,00	28-dez-09	28-jun-11	1
1	717913	92956077000158	1.000.000,00	250.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	28-dez-09	30-mar-11	1
1	717924	02932524000146	400.000,00	337.364,00	400.000,00	400.000,00	30-dez-09	30-mar-11	1
1	718227	04554813000184	200.000,00	12.220,00	100.000,00	200.000,00	28-dez-09	30-jun-11	1
1	718267	40818627000179	150.000,00	6.300,00	150.000,00	150.000,00	28-dez-09	27-mar-11	1
1	718286	06554869000164	100.000,00	8.055,50	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	31-dez-11	1
1	718372	15257025000142	2.000.000,00	311.317,54	2.000.000,00	2.000.000,00	31-dez-10	31-dez-11	1
1	718376	92956077000158	2.000.000,00	500.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	28-dez-09	30-mar-11	1
1	718443	03744116000123	100.000,00	4.000,00	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	29-jan-11	1
1	718959	10565000000192	138.450,83	23.400,00	138.450,83	138.450,83	29-dez-10	29-jun-11	1
1	719970	42498659000160	2.000.000,00	1.868.953,03	2.000.000,00	2.000.000,00	28-dez-09	30-ago-11	1
1	719971	84012012000126	6.000.000,00	849.389,00	6.000.000,00	6.000.000,00	31-dez-09	1-jun-11	1
1	719978	05632559000158	594.277,94	128.911,11	594.277,94	594.277,94	28-dez-09	28-mar-11	1
1	720027	33654419000116	599.977,00	-	399.977,00	599.977,00	28-dez-09	30-jul-11	1
1	720041	05632559000158	405.722,06	45.080,50	405.722,06	405.722,06	28-dez-09	15-mar-11	1
1	720220	33685686000827	213.202,76	66.478,00	213.202,76	213.202,76	28-dez-09	28-fev-11	1
1	720251	03284108000141	797.440,00	34.560,00	397.440,00	797.440,00	29-dez-09	29-dez-11	1
1	721250	39259098000131	100.000,00	3.200,00	100.000,00	100.000,00	21-dez-09	30-jun-11	1
1	722349	73662520000133	494.935,00	-	494.935,00	494.935,00	21-dez-09	21-jun-11	1
1	726898	05857379000174	150.000,00	22.800,00	150.000,00	150.000,00	31-dez-10	31-dez-11	1
1	735818	08241747000143	140.000,00	10.000,00	140.000,00	140.000,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	735998	04034872000121	600.000,00	67.000,06	300.000,00	300.000,00	29-jun-10	28-jul-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	736098	02932524000146	100.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
1	736731	07172665000121	6.000.000,00	2.574.536,68	3.000.000,00	3.000.000,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	737041	08675169000153	5.400.000,00	1.280.437,29	2.700.000,00	2.700.000,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	737074	10358190000177	100.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
1	737110	06554869000164	115.000,00	10.000,00	115.000,00	115.000,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	737111	09579079000121	160.000,00	19.980,00	160.000,00	160.000,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	737114	69122893000144	600.000,00	150.185,00	600.000,00	600.000,00	1-jul-10	30-dez-11	1
1	737115	00394577000125	400.000,00	45.000,00	400.000,00	400.000,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	737116	07526912000140	135.000,00	-	135.000,00	135.000,00	1-jul-10	30-jun-11	1
1	737156	10565000000192	153.312,00	6.388,00	153.312,00	153.312,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	737188	09556140000115	338.900,00	37.960,00	338.900,00	338.900,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	737296	02932524000146	100.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	20-dez-10	19-dez-11	1
1	737298	08491557000184	5.400.000,00	2.997.788,14	3.000.000,00	3.000.000,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	737300	12200135000180	100.000,00	4.200,00	100.000,00	100.000,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	737458	09579079000121	5.400.000,00	3.030.754,83	2.700.000,00	2.700.000,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	737537	01112580000171	112.395,00	13.334,20	112.395,00	112.395,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	737538	02450677000157	533.200,00	-	350.000,00	533.200,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	737644	09055291000190	100.000,00	11.155,00	100.000,00	100.000,00	21-jun-10	21-jun-11	1
1	737665	05465167000141	249.600,00	62.400,00	249.600,00	249.600,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	737971	37261450000148	109.040,00	12.160,00	109.040,00	109.040,00	29-jun-10	29-out-11	1
1	737975	04312401000138	100.000,00	12.732,00	100.000,00	100.000,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	738396	08778276000107	100.000,00	13.600,00	100.000,00	100.000,00	29-jun-10	29-set-11	1
1	738400	14485841000140	198.000,00	22.000,00	198.000,00	198.000,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	738422	01637536000185	305.760,00	33.974,00	305.760,00	305.760,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	738424	07954530000118	107.530,00	46.500,00	107.530,00	107.530,00	29-jun-10	28-jun-11	1
1	738426	09556140000115	2.000.000,00	747.500,00	2.000.000,00	2.000.000,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	738438	41263856000137	100.000,16	12.568,60	-	-	29-jun-10	29-jun-11	1
1	738440	03371984000105	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	29-jun-10	29-jun-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	738441	83169623000110	140.000,00	12.185,00	140.000,00	140.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
1	739180	14485841000140	100.800,00	11.200,00	100.800,00	100.800,00	29-jun-10	29-jun-11	1
1	739184	08675169000153	108.057,43	10.805,71	108.057,43	108.057,43	29-jun-10	29-jun-11	1
1	739231	73662520000133	950.000,00	-	950.000,00	950.000,00	1-jul-10	1-jul-11	1
1	739232	00394577000125	100.000,00	26.500,00	-	-	30-jun-10	30-jun-11	1
1	740508	08778276000107	109.959,00	12.257,00	-	-	30-jun-10	30-jun-11	5
1	742362	10936575000174	102.999,00	4.401,00	102.999,00	102.999,00	30-jun-10	30-jun-11	1
1	742385	54325238000116	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	1-jul-10	30-jun-11	1
1	744026	09055291000190	800.000,00	91.000,00	800.000,00	800.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
1	749158	07187987000144	624.000,00	-	504.000,00	504.000,00	25-set-10	25-jul-11	1
1	749779	01431671000170	100.000,00	-	-	100.000,00	13-dez-10	12-dez-11	1
1	750079	07363999000182	600.000,00	-	-	600.000,00	30-nov-10	30-nov-11	1
1	750080	01633663000106	154.112,37	-	-	154.112,37	20-dez-10	14-nov-11	1
1	750278	00838853000105	81.082,18	-	-	81.082,18	30-dez-10	30-mar-11	1
1	750286	15233505000173	115.000,00	-	115.000,00	115.000,00	10-dez-10	30-mar-11	1
1	750367	04897438000175	100.000,00	-	-	100.000,00	15-dez-10	15-ago-11	1
1	750576	06099789000166	670.000,00	-	-	670.000,00	13-dez-10	13-dez-11	1
1	750580	57752206000195	153.847,34	-	153.847,34	153.847,34	20-dez-10	20-dez-11	1
1	750581	08142432000149	190.026,70	-	-	190.026,70	30-dez-10	31-ago-11	1
1	750582	12640983000100	150.000,00	-	-	-	29-dez-10	26-dez-11	1
1	750586	84626662000161	100.000,00	-	-	100.000,00	22-dez-10	21-dez-11	1
1	750587	07423378000147	200.000,00	-	-	200.000,00	30-dez-10	30-dez-11	1
1	750588	21296249000166	55.000,00	-	-	55.000,00	28-dez-10	27-dez-11	1
1	750589	08593430000176	215.000,00	24.000,00	-	-	27-dez-10	26-dez-11	1
1	750590	73660409000108	117.723,00	-	117.723,00	117.723,00	10-dez-10	29-jun-11	1
1	750591	43337682000135	187.276,07	-	-	187.276,07	15-dez-10	31-dez-11	1
1	750592	20971057000145	400.000,00	12.000,00	-	400.000,00	20-dez-10	20-dez-11	1
1	750593	33685686000150	82.886,52	-	-	82.886,52	30-dez-10	30-dez-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	750594	05510620000194	297.441,60	-	-	297.441,60	28-dez-10	28-dez-11	1
1	750596	06233166000134	112.000,00	-	-	112.000,00	21-dez-10	20-dez-11	1
1	750642	06993556000102	567.450,00	-	-	567.450,00	31-dez-10	10-dez-11	1
1	750645	03291131000163	63.185,00	-	-	63.185,00	15-dez-10	30-abr-11	1
1	750674	336856860000827	799.899,20	-	-	422.276,16	20-dez-10	20-dez-11	1
1	750919	60260957000107	100.000,00	-	-	100.000,00	20-dez-10	20-dez-11	1
1	751065	05888543000100	200.000,00	-	-	200.000,00	15-dez-10	30-dez-11	1
1	751089	30139950000162	156.269,00	-	-	156.269,00	27-dez-10	30-set-11	1
1	751119	05452570000136	56.259,00	-	-	56.259,00	30-dez-10	30-dez-11	1
1	751702	02932524000146	300.000,00	75.000,00	-	300.000,00	30-dez-10	30-dez-11	1
1	752303	07853462000109	100.000,00	-	-	100.000,00	30-dez-10	30-dez-11	1
1	752308	05662784000137	100.000,00	3.000,00	-	100.000,00	30-dez-10	31-mar-11	1
1	753293	07187987000144	200.000,00	-	-	200.000,00	27-dez-10	31-dez-11	1
1	753520	03761604000149	800.000,00	90.000,00	-	800.000,00	31-dez-10	31-dez-11	1
1	753626	31104896000182	79.100,00	7.100,00	-	-	30-dez-10	27-mai-11	5
1	753635	00820295000142	166.254,00	16.625,40	-	166.254,00	31-dez-10	30-dez-11	1
1	708568	37261450000148	6.000.000,00	698.102,80	6.000.000,00	6.000.000,00	30-nov-09	30-jul-11	1
1	718357	03015475000140	6.000.000,00	670.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	29-dez-09	29-fev-12	1
1	719977	09186982000122	828.632,50	92.100,50	828.632,50	828.632,50	28-dez-09	31-mar-12	1
1	735711	11722741000100	6.000.000,00	666.666,67	3.000.000,00	3.000.000,00	29-jun-10	29-jan-12	1
1	747876	03906058000197	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	28-jul-10	28-jan-12	1
1	748916	97324271000134	300.960,00	-	300.960,00	300.960,00	22-out-10	22-abr-12	1
1	749442	08961997000158	364.421,92	-	364.421,92	364.421,92	3-nov-10	3-mai-12	1
1	750325	89881726000194	400.000,00	-	-	400.000,00	15-dez-10	15-ago-12	1
1	750364	89270656000138	8.255.600,24	-	-	1.000.000,00	15-dez-10	29-dez-12	1
1	750557	00312051000159	171.355,98	-	-	171.355,98	23-dez-10	23-fev-12	1
1	750598	00394577000125	100.000,00	20.000,00	-	100.000,00	20-dez-10	20-jun-12	1
1	751068	06064264000195	6.000.000,00	2.327.119,51	-	2.000.000,00	30-dez-10	20-jun-12	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	751129	00816416000182	465.000,00	-	-	465.000,00	30-dez-10	29-abr-12	1
1	752231	05632559000158	6.000.000,00	698.000,00	-	2.000.000,00	30-dez-10	28-set-12	1
1	752421	82951294000100	6.000.000,00	6.329.453,98	-	2.000.000,00	22-dez-10	22-mai-12	1
1	753273	33685686000150	160.000,00	8.332,00	-	160.000,00	30-dez-10	31-ago-12	1
1	753572	04038171000160	100.000,00	-	-	100.000,00	31-dez-10	26-dez-12	1
3	749670	07234526000185	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	1-dez-10	30-dez-11	1
3	749699	06025208000141	341.120,00	-	341.120,00	341.120,00	29-out-10	24-jan-11	1
3	750088	04816878000150	110.000,00	-	-	110.000,00	30-dez-10	30-dez-11	1
3	750585	03947908000103	852.693,00	-	-	852.693,00	27-dez-10	30-dez-11	1
3	750595	73405532000182	518.877,00	-	-	518.877,00	31-dez-10	31-dez-11	1
4	015/2008	201002/00001	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	22-dez-08	22-dez-11	1
4	001/2009	154040/15257	58.000,00	-	-	58.000,00	30-abr-09	30-abr-10	4
4	004/2009	153038/15223	60.534,00	-	-	60.534,00	17-jun-09	17-jun-10	4
4	005/2009	153052/15226	99.963,15	-	-	99.963,15	17-fev-09	2-mar-10	4
4	006/2009	153062/15229	310.860,00	-	-	310.860,00	16-jul-09	16-jan-11	1
4	011/2009	254420/25201	899.595,92	71.000,00	-	899.595,92	31-dez-09	30-abr-11	1
4	012/2009	154040/15257	1.480.065,32	-	276.065,32	1.480.065,32	24-nov-09	24-mai-11	1
4	013/2009	114601/11301	1.000.000,00	1.694.950,00	-	1.000.000,00	13-nov-09	13-abr-10	4
4	015/2009	153038/15223	424.959,01	-	424.959,01	424.959,01	30-dez-09	30-jun-11	1
4	019/2009	510001/57202	1.970.000,00	-	-	1.000.000,00	30-dez-09	30-dez-10	4
4	020/2009	153052/15226	277.971,85	-	-	277.971,85	30-dez-09	30-dez-10	4
4	022/2009	153065/15231	309.233,40	-	284.966,79	284.966,79	23-dez-09	23-mar-11	1
4	023/2009	154055/15254	70.000,00	-	70.000,00	70.000,00	30-dez-09	30-abr-10	4
4	024/2009	153114/15234	250.000,00	-	-	250.000,00	15-dez-09	15-jun-11	1
4	025/2009	153114/15235	41.000,00	1.500,00	26.215,63	26.215,63	30-dez-09	30-dez-10	4
4	027/2009	254420/25201	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	30-dez-09	30-nov-11	1
4	001/2010	154419/26251	114.461,00	29.280,00	114.461,00	114.461,00	30-jun-10	30-jun-11	1
4	002/2010	153037/15222	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	29-jun-10	29-jun-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direitos Humanos									
CNPJ: 05.478.625/0001-87					UG/GESTÃO: 200016/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
4	003/2010	153046/15225	109.834,53	-	109.834,53	109.834,53	30-jun-10	31-dez-10	6
4	004/2010	200336/00001	446.575,00	60.000,00	446.575,00	446.575,00	29-jun-10	29-jun-11	1
4	005/2010	158195/15281	125.000,00	-	125.000,00	125.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
4	007/2010	153046/15225	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
4	008/2010	154040/15257	400.000,00	-	400.000,00	400.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
4	009/2010	153065/15231	130.000,00	-	130.000,00	130.000,00	27-jul-10	27-jul-11	1
4	010/2010	153065/15231	199.363,46	-	199.363,46	199.363,46	30-jun-10	30-dez-10	4
4	011/2010	153115/15236	130.000,00	-	130.000,00	130.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
4	012/2010	153103/15234	210.000,00	-	210.000,00	210.000,00	29-jun-10	29-dez-11	1
4	013/2010	153052/15226	130.000,00	22.550,00	130.000,00	130.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
4	014/2010	154080/15277	130.223,02	-	130.223,02	130.223,02	27-jul-10	27-jul-11	1
4	017/2010	154040/15257	184.510,40	-	184.510,40	184.510,40	12-nov-10	12-mar-11	1
4	018/2010	153115/15236	61.333,63	-	61.333,63	61.333,63	5-out-10	5-out-11	1
4	020/2010	154040/15257	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	29-nov-10	29-nov-11	1
4	021/2010	154040/15257	850.000.000,00	-	400.000,00	400.000,00	29-nov-10	29-nov-11	1
4	022/2010	153063/15230	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	30-dez-10	30-dez-11	1
6	BRA/01/021	3723329000179	11.719.449,56	-	0,00	11.719.449,53	1-out-01	1-dez-10	4
6	BRA/07/019	3723329000179	7.209.260,24	-	1.000.000,00	6.506.960,00	1-dez-07	31-dez-12	1
6	BR08/001	6262080000130	6.517.328,91	-	515.592,00	4.097.512,00	1-nov-07	1-set-11	1
6	BR 08/006	6262080000130	6.494.250,00	-	1.700.017,60	4.840.035,20	1-dez-08	1-dez-11	1
6	914BRA3034	3736617000168	8.702.873,44	-	0,00	7.836.309,92	14-nov-04	14-nov-12	1
6	914BRA3046	3736617000168	3.037.020,00	-	2.265.590,13	2.265.590,13	15-dez-09	15-dez-12	1
6	BRA/3G/102	3723329000179	5.426.733,00	-	1.427.160,00	5.426.733,28	24-dez-04	30-jun-11	1
6	BRA/4P/32A	3723329000179	799.575,00	-	0,00	799.575,00	22-dez-08	22-ago-10	4

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e SDH - Coordenação de Formalização de Convênios/Departamento de Cooperação Internacional.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente									
CNPJ: 05.478.625/0002-68					UG/GESTÃO: 110244/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	505304	84154186000123	4.999.540,77	7.803.901,47	-	4.999.540,77	1-jul-04	30-ago-10	1
1	540998	08491557000184	578.531,90	298.032,07	-	578.531,90	29-dez-05	26-fev-10	1
1	541055	09579079000121	2.199.118,05	2.767.663,33	-	2.199.118,05	29-dez-05	30-jun-11	1
1	560953	12209540000169	400.000,00	139.669,82	-	400.000,00	29-jun-06	26-nov-10	1
1	577816	08491557000184	241.392,51	101.665,61	-	241.392,51	21-dez-06	21-fev-10	1
1	577831	08491557000184	132.992,96	14.776,99	-	132.992,96	28-dez-09	30-set-10	1
1	577849	11722741000100	478.067,67	53.118,62	-	449.955,32	21-dez-06	21-fev-10	1
1	595176	76568930000108	150.000,00	31.920,00	-	150.000,00	7-nov-07	30-mai-10	1
1	595758	74175381000186	150.643,78	7.680,00	-	150.643,78	7-nov-07	7-mai-10	1
1	596918	02702246000130	420.000,00	25.200,00	-	420.000,00	30-nov-07	30-jan-10	1
1	598561	05465167000141	1.522.680,00	304.536,00	447.560,00	1.522.680,00	19-dez-07	30-nov-10	1
1	598565	05632559000158	150.000,00	30.000,00	-	150.000,00	19-dez-08	19-jun-10	1
1	601105	00989587000103	140.910,70	15.656,74	-	140.910,70	27-dez-07	7-fev-10	1
1	601126	02918347000143	529.258,80	18.198,00	-	429.258,80	28-out-09	27-jul-11	1
1	601138	01742414000159	150.000,00	15.000,00	-	150.000,00	27-dez-07	27-mar-10	1
1	601147	11722741000100	578.192,35	61.390,29	-	578.192,35	26-ago-09	26-out-11	1
1	601158	18715383000140	178.996,00	63.593,28	-	178.996,00	27-nov-09	27-mai-10	4
1	601180	09579079000121	264.300,00	28.205,00	-	264.300,00	27-dez-07	27-fev-10	4
1	601186	08241747000810	378.000,00	37.800,00	-	378.000,00	27-dez-07	26-fev-10	1
1	601192	15513690000150	594.498,32	19.100,00	177.534,00	427.029,00	27-out-09	30-dez-11	1
1	601196	07060718000112	143.200,00	4.800,00	-	143.200,00	26-dez-07	26-abr-10	1
1	601249	82951229000176	4.800.000,00	3.377.989,35	-	4.800.000,00	24-dez-09	27-dez-11	1
1	601483	73662520000133	2.528.120,00	0,00	500.000,00	2.528.120,00	24-dez-07	30-mai-10	1
1	601496	56577059000100	200.156,00	0,00	-	200.156,00	26-dez-08	30-jun-10	1
1	601503	74175381000186	873.598,53	48.000,00	-	873.598,53	26-dez-07	26-jul-10	1
1	601508	42498600000171	498.470,00	122.787,00	-	498.470,00	27-out-09	27-out-10	1
1	601533	15513690000150	246.998,00	7.438,94	-	246.998,00	27-dez-07	31-out-10	2
1	601541	05487631000109	4.800.000,00	4.780.676,91	-	2.400.000,00	26-dez-08	27-dez-10	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente									
CNPJ: 05.478.625/0002-68					UG/GESTÃO: 110244/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	601544	15257025000142	4.800.000,00	5.931.477,22	-	4.800.000,00	24-dez-09	30-mai-11	1
1	601545	84154186000123	1.495.779,69	155.326,11	-	1.495.779,69	24-dez-09	31-dez-11	1
1	601570	63762777000103	143.570,00	17.628,00	-	143.570,00	27-dez-07	27-abr-10	1
1	601583	03254969000187	549.830,00	16.550,00	-	549.830,00	28-dez-07	25-mai-10	1
1	601594	11722741000100	340.549,80	34.054,98	-	340.549,80	27-dez-07	27-ago-10	1
1	601612	42498600000171	4.800.000,00	848.367,03	-	4.800.000,00	27-dez-09	30-dez-11	1
1	601620	92956077000158	733.824,88	183.486,22	-	733.824,88	28-dez-07	30-mai-11	1
1	601625	07060718000112	530.000,00	42.600,00	-	530.000,00	15-out-09	27-abr-11	1
1	601710	92956077000158	600.000,00	262.424,89	-	600.000,00	28-dez-07	30-mai-11	1
1	601770	05943030000155	150.000,00	7.500,60	-	150.000,00	26-dez-08	27-dez-10	1
1	601829	01742414000159	290.000,00	42.757,24	-	290.000,00	27-dez-07	27-mar-10	1
1	605615	11722741000100	5.483.733,41	960.000,00	683.733,41	5.483.733,41	28-dez-09	28-mai-11	1
1	627414	37261450000148	480.590,00	48.080,00	-	480.590,00	27-jun-08	30-abr-11	1
1	633496	10400661000168	372.459,68	25.279,00	-	372.459,68	29-ago-08	26-fev-10	2
1	635407	03633268000159	320.000,00	66.200,00	-	320.000,00	10-nov-08	29-out-10	1
1	635408	03906058000197	260.000,00	0,00	-	260.000,00	30-out-08	30-set-10	1
1	635513	03906058000197	280.000,00	0,00	80.000,00	280.000,00	10-nov-08	10-mai-11	1
1	635514	03934459000150	601.089,38	44.612,00	-	501.182,28	28-out-08	28-mai-11	1
1	635603	07429380000123	300.000,00	15.960,00	-	300.000,00	31-out-08	30-out-10	1
1	635616	01305132000194	286.000,00	21.600,00	-	206.000,00	31-out-08	28-jun-11	1
1	635797	07429380000123	200.000,00	11.440,00	-	200.000,00	31-out-08	30-out-10	1
1	635828	97324271000134	386.282,29	201.452,20	-	386.282,29	25-nov-08	25-jul-10	1
1	635904	00129413000170	100.000,00	0,00	-	100.000,00	31-out-08	30-nov-10	1
1	636467	01044756000103	170.000,00	5.260,08	-	170.000,00	8-dez-08	12-abr-10	1
1	636471	42498600000171	1.500.000,00	107.991,14	-	1.500.000,00	27-dez-09	27-dez-10	1
1	636499	28991321000114	500.000,00	0,00	-	500.000,00	10-dez-08	14-dez-10	1
1	636550	47460183000191	100.000,00	14.700,00	-	100.000,00	28-nov-08	28-mai-10	1
1	636803	08675169000153	6.000.000,00	910.174,86	-	6.000.000,00	1-dez-08	30-ago-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente									
CNPJ: 05.478.625/0002-68				UG/GESTÃO: 110244/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	637468	06993556000102	1.299.800,00	40.200,00	-	1.299.800,00	19-dez-08	20-jun-10	1
1	637512	12360335000108	120.000,00	12.533,00	-	120.000,00	22-dez-08	22-jun-10	1
1	638521	06064264000195	263.410,00	26.500,00	-	263.410,00	29-dez-08	30-mai-11	1
1	638523	56561889000130	200.000,00	18.000,00	100.000,00	200.000,00	29-dez-08	29-jan-11	1
1	638532	37261450000148	219.520,00	21.952,00	-	219.520,00	10-dez-08	10-dez-10	1
1	638539	04897438000175	1.767.323,00	55.000,00	-	1.767.323,00	29-dez-08	31-dez-10	1
1	638807	07297923000104	876.904,27	28.229,76	240.176,19	728.941,07	29-dez-08	29-mar-11	1
1	638808	09055291000190	119.599,68	12.100,00	-	119.599,68	29-dez-08	30-jun-10	1
1	638811	03083873000101	100.000,00	25.200,00	-	100.000,00	25-nov-08	15-jan-10	1
1	638812	14485841000140	341.770,00	34.251,61	-	0,00	29-dez-08	30-jun-10	5
1	638813	01742414000159	334.860,00	33.520,00	-	334.860,00	29-dez-08	29-dez-10	1
1	638814	01637536000185	320.000,00	12.200,00	100.000,00	320.000,00	15-dez-08	15-jul-10	1
1	638856	73662520000133	791.000,00	0,00	-	791.000,00	30-dez-08	30-jun-10	1
1	638874	28991321000114	149.991,00	4.000,00	-	149.991,00	30-dez-08	1-jul-11	1
1	638895	08675169000153	446.480,00	44.648,00	-	446.480,00	29-dez-08	31-dez-10	1
1	638916	00501070000123	2.068.000,00	55.688,00	-	2.068.000,00	30-dez-08	28-fev-11	1
1	639000	04038171000160	1.668.671,00	52.800,00	668.671,00	1.668.671,00	30-dez-08	31-jul-11	1
1	639008	08778276000107	453.137,73	47.206,60	202.067,73	453.137,73	19-dez-08	20-jun-11	1
1	639010	05553216000106	157.539,60	17.510,40	-	157.539,60	10-dez-08	31-dez-10	1
1	653171	37992856000109	1.499.218,39	47.000,00	-	1.499.218,39	12-ago-09	12-ago-10	1
1	653327	08077839000130	299.230,00	9.254,54	-	299.230,00	5-out-09	5-out-10	1
3	635845	04863094000183	650.000,00	32.199,84	-	650.000,00	30-out-09	30-jan-11	1
3	636468	03653644000177	463.310,00	60.200,00	-	463.310,00	4-dez-08	4-out-10	1
3	638810	05305331000153	529.230,00	8.800,00	77.952,00	529.230,00	29-dez-08	30-dez-10	1
3	639034	05305331000153	628.689,50	19.600,00	-	628.689,50	29-dez-08	30-mar-10	1
3	655095	07467183000107	121.810,00	12.000,00	121.810,00	121.810,00	28-dez-09	15-nov-10	1
3	655104	05834872000179	103.080,00	10.400,00	103.080,00	103.080,00	28-dez-09	27-nov-10	1
3	655114	00501070000123	2.353.253,00	105.580,20	1.564.362,00	2.206.676,00	28-dez-09	28-dez-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente									
CNPJ: 05.478.625/0002-68				UG/GESTÃO: 110244/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	713189	09088839000106	200.000,00	50.000,00	200.000,00	200.000,00	15-dez-09	14-dez-10	1
1	717464	44315919000140	214.923,98	14.830,80	214.923,98	214.923,98	15-jul-10	30-set-10	1
1	717488	28991321000114	481.204,92	15.000,00	481.204,92	481.204,92	28-dez-09	28-out-11	1
1	717543	08111710000109	733.468,90	40.650,00	733.468,90	733.468,90	28-dez-09	26-mar-11	1
1	717919	02433278000188	497.376,63	34.440,00	497.376,63	497.376,63	18-dez-09	20-jun-11	1
1	718453	84012012000126	343.590,00	39.800,00	343.590,00	343.590,00	18-jun-10	18-dez-10	1
1	720315	33685686000827	330.043,00	19.525,00	330.043,00	330.043,00	18-dez-09	18-dez-10	1
1	724549	08768486000114	1.745.999,95	54.000,05	2.366.013,22	2.366.013,22	30-dez-09	1-dez-10	1
1	704560	01705989000100	323.122,56	10.016,80	-	323.122,56	28-dez-10	28-fev-11	1
1	704879	07297923000104	503.648,90	17.394,00	-	503.648,90	11-dez-09	11-jul-11	1
1	705778	36751345000124	486.020,00	23.695,00	186.020,00	486.020,00	30-set-10	28-fev-11	1
1	707086	00129413000170	100.000,00	3.568,00	-	100.000,00	11-nov-09	15-mai-11	1
1	707598	09579079000121	311.080,20	35.002,00	311.080,20	311.080,20	28-dez-09	30-abr-11	1
1	708378	46068425000133	148.690,00	105.440,16	148.690,00	148.690,00	1-dez-09	30-abr-11	1
1	708566	73662520000133	1.441.200,00	-	861.200,00	1.441.200,00	1-dez-09	30-out-11	1
1	708567	00129413000170	1.628.242,98	-	-	1.628.242,98	1-dez-09	31-dez-11	1
1	708974	03435809000134	1.295.822,80	24.970,00	807.300,00	1.295.822,80	10-dez-09	31-jul-11	1
1	709046	74175381000186	173.000,00	20.016,00	173.000,00	173.000,00	15-dez-09	15-jun-11	1
1	709049	07526912000140	200.000,00	12.720,00	100.000,00	200.000,00	3-dez-09	14-jun-11	1
1	709313	24132060000126	667.774,80	32.400,00	-	370.430,00	1-set-09	31-ago-11	1
1	709673	03218102000176	326.360,00	10.440,00	-	326.360,00	18-dez-09	18-mai-11	1
1	710464	07248660000135	100.000,00	11.776,30	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	28-mai-11	1
1	710468	03510184000128	103.177,93	3.753,00	103.177,93	103.177,93	1-dez-09	31-mai-11	1
1	713323	02433278000188	100.000,00	3.500,00	100.000,00	100.000,00	14-dez-09	14-mai-11	1
1	713327	41263856000137	100.000,00	12.550,00	100.000,00	100.000,00	15-dez-09	30-mar-11	1
1	713340	03218102000176	100.000,00	3.120,00	100.000,00	100.000,00	15-dez-09	15-abr-11	1
1	713354	00394577000125	100.000,00	11.112,00	100.000,00	100.000,00	30-nov-09	30-jan-11	1
1	715448	05465167000141	290.000,00	72.500,00	290.000,00	290.000,00	15-dez-09	15-jun-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente									
CNPJ: 05.478.625/0002-68				UG/GESTÃO: 110244/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	715495	08921311000103	1.670.552,98	68.359,50	1.551.902,98	1.670.552,98	28-dez-09	28-jun-11	1
1	716056	00394601000126	730.028,00	115.396,20	-	-	28-dez-09	28-jun-11	1
1	717240	07628844000120	100.000,00	17.286,94	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	31-mar-11	1
1	717242	05903125000145	130.000,00	7.000,00	-	-	15-dez-09	30-abr-11	1
1	717243	47284948000180	100.000,00	7.400,00	100.000,00	100.000,00	15-dez-09	14-jun-11	1
1	717244	46319000000150	155.000,00	13.500,00	155.000,00	155.000,00	15-dez-09	14-jun-11	1
1	717247	43021658000192	561.694,50	41.400,00	481.694,50	561.694,50	28-dez-09	15-abr-11	1
1	717406	00820295000142	100.000,00	11.000,00	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	15-mar-11	1
1	717471	01742414000159	150.000,00	16.872,50	150.000,00	150.000,00	28-dez-09	27-jun-11	1
1	717478	51885242000140	120.000,00	12.000,00	120.000,00	120.000,00	28-dez-09	28-jun-11	1
1	717528	01705989000100	1.600.000,00	37.386,00	1.200.000,00	1.600.000,00	28-dez-09	27-dez-11	1
1	717611	02535229000156	408.214,44	13.000,00	408.214,44	408.214,44	28-dez-09	28-mar-11	1
1	717619	04038171000160	1.160.000,00	20.103,09	650.000,00	1.160.000,00	28-dez-09	15-dez-11	1
1	717635	10377679000196	100.000,00	12.408,50	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	27-jun-11	1
1	717718	03125976000189	100.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	28-dez-11	1
1	717741	05054895000160	153.000,00	17.000,00	153.000,00	153.000,00	28-dez-09	27-jun-11	1
1	717860	08077839000130	978.750,37	30.270,63	978.750,37	978.750,37	30-dez-09	14-jun-11	1
1	717866	03371984000105	254.960,77	6.410,00	168.449,78	254.960,77	28-dez-09	28-jun-11	1
1	717874	15257025000142	100.000,00	12.000,00	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	28-fev-11	1
1	717916	47460183000191	747.545,84	52.000,00	747.545,84	747.545,84	21-dez-09	19-abr-11	1
1	718240	25106295000106	100.000,00	3.100,00	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	27-mar-11	1
1	718254	10565000000192	100.000,00	12.408,50	100.000,00	100.000,00	28-dez-09	27-jun-11	1
1	718535	02932524000146	250.000,00	63.378,00	250.000,00	250.000,00	28-dez-09	15-dez-11	1
1	718536	03218102000176	179.536,25	8.250,00	179.536,25	179.536,25	28-dez-09	28-jun-11	1
1	718537	00703697000167	114.380,00	11.438,00	114.380,00	114.380,00	24-dez-09	24-jun-11	1
1	719511	01587609000171	360.000,00	20.000,00	360.000,00	360.000,00	28-dez-09	28-jun-11	1
1	722980	15513690000150	565.102,00	12.400,00	565.102,00	565.102,00	18-dez-09	18-jun-11	1
1	724041	73662520000133	150.000,00	-	150.000,00	150.000,00	28-dez-09	27-jun-11	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente									
CNPJ: 05.478.625/0002-68				UG/GESTÃO: 110244/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	724436	33685686001394	400.000,00	12.766,25	400.000,00	400.000,00	28-dez-09	28-jun-11	1
1	737889	47284948000180	100.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
1	739188	13128798001337	351.000,00	39.000,00	351.000,00	351.000,00	29-jun-10	29-set-11	1
1	739201	08778276000107	277.000,00	31.000,00	277.000,00	277.000,00	29-jun-10	29-dez-11	1
1	740507	01742414000159	100.000,00	27.381,00	100.000,00	100.000,00	30-jun-10	30-jun-11	1
1	744032	37992856000109	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	20-jul-10	20-jul-11	1
1	748852	07707593000170	465.200,00	-	465.200,00	465.200,00	20-set-10	20-mai-11	1
1	749236	01705989000100	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	20-out-10	20-out-11	1
1	749267	89814198000150	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	20-out-10	20-out-11	1
1	749454	06099789000166	600.000,00	-	600.000,00	600.000,00	11-out-10	11-abr-11	1
1	750292	36751345000124	666.070,00	-	-	666.070,00	1-dez-10	30-nov-11	1
1	750577	03510184000128	200.000,00	-	-	200.000,00	10-dez-10	30-nov-11	1
1	750641	07837984000109	170.001,10	-	-	170.001,10	30-dez-10	31-dez-11	1
1	750644	03510184000128	192.131,33	-	-	192.131,33	20-dez-10	20-dez-11	1
1	750673	03435809000134	493.925,47	-	-	242.938,42	30-dez-10	30-dez-11	1
1	750857	08768486000114	1.042.048,00	-	-	1.042.048,00	20-dez-10	20-dez-11	1
1	750864	03435809000134	487.904,00	-	-	337.904,00	30-dez-10	30-dez-11	1
1	739192	44480283000191	102.400,00	25.600,00	-	102.400,00	1-jul-10	1-jan-12	1
1	749254	08923241000114	200.000,00	3.207,00	200.000,00	200.000,00	20-out-10	20-jan-12	1
1	749258	06139753000169	256.322,40	-	256.322,40	256.322,40	20-out-10	20-jan-12	1
1	749662	00977419000106	351.567,76	-	351.567,76	351.567,76	14-nov-10	14-mai-12	1
1	750291	04150335000147	200.000,00	22.240,00	-	200.000,00	31-dez-10	1-jul-12	1
1	750573	05465167000141	400.000,00	100.000,00	-	400.000,00	30-dez-10	30-jun-12	1
1	750575	03633268000159	470.000,00	-	-	470.000,00	9-dez-10	10-abr-12	1
1	750583	63606479000124	265.000,00	29.444,50	-	265.000,00	30-dez-10	30-abr-12	1
1	750597	74175381000186	230.000,00	23.101,80	-	230.000,00	31-dez-10	11-jun-12	1
1	750647	83340638000107	397.480,64	-	-	397.480,64	15-dez-10	15-abr-12	1
1	750856	44315919000140	1.342.259,73	-	-	1.342.259,73	30-dez-10	28-jun-12	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente									
CNPJ: 05.478.625/0002-68				UG/GESTÃO: 110244/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	750859	28991321000114	395.507,00	-	-	395.507,00	28-dez-10	28-jun-12	1
1	750959	15513690000150	239.732,12	-	-	239.732,12	31-dez-10	27-dez-11	1
3	750584	04863094000183	996.000,00	-	-	909.000,00	15-dez-10	15-dez-11	1
3	750863	04999034000192	2.069.140,00	-	-	-	20-dez-10	20-dez-11	1
3	750508	04816878000150	245.000,00	-	-	245.000,00	17-dez-10	17-jun-12	1
3	750578	01541189000192	600.000,00	-	-	600.000,00	9-dez-10	9-jun-12	1
4	007/2009	180002/00001	4.606.837,02	-	-	4.606.837,02	22-out-09	22-out-10	1
4	014/2009	154039/15256	495.877,48	-	-	60.056,00	30-dez-09	30-jul-11	1
4	028/2009	254420/25201	224.370,00	-	-	224.370,00	28-dez-09	28-dez-10	1
4	012/2008	154041/15258	519.954,15	42.300,00	-	519.954,15	26-dez-08	26-jul-10	1
4	021/2009	154040/15257	1.810.910,00	-	1.305.240,00	1.810.910,00	30-nov-09	30-mai-11	1
4	006/2010	153284/15229	340.000,00	-	340.000,00	340.000,00	30-jun-10	30-dez-11	1
4	015/2010	153103/15234	334.516,70	-	334.516,70	334.516,70	6-out-10	6-abr-12	1
4	016/2010	153063/15230	458.132,34	-	458.132,34	458.132,34	13-set-10	13-mar-12	1
4	019/2010	153284/15229	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	6-dez-10	6-dez-11	1

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e SDH - Coordenação de Formalização de Convênios.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS		200016	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Direitos Humanos que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Restrição Contábil 163 – Saldo alongado em contas transitórias – Ativo Compensado; b) Restrição Contábil 169 - Convênios a Comprovar com data expirada; c) Restrição Contábil 170 - Convênios a Aprovar com data expirada; d) Restrição Contábil 172 - Convênios a Liberar expirados; e) Restrição Contábil 203 - Saldos Alongados Contas transitórias - Passivo Circulante; f) Restrição Contábil 404 - Saldo Invertido/Indevido - Passivo Compensado; e g) Falta/Atraso cumprimento de Diligências. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA-DF	Data	15/02/2011
Contador Responsável	ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD	CRC nº	9686 DF

Declaração 1: Declaração do Contador com Ressalva da Secretaria de Direitos Humanos

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE			110244
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Restrição Contábil 169 - Convênios a Comprovar com data expirada; b) Restrição Contábil 170 - Convênios a Aprovar com data expirada; c) Restrição Contábil 172 - Convênios a Liberar expirados; c) Restrição Contábil 404 - saldo invertido/indevido - passivo compensado; e d) Falta/Atraso cumprimento de Diligências.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA-DF	Data	15/02/2011
Contador Responsável	ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD	CRC nº	9686 DF

Declaração 2: Declaração do Contador com Ressalva do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – REC. EXT.			110198
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Direitos Humanos - Rec. Ext. que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	15/02/2011
Contador Responsável	Rosaura Conceição Haddad	CRC nº	9.686 - DF

Declaração 3: Declaração Plena do Contador da Secretaria de Direitos Humanos – Rec. Ext.

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS



MINISTERIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco T – 4º andar – Sala 402 – Anexo II
CEP: 70064-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 2025-3827 – e-mail: cgrh@mj.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os servidores constantes do “Rol dos Responsáveis” da **SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/PR**, administrada por este Ministério, conforme Decreto nº 4.939, de 29.12.2003, abaixo relacionados, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, referente ao Exercício 2010, Ano-Base 2009, de que tratam a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, a IN/TCU nº 05, de 10 de março de 1994 e a IN/TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008.

- **CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA**
- **DANIEL JOSEF LERNER**
- **FAUZE MARTINS CHEQUER**
- **HERBERT BORGES PAES DE BARROS**
- **IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO MAIOR**
- **JOSÉ ARMANDO FRAGA DINIZ GUERRA**
- **JOSÉ RAFAEL MIRANDA**
- **LARISSA BELTRAMIM**
- **LENA VANIA CARNEIRO PERES**
- **LIDIANE FERREIRA GONÇALVES**
- **MARCIA USTRA SOARES**
- **MARIA VICTORIA HERNANDEZ**
- **PERLY CIPRIANO**
- **ROGERIO SOTTILI**

Informo ainda que a declaração do ex-servidor **PAULO DE TARSO VANNUCHI**, exonerado em 1º de janeiro de 2011, foi encaminhada à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União – TCU pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração da Casa Civil/PR, por meio do Ofício nº 76/2010-DIGEP/AS/PR, de 24 de maio de 2010, cópia anexa.

Brasília, 22 de março de 2011.

JOSÉ FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador-Geral de Recursos Humanos
Substituto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Palácio do Planalto – Anexo II-B, 2º andar – Sala 302
CEP – 70150-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3383-0468 – Fax: (61) 3411-4509

Ofício nº 76/2010-DIGEP/SA/PR

Brasília, 24 de maio de 2010.

A Sua Senhoria o Senhor
Alessandro Gilbert Laranja
Secretário de Fiscalização de Pessoas do
Tribunal de Contas da União – TCU
70042-900 – Brasília-DF



Assunto: Declaração de Bens e Valores.

Senhor Secretário,

Em cumprimento a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa TCU Nº 5, de 10 março de 1994, encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, cópia da Declaração de Bens e Rendas – pessoa física, relativa ao exercício 2010 - ano calendário 2009, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República LUIZ INACIO LULA DA SILVA e das autoridades a seguir indicadas:

- ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA – Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais;
- ERENICE ALVES GUERRA – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil;
- FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social;
- JORGE HAGE SOBRINHO – Ministro de Estado do Controle e da Transparência;
- JOSE NI CIO MONTEIRO FILHO – Ex-Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais;
- LUIZ SOARES DULCI – Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral;
- NILCEA FIGUEIRE – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres;
- PAULO DE TARSO VANNUCHI – Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos;
- SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Atenciosamente,

Selma Rolfer Quintella
Diretora de Gestão de Pessoas

Declaração 5: Anexo da Declaração de Bens e Rendas (Declaração 4)